O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

Uma Coleção de Ensaios

JEREMY R. HAMMOND

O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

Uma Coleção de Ensaios

JEREMY R. HAMMOND

A presente obra teve a prévia autorização do autor para que fosse traduzida, sendo assim, sua precisão é unicamente de responsabilidade do canal O Herege Revisionista.

CONTEÚDO

A SIMPLICIDADE DO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO

Originalmente publicado no Palestine Chronicle em 24 de maio de 2010.

Há uma percepção geral de que a razão pela qual o conflito israelense-palestino continuou por tanto tempo é porque é extremamente complexo. Nada poderia estar mais longe da verdade. Colocado em contexto histórico, entender a causa raiz do conflito é simples e, ao fazê-lo, a solução se torna aparente.

Durante o final do século XIX, um movimento conhecido como sionismo surgiu para estabelecer um Estado judaico na Palestina, então um território sob o Império Otomano. Como resultado da Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano foi dissolvido e a Grã-Bretanha e a França conspiraram para dividir os espólios territoriais da guerra entre si. Os britânicos se tornaram a potência ocupante da Palestina. A Liga das Nações emitiu um mandato reconhecendo efetivamente a Grã-Bretanha como tal.

Durante a guerra, os britânicos haviam prometido às nações árabes sua independência em troca de sua cooperação para ajudar a derrotar os turcos otomanos. Ao mesmo tempo, os britânicos declararam seu apoio à meta do sionismo de estabelecer um "lar nacional" para o povo judeu e permitiram a imigração judaica na Palestina.

Os objetivos sionistas não simpatizaram com a maioria dos habitantes árabes da Palestina. Os Estados árabes propuseram que a independência da Palestina fosse reconhecida e um governo democrático estabelecido que incluiria representantes da minoria judaica. Mas esta solução foi rejeitada tanto pelos sionistas quanto pelos britânicos, cuja respectiva liderança reconheceu que o projeto sionista não poderia ser realizado exceto pela força das armas.

Como a imigração judaica continuou e os árabes foram deslocados de suas terras, confrontos violentos entre as duas comunidades começaram a entrar em erupção. Em 1921, por exemplo, os árabes protestaram e atacaram as comunidades judaicas e, em 1929, os árabes massacraram os judeus em Hebron.

Organizações terroristas sionistas visavam não só os árabes, mas também os britânicos, como o bombardeio do Hotel King David em 1946. Esse ataque foi realizado pela Irgun, cujo líder, Menachem Begin, viria a se tornar primeiro-ministro de Israel.

Após a Segunda Guerra Mundial, os britânicos, incapazes de reconciliar suas políticas e compromissos conflitantes, solicitaram que as Nações Unidas recém-formadas assumissem a questão. Isto resultou na criação da Comissão Especial da ONU para a Palestina. Os membros da comissão, que não incluíam representantes de nenhum estado árabe, rejeitaram explicitamente o direito à autodeterminação da população. Embora os Estados árabes tenham reiterado sua proposta de solução democrática, ela foi novamente rejeitada. A comissão, em vez disso, recomendou dividir a Palestina em dois.

Sob seu plano de partição, mais da metade do território iria para os judeus minoritários, que possuíam apenas 7% da terra (enquanto 85% eram de propriedade dos árabes). A Assembleia Geral aprovou uma resolução em 1947 recomendando que o plano de partição da comissão fosse implementado. Naturalmente, os árabes rejeitaram o plano.

Ao contrário do mito popular, Israel não foi criado pela ONU. Israel nasceu em 14 de maio de 1948, quando a liderança sionista declarou unilateralmente sua existência. Os Estados árabes vizinhos pegaram em armas contra o estado recém-declarado na guerra conhecida pelos israelenses como a "Guerra da Independência", e para os árabes como a "Nakba", ou "Catástrofe". Durante a guerra, 700.000 árabes foram expulsos de suas casas ou fugiram com medo de novos massacres, como os que ocorreram na vila de Deir Yassin, pouco antes da declaração sionista.

Essa limpeza étnica de Israel é a causa raiz do problema dos refugiados palestinos sobre o qual tanto se ouve hoje. Embora seu direito ao retorno seja garantido pelo direito internacional, Israel se recusou a

permitir aqueles que fugiram e seus descendentes que retornassem ao que é legitimamente sua própria terra. Esta é também a razão pela qual os palestinos hoje não reconhecem que Israel tem um "direito de existir".

Outro evento divisor de águas ocorreu em junho de 1967, quando Israel lançou um ataque surpresa contra o Egito (então a República Árabe Unida). Tal era a superioridade da força bélica israelense que a guerra durou apenas seis dias, durante os quais Israel invadiu e ocupou os territórios palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Como resultado da guerra, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 242, que enfatizou a inadmissibilidade da aquisição de território pela guerra e pediu a Israel que se retirasse dos territórios que ocupava.

Hoje, a Cisjordânia permanece sob ocupação israelense. Israel continua a intimidar casas palestinas e a construir assentamentos judaicos, violando leis internacionais e inúmeras resoluções da ONU.

Quanto a Gaza, Israel retirou-se em 2005, mas desde então a sitiou, permitindo apenas ajuda suficiente para evitar uma catástrofe humanitária em grande escala, mantendo os habitantes de Gaza perpetuamente em um estado de miséria e desespero.

Então, em 27 de dezembro de 2008, Israel lançou um ataque militar em grande escala contra Gaza, apelidado de Operação Chumbo Fundido, durante a qual os militares israelenses fizeram chover morte e destruição sobre a indefesa população civil e a infraestrutura de Gaza.

A razão pela qual esse estado de coisas pode continuar é simples. É porque os Estados Unidos apoiam incondicionalmente Israel. Um exemplo esclarecedor foi o anúncio no início do governo Obama de que se Israel não terminasse a atividade de assentamento, não sofreria consequências. O apoio dos EUA continuaria de qualquer maneira. Essa mensagem foi entendida perfeitamente pelo governo de Netanyahu em Israel.

A política dos EUA deve ser entendida e julgada pelos atos e não pela retórica. O fato é que os EUA apoiam financeiramente as violações israelenses do direito internacional (mais de US$3 bilhões anualmente), militarmente (caças F-16 fabricados nos EUA, helicópteros

Apache e munições de fósforo branco foram usados durante a Operação Chumbo Fundido, por exemplo) e diplomaticamente (como o uso do veto pelos EUA no Conselho de Segurança da ONU).

A solução mais prática e equitativa para o conflito é reconhecida há décadas. Há um consenso internacional sobre uma solução de dois Estados que há muito tempo é aceita pelo lado palestino. O motivo pelo qual esta solução não foi implementada também é perfeitamente simples. É porque as políticas de rejeição de Israel e dos Estados Unidos impedem isso.

A política israelense continuará, desde que tenha apoio dos EUA. A política dos EUA continuará enquanto o povo americano permitir.

Uma paz justa e duradoura no Oriente Médio é possível. É simples. Existe uma escolha.

OS DEZ MAIORES MITOS SOBRE O CONFLITO ISRAELO-PALESTINO

Originalmente publicado no Foreign Policy Journal em 17 de junho de 2010.

MITO #1 - JUDEUS E ÁRABES SEMPRE ESTIVERAM EM CONFLITO NA REGIÃO.

Embora os árabes fossem majoritários na Palestina antes da criação do Estado de Israel, sempre houve uma população judaica também. Na maior parte, os palestinos judeus se davam bem com seus vizinhos árabes. Isso começou a mudar com o início do movimento sionista, porque os sionistas rejeitaram o direito dos palestinos à autodeterminação e queriam a Palestina para os seus próprios, para criar um "Estado judaico" em uma região onde os árabes eram maioria e possuíam a maior parte da terra.

Por exemplo, depois de uma série de tumultos em Jaffa em 1921, resultando na morte de 47 judeus e 48 árabes, os britânicos ocupantes realizaram uma comissão de inquérito, que relatou sua descoberta de que "não há antissemitismo inerente no país, racial ou religioso. Pelo contrário, os ataques dos árabes às comunidades judaicas foram o resultado dos temores árabes sobre o objetivo declarado dos sionistas de tomar a terra.

Depois que uma grande violência irrompeu novamente em 1929, o relatório da Comissão Britânica Shaw observou que "*em menos de 10 anos três ataques sérios foram feitos por árabes contra judeus. Durante 80 anos antes do primeiro desses ataques, não há registro de nenhum incidente similar.* " Representantes de todos os lados do conflito emergente testificaram a comissão de que, antes da Primeira Guerra Mundial, "*os judeus e os árabes*

viviam lado a lado, se não fosse com amizade, pelo menos com tolerância, uma qualidade que hoje é quase desconhecida na Palestina". O problema era que "*o povo árabe da Palestina está hoje unido em sua demanda por um governo representativo*", mas estava sendo negado esse direito pelos sionistas e seus benfeitores britânicos.

O relatório da British Hope-Simpson de 1930 também observou que os moradores judeus de comunidades não sionistas na Palestina desfrutavam de amizade com seus vizinhos árabes. "*É bastante comum ver um árabe sentado na varanda de uma casa judaica*", observou o relatório. "*A posição é totalmente diferente nas colônias sionistas.*"

MITO #2 - AS NAÇÕES UNIDAS CRIARAM ISRAEL.

A ONU se envolveu quando os britânicos tentaram lavar as mãos da situação volátil que suas políticas ajudaram a criar e se livrar da Palestina. Para esse fim, eles pediram que a ONU assumisse a questão.

Como resultado, uma Comissão Especial da ONU sobre a Palestina (UNSCOP) foi criada para examinar a questão e oferecer sua recomendação sobre como resolver o conflito. A UNSCOP não continha representantes de nenhum país árabe e no final emitiu um relatório que rejeitava explicitamente o direito dos palestinos à autodeterminação. Rejeitando a solução democrática para o conflito, a UNSCOP propôs que a Palestina fosse dividida em dois estados: um árabe e um judaico.

A Assembleia Geral da ONU endossou a UNSCOP em sua Resolução 181. Muitas vezes se alega que esta resolução "particionou" a Palestina, ou que forneceu aos líderes sionistas um mandato legal para a declaração subsequente da existência do estado de Israel, ou alguma outra variação similar sobre o tema.

A Resolução 181 apenas endossou o relatório e as conclusões da UNSCOP como recomendação. É desnecessário dizer que, para a Palestina ter sido oficialmente dividida, esta recomendação teria que ter sido aceita tanto por judeus como por árabes, o que não foi.

Além disso, as resoluções da Assembleia Geral não são consideradas juridicamente vinculantes (apenas resoluções do Conselho de Segurança são). E, além disso, a ONU não teria autoridade para tirar terras de um povo e entregá-lo a outro, e qualquer resolução desse tipo que tentasse dividir a Palestina teria sido nula e sem efeito, de qualquer forma.

MITO # 3 - OS ÁRABES PERDERAM A OPORTUNIDADE DE TER SEU PRÓPRIO ESTADO EM 1947

A recomendação da ONU para dividir a Palestina foi rejeitada pelos árabes. Muitos comentaristas de hoje indicam que essa rejeição representa uma "oportunidade" perdida dos árabes terem seu próprio estado. Mas, caracterizar isso como uma "oportunidade" para os árabes é patentemente ridículo. O plano de partição não era de forma alguma, nem formava uma "oportunidade" para os árabes.

Primeiro de tudo, como já foi notado, os árabes eram uma grande maioria na Palestina na época, com os judeus representando cerca de um terço da população até então, devido à imigração maciça de judeus da Europa (em 1922, em contraste, um censo britânico mostrou que os judeus representavam apenas cerca de 11% da população).

Além disso, as estatísticas de propriedade da terra de 1945 mostraram que os árabes possuíam mais terras do que judeus em todos os distritos da Palestina, incluindo Jaffa, onde os árabes possuíam 47% das terras, enquanto os judeus possuíam 39% - e Jaffa possuía a maior porcentagem de terra de propriedade judaica de qualquer distrito. Em outros distritos, os árabes possuíam uma porção ainda maior da terra. No extremo oposto, por exemplo, em Ramallah, os árabes possuíam 99% das terras. Em toda a Palestina, os árabes possuíam 85% da terra, enquanto os judeus possuíam menos de 7%, o que permaneceu até a época da criação de Israel.

No entanto, apesar desses fatos, a recomendação de partição da ONU pedia que mais da metade das terras da Palestina fossem entregues aos sionistas para seu "Estado judaico". A verdade é que nenhum árabe poderia razoavelmente esperar aceitar uma proposta tão injusta.

Para os comentaristas políticos de hoje descrever a recusa dos árabes em aceitar uma recomendação de que sua terra seja tirada deles, baseada na rejeição explícita de seu direito à autodeterminação como uma "oportunidade perdida", representa uma ignorância espantosa das raízes do conflito ou a falta de vontade de olhar honestamente para a sua história.

Também deve ser notado que o plano de partição também foi rejeitado por muitos líderes sionistas. Entre aqueles que apoiaram a ideia, que incluía David Ben-Gurion, seu raciocínio era de que este seria um passo pragmático em direção ao objetivo de adquirir toda a Palestina para um "Estado judaico" - algo que poderia ser finalmente alcançado depois, pela força das armas.

Quando a ideia de partição foi levantada pela primeira vez anos antes, por exemplo, Ben-Gurion escreveu que "*depois de nos tornarmos uma grande força, como resultado da criação de um estado, aboliremos a partição e expandiremos para toda a Palestina*". A partição deveria ser aceita, argumentou ele, "*para preparar o terreno para nossa expansão em toda a Palestina*". O Estado judaico teria então "que preservar a ordem", se os árabes não concordassem, "com metralhadoras, se necessário".

MITO #4 - ISRAEL TEM O "DIREITO DE EXISTIR".

O fato de que este termo é usado exclusivamente em relação a Israel é instrutivo quanto à sua legitimidade, assim como o fato de que a exigência é colocada sobre os palestinos para que reconheçam o "direito de existir" de Israel, enquanto nenhuma exigência semelhante é feita aos israelenses para reconhecer o "direito de existir" de um Estado palestino.

Nações não têm direitos, as pessoas têm. O contexto adequado para a discussão está dentro do direito de todos os povos à autodeterminação. Visto neste contexto adequado, é uma observação elementar que não são os árabes que tem negado aos judeus esse direito, mas os judeus que negaram esse direito aos árabes. A terminologia do "direito de existir" de Israel é constantemente empregada para ofuscar esse fato.

Como já foi notado, Israel não foi criado pela ONU, mas surgiu em 14 de maio de 1948, quando a liderança sionista, unilateralmente e sem nenhuma autoridade legal, declarou a existência de Israel, sem especificar a extensão das fronteiras do novo estado. Em um momento, os sionistas declararam que os árabes não eram mais os proprietários de suas terras - agora pertencia aos judeus. Em um instante, os sionistas declararam que a maioria dos árabes da Palestina eram agora cidadãos de segunda classe no novo "Estado judaico".

Os árabes, é desnecessário dizer, não aceitaram passivamente esse desenvolvimento, e os países árabes vizinhos declararam guerra ao regime sionista para evitar uma grave injustiça contra os habitantes majoritários da Palestina.

Deve ser enfatizado que os sionistas não tinham direito à maioria das terras que declararam como parte de Israel, enquanto os árabes tinham. Essa guerra, portanto, não era, como é comumente afirmada nos comentários mainstream – um ato de agressão dos Estados árabes contra Israel. Em vez disso, os árabes estavam agindo em defesa de seus direitos, para evitar que os sionistas se apoderassem ilegalmente e injustamente das terras árabes privando a população árabe. O ato de agressão foi a declaração unilateral da liderança sionista sobre a existência de Israel e o uso da violência pelos sionistas para garantir seus objetivos antes e depois dessa declaração.

No decorrer da guerra que se seguiu, Israel implementou uma política de limpeza étnica. 700.000 palestinos árabes foram forçados a abandonar seus lares ou fugir do medo de novos massacres, como ocorreu na aldeia de Deir Yassin pouco antes da declaração sionista. Esses palestinos nunca foram autorizados a voltar para suas casas e terras, apesar de serem internacionalmente reconhecidos e codificados no direito internacional de que tais refugiados têm um “direito de retorno” inerente.

Os palestinos nunca concordarão com a exigência feita por Israel e seu principal benfeitor, os EUA, em reconhecer o "direito de existir" de Israel. Fazer isso é efetivamente afirmar que Israel tinha o "direito" de tomar terras árabes, enquanto os árabes não tinham direito à sua própria terra. É efetivamente afirmar que Israel tinha o "direito" de

limpar etnicamente a Palestina, enquanto os árabes não tinham direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade em suas próprias casas, em sua própria terra.

O uso constante do termo "direito de existir" no discurso hoje serve a um propósito específico: ele é projetado para ofuscar a realidade de que são os judeus que têm negado o direito árabe à autodeterminação, e não o contrário, e de outra forma, tentar legitimar os crimes israelenses contra os palestinos, tanto históricos quanto contemporâneos.

MITO #5 - AS ESTADOS ÁRABES AMEAÇARAM ISRAEL COM ANIQUILAÇÃO EM 1967 E 1973

O fato é que foi Israel que disparou o primeiro tiro da "Guerra dos Seis Dias". No início da manhã de 5 de junho, Israel lançou um ataque surpresa contra o Egito (então a República Árabe Unida) e com sucesso dizimou a força aérea egípcia enquanto a maioria de seus aviões ainda estavam no solo.

É virtualmente obrigatório que este ataque seja descrito pelos comentaristas hoje como "preventivo". Mas, por ter sido "preventivo", por definição, deve ter havido uma ameaça iminente de agressão egípcia contra Israel. No entanto, não havia nenhum.

É comumente alegado que a retórica belicosa do Presidente Nasser, o bloqueio do Estreito de Tiran, o movimento de tropas na Península do Sinai e a expulsão das forças de paz da ONU do seu lado da fronteira constituíam coletivamente tal ameaça iminente.

No entanto, as inteligências dos EUA e de Israel avaliaram na época que a probabilidade de Nasser atacar era baixa. A CIA avaliou que Israel tinha esmagadora superioridade em força bélica e que, no caso de uma guerra, derrotaria as forças árabes dentro de duas semanas; dentro de uma semana, se Israel atacasse primeiro, o que de fato ocorreu.

Deve-se ter em mente que o Egito foi vítima de agressão por parte dos britânicos, franceses e israelenses na "Crise de Suez" em 1956, após a nacionalização do Canal de Suez pelo Egito. Nessa guerra, as três nações agressoras conspiraram para guerrear contra o Egito, o que resultou na ocupação israelense da Península do Sinai. Sob pressão

norte-americana, Israel retirou-se do Sinai em 1957, mas o Egito não havia esquecido a agressão israelense.

Além disso, o Egito havia formado uma aliança frouxa com a Síria e a Jordânia, com cada um prometendo ajudar os outros no caso de uma guerra com Israel. Jordan criticou Nasser por não cumprir tal promessa após o ataque israelense à aldeia de Samu, na Cisjordânia, no ano anterior, e sua retórica era uma tentativa transparente de recuperar o prestígio no mundo árabe.

O posicionamento de Nasser era defensivo em vez de projetar uma intenção de travar uma ofensiva contra Israel, era bem reconhecido entre os israelenses proeminentes. Como Avraham Sela, do Centro Shalem, observou: *"O avanço egípcio no Sinai não tinha um plano ofensivo claro, e as instruções defensivas de Nasser assumiam explicitamente um primeiro ataque israelense."*

O primeiro-ministro israelense Menachem Begin reconheceu que *"em junho de 1967, tivemos novamente uma escolha. As concentrações do exército egípcio nos enfoques do Sinai não provam que Nasser estava prestes a nos atacar. Nós devemos ser honestos com nós mesmos. Nós decidimos atacá-lo."*

Yitzhak Rabin, que mais tarde se tornaria primeiro-ministro de Israel, admitiu em 1968 que *"não acho que Nasser queria a guerra. As duas divisões que ele enviou ao Sinai não teriam sido suficientes para iniciar uma guerra ofensiva. Ele sabia disso e nós sabíamos disso."*

Os israelenses também reconheceram que sua própria retórica na época sobre a "ameaça" da "aniquilação" dos Estados árabes era pura propaganda.

O general Chaim Herzog, comandante geral e primeiro governador militar da Cisjordânia ocupada após a guerra, admitiu que *"não havia perigo de aniquilação. A sede israelense nunca acreditou neste perigo."*

O general Ezer Weizman também disse: *"Nunca houve perigo de extermínio. Essa hipótese nunca havia sido considerada em nenhuma reunião séria."*

O chefe do Estado-Maior, Haim Bar-Lev, reconheceu: *"Não fomos ameaçados de genocídio na véspera da Guerra dos Seis Dias, e nunca havíamos pensado em tal possibilidade."*

O ministro israelense da Habitação, Mordechai Bentov, também reconheceu que *"toda a história do perigo do extermínio foi inventada em todos os detalhes e exagerada a posteriori para justificar a anexação de novo território árabe."*

Em 1973, no que os israelenses chamam de "Guerra do Yom Kippur", o Egito e a Síria lançaram uma ofensiva surpresa para retomar as colinas do Sinai e do Golã, respectivamente. Esta ação conjunta é popularmente descrita em relatos contemporâneos como uma "invasão" ou ato de "agressão" contra Israel.

No entanto, como já foi dito, após a guerra de junho de 1967, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 242 conclamando Israel a se retirar dos territórios ocupados. Israel, é desnecessário dizer, recusou-se a fazê-lo e permaneceu em perpétua violação do direito internacional desde então.

Durante a guerra de 1973, o Egito e a Síria "invadiram" o seu próprio território, então sob ocupação ilegal por Israel. O corolário da descrição dessa guerra como um ato de agressão árabe pressupõe implicitamente que a Península do Sinai, as Colinas de Golã, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza eram territórios israelenses. É desnecessário dizer que, esta é uma suposição grosseiramente falsa que demonstra a natureza absolutamente prejudicial e tendenciosa dos comentários mainstream quando se trata do conflito israelense-árabe.

Essa falsa narrativa se encaixa na mais ampla narrativa geral, igualmente falaciosa, de Israel como a "vítima" da intransigência e agressão árabe. Essa narrativa, em grande parte inquestionável no Ocidente, inverte a realidade.

MITO # 6 - A RESOLUÇÃO 242 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU PEDIU APENAS UMA RETIRADA PARCIAL DE ISRAEL.

A Resolução 242 foi aprovada na sequência da guerra de junho de 1967 e exigiu a "retirada das forças armadas de Israel dos territórios ocupados no recente conflito". Embora o argumento acima goze de ampla popularidade, não tem qualquer mérito.

A tese central deste argumento é que a ausência do artigo “os” antes de “territórios ocupados” naquela cláusula, significa que não se pretendia “todos os territórios ocupados”. Essencialmente, este argumento baseia-se na lógica ridícula de que, pela omissão do artigo na cláusula, podemos, portanto, entender que isso significa que “alguns dos territórios ocupados” era o significado pretendido.

Gramaticalmente, a ausência do artigo “os” não tem efeito sobre o significado desta cláusula, que se refere a “territórios”, no plural. Uma simples pergunta de teste decisivo é: *É o território que foi ocupado por Israel na guerra de 1967?* Se sim, então, sob o direito internacional e a Resolução 242, Israel é obrigado a retirar-se desse território. Tais territórios incluem as colinas sírias de Golã, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

A versão francesa da resolução, igualmente autêntica como a inglesa, contém o artigo definido, e a maioria dos membros do Conselho de Segurança deixou claro durante as deliberações que seu entendimento da resolução era que isso exigiria de Israel a retirada total de todos os territórios ocupados.

Além disso, é impossível conciliar com o princípio do direito internacional citado no preâmbulo da resolução, “a inadmissibilidade da aquisição do território pela guerra”. Dizer que a ONU pretendia que Israel pudesse reter parte do território que ocupava durante a guerra, iria contra o princípio citado.

É possível continuar abordando várias outras falácias lógicas associadas a esse argumento frívolo, mas, como é absurdo à primeira vista, seria supérfluo fazê-lo.

MITO #7 - A AÇÃO MILITAR ISRAELENSE CONTRA SEUS VIZINHOS É TOMADA APENAS PARA SE DEFENDER CONTRA O TERRORISMO.

Os fatos contam outra história. Tomemos, por exemplo, a devastadora guerra israelense de 1982 no Líbano. Como o analista político Noam

Chomsky documenta extensivamente em sua análise épica em The Fateful Triangle, esta ofensiva militar foi realizada com apenas o mais fino véu de um pretexto.

Enquanto se pode ler relatos contemporâneos insistindo que esta guerra foi travada em resposta a um bombardeio constante do norte de Israel pela OLP, então sediada no Líbano, a verdade é que, apesar das contínuas provocações israelenses, a OLP tinha com poucas exceções acatado ao cessar-fogo que havia entrado em vigor. Além disso, em cada um desses casos, foi Israel quem violou primeiro o cessar-fogo.

Entre as provocações israelenses, no começo de 1982, atacou e afundou barcos de pesca libaneses e cometeu centenas de violações de águas territoriais libanesas. Cometeu milhares de violações do espaço aéreo libanês, mas nunca conseguiu provocar a resposta da OLP que buscava para servir como o casus belli para a planejada invasão do Líbano.

Em 9 de maio, Israel bombardeou o Líbano, um ato que foi finalmente recebido com uma resposta da OLP quando lançou foguetes e artilharia contra Israel.

Então, um grupo terrorista liderado por Abu Nidal tentou assassinar o embaixador israelense Shlomo Argov em Londres. Embora a OLP estivesse em guerra com Abu Nidal, que havia sido condenado à morte por um tribunal militar da Fatah em 1973, e apesar do fato de Abu Nidal não tivesse sua base no Líbano, Israel citou esse evento como um pretexto para bombardear os campos de refugiados de Sabra e Chatila, matando 200 palestinos. A OLP respondeu atacando assentamentos no norte de Israel. No entanto, Israel não conseguiu provocar o tipo de resposta em larga escala que pretendia usar como um casus belli para a invasão planejada.

Como o estudioso israelense Yehoshua Porath sugeriu, a decisão de Israel invadir o Líbano, longe de ser uma resposta aos ataques da OLP, "*sobretudo seguida do próprio fato de que o cessar-fogo tinha sido respeitado*". Escrevendo no jornal israelense *Haaretz*, Porath avaliou que "*a esperança do governo é que, com a OLP atingida, sem uma base logística e territorial, retor-*

nará ao seu terrorismo anterior.... Desta forma, a OLP perderá parte da legitimidade política que conquistou ... minando o perigo de que elementos se desenvolvam entre os palestinos que possam se tornar um legítimo parceiro de negociação para futuras acomodações políticas. "

Como outro exemplo, pegue a operação de Israel Chumbo Fundido de 27 de dezembro de 2008 a 18 de janeiro de 2009. Antes do ataque de Israel à população sitiada e indefesa da Faixa de Gaza, Israel havia firmado um acordo de cessar-fogo com a autoridade governante lá, o Hamas. Ao contrário do mito popular, foi Israel, não o Hamas, quem acabou com o cessar-fogo.

O pretexto para a Operação Chumbo Fundido é obrigatoriamente descrito nos relatos da mídia ocidental como sendo os "milhares" de foguetes que o Hamas disparou contra Israel antes da ofensiva, em violação do cessar-fogo.

A verdade é que, desde o início do cessar-fogo em junho até 4 de novembro, o Hamas não disparou foguetes, apesar das numerosas provocações de Israel, incluindo operações na Cisjordânia e soldados israelenses que fazem disparos a esmo contra os habitantes de Gaza pela fronteira, resultando em vários feridos e pelo menos um morto.

Em 4 de novembro, foi novamente Israel quem violou o cessar-fogo, com ataques aéreos e uma invasão terrestre de Gaza que resultou em novas mortes. O Hamas finalmente respondeu com disparos de foguetes e, a partir daquele momento, o cessar-fogo estava efetivamente acabado, com ataques diários dos dois lados.

Apesar da falta de boa-fé de Israel, o Hamas ofereceu renovar o cessar-fogo a partir do momento em que estava previsto que expirasse oficialmente em dezembro. Israel rejeitou a oferta, preferindo, em vez disso, infligir punição coletiva violenta contra o povo de Gaza.

Como observou o Centro Israelense de Informações sobre Inteligência e Terrorismo, a trégua "*trouxe relativa calma à população ocidental do Neguev*", com 329 ataques de foguetes e morteiros, "a maioria deles durante o mês e meio depois de 4 de novembro", quando Israel havia violado e Efetivamente terminou a trégua. Isto está em notável con-

traste com os 2.278 ataques de foguetes e morteiros nos seis meses anteriores à trégua. Até 4 de novembro, o centro também observou: "*O Hamas teve o cuidado de manter o cessar-fogo*".

Se Israel quisesse continuar mitigando a ameaça de ataques com foguetes de militantes palestinos, simplesmente não teria terminado o cessar-fogo, que era altamente eficaz na redução do número de ataques, incluindo a eliminação de todos os ataques do Hamas. Em vez disso, não teria recorrido à violência, previsivelmente resultando em uma ameaça muito maior (*a escalada*) de ataques com foguetes e morteiros em retaliação por parte de grupos militantes palestinos.

Além disso, mesmo se Israel pudesse alegar que os meios pacíficos haviam sido esgotados e que uma força militar de recurso para agir em legítima defesa para defender sua população civil era necessária, isso comprovadamente não é o que aconteceu. Em vez disso, Israel atacou deliberadamente a população civil de Gaza com ataques desproporcionais e indiscriminados, sistemáticos e deliberados contra áreas residenciais, hospitais, escolas e outros locais protegidos com status civil sob o direito internacional.

Como observou o renomado jurista internacional que dirigia as investigações das Nações Unidas sobre o ataque, Richard Goldstone, os meios pelos quais Israel executou a Operação Chumbo Fundido não eram consistentes com seus objetivos declarados, mas eram mais indicativos de um ato deliberado de punição coletiva da população civil.

MITO #8 - DEUS DEU A TERRA AOS JUDEUS, ENTÃO OS ÁRABES SÃO OS OCUPANTES.

Nenhuma quantidade de discussão dos fatos em campo convencerá grande número de judeus e cristãos de que Israel poderia errar, pois consideram que suas ações têm a mão de Deus por trás, e que suas políticas são de fato a vontade de Deus. Eles acreditam que Deus deu a terra da Palestina, incluindo a Cisjordânia e a Faixa de Gaza ao povo judeu e, portanto, Israel tem o "direito" de tirá-la à força dos palestinos, que, nessa visão, são os ocupantes injustos da terra.

Mas pode-se simplesmente dirigir-se às páginas de seus próprios livros sagrados para demonstrar a falácia desta ou de outras crenças semelhantes. Os sionistas cristãos gostam de citar passagens da Bíblia como as seguintes para apoiar suas crenças sionistas:

> *" E Disse Yahweh a Abrão, depois que Ló separou-se dele: "De onde você está, olhe para o Norte, para o Sul, para o Leste e para o Oeste: Toda a terra que você está vendo darei a você e à sua descendência para sempre. Tornarei a sua descendência tão numerosa como o pó da terra. Se for possível contar o pó da terra, também se poderá contar a sua descendência. Percorra esta terra de alto a baixo, de um lado a outro, porque eu a darei a você". (Gênesis 13:14-17)*
>
> *"E eis que o Senhor estava em cima dela, e disse: Eu sou o Senhor Deus de Abraão teu pai, e o Deus de Isaque; esta terra, em que estás deitado, darei a ti e à tua descendência. (Gênesis 28:13)*

No entanto, os cristãos sionistas desconsideram convenientemente outras passagens que fornecem mais contexto para a compreensão deste pacto, como o seguinte:

> *"Guardai, pois, todos os meus estatutos, e todos os meus juízos, e cumpri-os, para que não vos vomite a terra, para a qual eu vos levo para habitar nela."* (Levítico 20:22)
>
> *"Mas, se não me ouvirdes, e não cumprirdes todos estes mandamentos... E se rejeitardes os meus estatutos, e a vossa alma se enfadar dos meus juízos, não cumprindo todos os meus mandamentos, para invalidar a minha aliança... E assolarei a terra e se espantarão disso os vossos inimigos que nela morarem. E espalhar-vos-ei entre as nações, e desembainharei a espada atrás de vós; e a vossa terra será assolada, e as vossas cidades serão desertas... Vocês perecerão entre as nações, e a terra dos seus inimigos os devorará.* (Levítico 26: 14, 15, 32-33, 38)
>
> *"Então Yahweh indignou-se muito contra Israel e os expulsou da sua presença. Só a tribo de Judá escapou.... Assim foi Israel removido para fora da sua própria terra à Assíria, até ao dia de hoje.* (2 Reis 17:18, 23 LTT)
>
> *"E eu disse: Depois que [Israel] fizer tudo isto, voltará para mim; mas não voltou; e viu isto a sua aleivosa irmã Judá. E vi que, por causa de tudo isto,*

por ter cometido adultério a rebelde Israel, a despedi, e lhe dei a sua carta de divórcio, que a aleivosa Judá, sua irmã, não temeu; mas se foi e também ela mesma se prostituiu. (Jeremias 3: 7-8)

Sim, na Bíblia, Yahweh (Javé), o Deus de Abraão, Isaque e Israel, disse aos hebreus que a terra poderia ser deles - se eles obedecessem aos seus mandamentos. No entanto, como a Bíblia conta a história, os hebreus foram rebeldes contra Yahweh em todas as suas gerações.

O que os sionistas judeus e cristãos omitem de seus argumentos bíblicos em favor da contínua ocupação de Israel é que Yahweh também disse aos hebreus, incluindo a tribo de Judá (de quem os "judeus" são descendentes), que os removeria da terra se quebrasse a aliança rebelando-se contra seus mandamentos, que é precisamente o que ocorre na Bíblia.

Assim, o argumento teológico para o sionismo não é apenas disparate de um ponto de vista secular, mas é também uma fabricação atacadista de uma perspectiva bíblica, representando uma rebeldia continuada contra Yahweh e sua Torá, e os ensinamentos de Yeshua o Messias (Jesus, o Cristo) no Novo Testamento.

MITO #9 - OS PALESTINOS REJEITAM A SOLUÇÃO DE DOIS ESTADOS PORQUE QUEREM DESTRUIR ISRAEL.

Em uma enorme concessão a Israel, os palestinos há muito aceitam a solução dos dois estados. Os representantes eleitos do povo palestino na Organização para a Libertação da Palestina (OLP) de Yasser Arafat desde os anos 70 reconheceram o estado de Israel e aceitaram a solução de dois Estados para o conflito. Apesar disso, a mídia ocidental continuou informando nos anos 90 que a OLP rejeitava essa solução e, em vez disso, queria apagar Israel do mapa.

O padrão se repetiu desde que o Hamas foi eleito no poder nas eleições palestinas de 2006. Embora o Hamas há anos aceite a realidade do Estado de Israel e demonstre disposição para aceitar um Estado palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza ao lado de Israel, é virtualmente obrigatório para a grande mídia ocidental, ainda hoje, relatar

que o Hamas rejeita a solução de dois Estados, que em vez disso busca "destruir Israel".

De fato, no início de 2004, pouco antes de ser assassinado por Israel, o xeique Ahmed Yassin, fundador do Hamas, disse que o Hamas poderia aceitar um Estado palestino ao lado de Israel. Desde então, o Hamas repetidamente reiterou sua disposição de aceitar uma solução de dois Estados.

No início de 2005, o Hamas emitiu um documento declarando seu objetivo de buscar um Estado palestino ao lado de Israel e reconhecendo as fronteiras de 1967.

O chefe exilado do gabinete político do Hamas, Khalid Mish'al, escreveu no *Guardian* de Londres em janeiro de 2006 que o Hamas estava "*pronto para fazer uma paz justa*". Ele escreveu que "*nunca reconheceremos o direito de qualquer poder de nos roubar nossa terra e nos negar nossos direitos nacionais.... Mas se você estiver disposto a aceitar o princípio de uma trégua a longo prazo, estamos preparados para negociar os termos.*"

Durante a campanha para as eleições de 2006, o principal oficial do Hamas em Gaza, Mahmoud al-Zahar, disse que o Hamas estava pronto para "*aceitar estabelecer o nosso estado independente na área ocupada em 67*", um reconhecimento tácito do estado de Israel.

O primeiro-ministro eleito do Hamas, Ismail Haniyeh, disse em fevereiro de 2006 que o Hamas aceitou "*o estabelecimento de um Estado palestino" dentro das 'fronteiras de 1967'.*

Em abril de 2008, o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter se reuniu com autoridades do Hamas e depois declarou que o Hamas '*aceitaria um Estado palestino nas fronteiras de 1967*' e '*aceitaria o direito de Israel de viver como vizinho em paz*'. O "*principal objetivo do Hamas era ver Israel vivendo em suas fronteiras atribuídas, nas fronteiras de 1967 e em um Estado palestino contíguo e vital ao lado.*"

Na mesma época, o líder do Hamas, Meshal, disse: "*Nós temos oferecido uma trégua se Israel se retirar para as fronteiras de 1967, uma trégua de 10 anos como prova de reconhecimento*".

Em 2009, Meshal disse que o Hamas "*aceitou um Estado palestino nas fronteiras de 1967*".

A mudança de política do Hamas para longe da rejeição total da existência do estado de Israel para a aceitação do consenso internacional sobre uma solução de dois Estados para o conflito é, em grande parte, um reflexo da vontade do público palestino. Uma pesquisa de opinião pública de abril do ano passado, por exemplo, descobriu que três em cada quatro palestinos estavam dispostos a aceitar uma solução de dois Estados.

MITO #10 - OS EUA SÃO MEDIADORES HONESTOS E BUSCAM A PAZ NO ORIENTE MÉDIO.

Retórica à parte, os EUA apoiam as políticas de Israel, incluindo sua ocupação ilegal e outras violações do direito internacional humanitário. Ele apoia as políticas criminais de Israel, financeira, militar e diplomaticamente.

O governo Obama, por exemplo, declarou publicamente que se opunha à política de colonização de Israel e ostensivamente "pressionava" Israel a congelar as atividades de colonização. No entanto, logo no início, o governo anunciou que não reduziria a ajuda financeira ou militar a Israel, mesmo se desafiasse leis internacionais e continuasse a construção dos assentamentos. Essa mensagem foi perfeitamente entendida pelo governo de Netanyahu em Israel, que continuou suas políticas de colonização.

Para citar outro exemplo direto, tanto a Câmara dos Representantes dos EUA como o Senado aprovaram resoluções declarando abertamente apoio à Operação Chumbo Fundido de Israel, apesar de um fluxo constante de relatórios que evidenciam crimes de guerra israelenses.

No dia em que o Senado americano aprovou sua resolução "*reafirmando o forte apoio dos Estados Unidos a Israel em sua batalha contra o Hamas*" (de 8 de janeiro de 2009), o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) emitiu um comunicado exigindo que Israel o permitisse para ajudar as vítimas do conflito, pois militares israelenses bloquearam o

acesso a palestinos feridos - um crime de guerra sob direito internacional.

No mesmo dia, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, emitiu uma declaração condenando Israel por atirar contra um comboio de ajuda humanitária da ONU que entregava suprimentos humanitários a Gaza e pelo assassinato de dois funcionários da ONU - ambos mais crimes de guerra.

No dia em que a Câmara aprovou sua própria versão da resolução, a ONU anunciou que tinha que interromper o trabalho humanitário em Gaza devido a inúmeros incidentes nos quais seus funcionários, comboios e instalações, incluindo clínicas e escolas, haviam ficado sob fogo israelense.

O apoio financeiro dos EUA para Israel supera US$ 3 bilhões anuais. Quando Israel travou uma guerra para punir a indefesa população civil de Gaza, seus pilotos voaram com caças F-16 fabricados nos EUA e helicópteros Apache, lançando bombas fabricadas nos EUA, incluindo o uso de munições de fósforo branco violando leis internacionais.

O apoio diplomático dos EUA a crimes israelenses inclui o uso do poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. Quando Israel travava uma guerra devastadora contra a população civil e a infraestrutura do Líbano no verão de 2006, os EUA vetaram uma resolução de cessar-fogo.

Como Israel estava conduzindo a Operação Chumbo Fundido, os EUA atrasaram a aprovação de uma resolução pedindo o fim da violência, e então se abstiveram em vez de criticar Israel, uma vez que finalmente permitiu que a resolução fosse posta em votação.

Quando o Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou oficialmente as conclusões e recomendações de sua investigação sobre crimes de guerra durante a Operação Chumbo Fundido, liderada por Richard Goldstone, os EUA responderam anunciando sua intenção de bloquear qualquer esforço para que o Conselho de Segurança, igualmente, adote suas conclusões e recomendações. O Congresso dos EUA aprovou uma resolução rejeitando o relatório de Goldstone porque descobriu que Israel havia cometido crimes de guerra.

Através do seu apoio virtualmente incondicional a Israel, os EUA bloquearam efetivamente quaisquer passos para implementar a solução de dois Estados para o conflito israelense-palestino. O assim chamado "processo de paz" consistiu, durante muitas décadas, na rejeição, pelos EUA e por Israel, da autodeterminação dos palestinos e do bloqueio de qualquer Estado palestino viável.

O ATAQUE DE ISRAEL AO EGITO EM JUNHO DE 1967 NÃO FOI "PREVENTIVO"

Originalmente publicado no Foreign Policy Journal em 4 de julho de 2010.

O ataque surpresa de Israel em 5 de junho de 1967 no Egito resultou na destruição da força aérea do Egito, enquanto a maioria de seus aviões ainda estavam no solo.

Afirma-se frequentemente que o ataque de Israel ao Egito, que começou em junho de 1967, com a Guerra dos Seis Dias, foi um "preventivo". Implícito nessa descrição está a ideia de que Israel estava sob ameaça iminente de um ataque do Egito. No entanto, essa interpretação histórica da guerra não é sustentada pelo registro documental.

O presidente do Egito, então conhecida como a República Árabe Unida (RAU), Gamal Abdel Nasser, mais tarde transmitiu ao presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, que o aumento de suas tropas na península do Sinai antes da guerra era para se defender de um ataque israelense.

Em uma reunião com Nasser, o enviado especial de Johnson à RAU, Robert B. Anderson, expressou a perplexidade dos Estados Unidos com o motivo de ter reunido tropas no Sinai, ao que Nasser respondeu: "*Acredite ou não, estávamos com medo de um ataque de Israel. Fomos informados de que os israelenses estavam reunindo tropas na fronteira da Síria com a ideia de atacar a Síria, e não esperavam grandes resistências, e depois atacaram a* RAU. "

Anderson, então disse a Nasser "*que era lamentável que a* RAU *acreditasse em tais relatórios, que simplesmente não estavam de acordo com os fatos*", aos quais Nasser respondeu que suas informações vinham de fontes confiáveis (presumivelmente referindo-se a informações de inteligência transmitidas pela URSS).

Nasser acrescentou que "*seu próprio Departamento de Estado chamou meu embaixador para os EUA em abril ou maio e avisou-o de que havia rumores de que poderia haver um conflito entre Israel e a RAU.*"

A inteligência dos EUA havia de fato previsto a próxima guerra. "*A CIA estava certa sobre o momento, a duração e o resultado da guerra*", observa David S. Robarge em um artigo disponível no site da CIA.

Em 23 de maio, o diretor de Inteligência Central Richard Helms apresentou a Johnson a avaliação da CIA de que Israel poderia "*se defender com sucesso de ataques árabes simultâneos em todos os frontes... ou aguentar firme em três frontes enquanto prepara com sucesso uma grande ofensiva no quarto.*"

Em um documento intitulado "Capacidades Militares de Israel e dos Estados árabes", a CIA avaliou que "*é quase certo que Israel alcançaria a supremacia aérea sobre a Península do Sinai em menos de 24 horas após tomar a iniciativa, ou, em dois ou três dias se a RAU atacasse primeiro.*"

Além disso, a CIA avaliou que a presença militar de Nasser no Sinai era defensiva, afirmando que "*forças de ataque blindadas poderiam romper a linha de defesa dupla da RAU no Sinai em três ou quatro dias e expulsar os egípcios do Canal de Suez em sete a nove dias. Israel poderia conter ataques da Síria ou da Jordânia durante este período*" (grifo nosso).

Embora os árabes tenham superioridade numérica em termos de equipamento militar, "*Mesmo assim, as FDI [Forças de Defesa de Israel] mantêm superioridade qualitativa sobre as forças armadas árabes em quase todos os aspectos das operações de combate*".

O próprio Johnson disse ao ministro das Relações Exteriores de Israel, Abba Eban: "*Todos os nossos funcionários da inteligência são unânimes em dizer que, se a RAU ataca, você vai jogá-los no inferno.*"

Enquanto isso, Israel afirmava que estava "muito derrotado", aparentemente presumindo, escreve Robarge, "*que Washington concordou com suas análises de tal especial valor que os líderes dos EUA ouviriam seus julgamentos sobre as questões árabe-israelense em detrimento de seus próprios serviços de inteligência*".

No entanto, "Helms fez o Gabinete de Estimativas Nacionais (ONE) preparar uma avaliação da avaliação do Mossad", que afirmou: "*Não acreditamos*" na alegação de que o israelense seja o oprimido "*era uma estimativa séria do tipo que eles enviariam aos seus próprios altos funcionários.*"

Nem os EUA nem a inteligência israelense avaliaram que havia algum tipo de ameaça séria de um ataque egípcio. Pelo contrário, ambos consideraram de que possibilidade de Nasser pudesse atacar primeiro era extremamente pequena.

O atual embaixador israelense nos EUA, Michael B. Oren, reconheceu em seu livro *Six Days of War*, amplamente considerado como o relato definitivo da guerra, que "*Segundo todos os relatórios que Israel recebeu dos americanos, e de acordo com sua própria inteligência, Nasser não tinha interesse em derramamento de sangue* ".

Na visão israelense, "Nasser teria que ser perturbado" para atacar Israel primeiro, e a guerra "*só poderia acontecer se Nasser sentisse que tinha completa superioridade militar sobre as FDI, se Israel fosse pega em uma crise doméstica e, mais crucialmente, fosse isolada internacionalmente - uma confluência muito improvável* " (pp. 59-60).

Quatro dias antes do ataque de Israel ao Egito, Helms se reuniu com um alto funcionário israelense que expressou a intenção de Israel de ir à guerra, e que a única razão pela qual não foi atacado era devido aos esforços do governo Johnson para conter ambos os lados para evitar um conflito violento.

"*Helms interpretou as observações como sugestão de que Israel atacaria muito em breve*", escreve Robarge. Ele relatou a Johnson "*que Israel provavelmente iniciaria uma guerra dentro de alguns dias.*"

Helms foi acordado às 3:00 da manhã de 5 de junho por um telefonema do Centro de Operações da CIA, que havia recebido o relatório de que Israel havia lançado seu ataque e que, ao contrário das alegações de Israel de que o Egito havia sido o agressor. Israel tinha atirado primeiro.

Yitzhak Rabin, que mais tarde se tornaria primeiro-ministro, disse ao Le Monde no ano seguinte à guerra de 1967: "*Eu não acho que Nasser*

queria guerra. As duas divisões que ele enviou ao Sinai em 14 de maio não seriam suficientes para iniciar uma ofensiva contra Israel. Ele sabia disso e nós sabíamos disso."

O primeiro ministro israelense, Menachem Begin, reconheceu em um discurso em 1982 que sua guerra contra o Egito em 1956 foi uma guerra de 'escolha' e que, "*em junho de 1967, tivemos novamente uma escolha. As concentrações do exército egípcio nas aproximações do Sinai não provam que Nasser estava prestes a nos atacar. Nós devemos ser honestos com nós mesmos. Nós decidimos atacá-lo.*"

Apesar de sua total falta de sustentabilidade do registro documental, e apesar de tais admissões das principais autoridades israelenses, é virtualmente obrigatório para os comentaristas dos principais veículos informativos da guerra de 1967, descrever o ataque de Israel ao Egito como "preventivo".

O MITO DA CRIAÇÃO DE ISRAEL PELA ONU

Originalmente publicado no Foreign Policy Journal, em 26 de outubro de 2010.

Existe uma crença amplamente aceita de que a Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas "criou" Israel, com base no entendimento de que essa resolução dividia a Palestina, ou de outra forma, atribuía autoridade legal ou legitimidade à declaração da existência do estado de Israel. No entanto, apesar de sua popularidade, essa crença não tem base em fatos, já que uma revisão da história da resolução e exame de princípios jurídicos demonstra de forma incontestável.

A Grã-Bretanha ocupara a Palestina durante a Primeira Guerra Mundial e, em julho de 1922, a Liga das Nações emitiu seu mandato para a Palestina, que reconheceu o governo britânico como potência ocupante e lhe conferiu a cor da autoridade legal para administrar temporariamente o território.[1] Em 2 de abril de 1947, buscando extrair-se do conflito que havia surgido na Palestina entre judeus e árabes como resultado do movimento sionista para estabelecer na Palestina uma "casa nacional para o povo judeu",[2] o Reino Unido apresentou uma carta à ONU solicitando ao secretário-geral que "*coloque a questão da Palestina na Agenda da Assembleia Geral em sua próxima Sessão Ordinária Anual*", e solicitando à Assembleia "*que faça recomendações, conforme o Artigo 10 da Carta, sobre o futuro governo da Palestina.*"[3] Para esse fim, em 15 de maio, a Assembleia Geral adotou a Resolução 106, que estabeleceu o Comitê Especial da ONU para a Palestina (UNSCOP) para investigar "a questão da Palestina", para "*preparar um relatório para a Assembleia Geral*" *com base em seus achados, e* "*apresentar propostas que considere apropriadas para a solução do problema da Palestina*".[4]

Em 3 de setembro, a UNSCOP emitiu seu relatório para a Assembleia Geral declarando sua recomendação majoritária de que a Palestina fosse dividida em estados judeus e árabes separados. Nota-se que

a população da Palestina no final de 1946 era estimada em quase 1.846.000, com 1.203.000 árabes (65%) e 608.000 judeus (33%). O crescimento da população judaica tinha sido principalmente o resultado da imigração, enquanto o crescimento da população árabe tinha sido "quase inteiramente" devido ao aumento natural. Foi observado que "não havia separação territorial clara de judeus e árabes em grandes áreas contíguas", e mesmo no distrito de Jaffa, que incluía Tel Aviv, os árabes constituíam a maioria.[5] As estatísticas sobre a propriedade da terras de 1945 mostraram que os árabes possuíam mais do que os judeus em todos os distritos da Palestina. O distrito com a maior porcentagem de propriedade judaica era Jaffa, onde 39% das terras eram de judeus, em comparação com 47% dos árabes[6]. Em toda a Palestina, na época em que a UNSCOP publicou seu relatório, os árabes possuíam 85% das terras,[7] enquanto os judeus possuíam menos de 7%.[8]

Apesar desses fatos, a proposta da UNSCOP era de que o estado árabe fosse constituído por apenas 45,5% de toda a Palestina, enquanto os judeus receberiam 55,5% da área total de seu estado.[9] O relatório da UNSCOP reconheceu que,

> *com relação ao princípio da autodeterminação, embora o reconhecimento internacional tenha sido estendido a este princípio no final da Primeira Guerra Mundial, ele foi adotado em relação aos outros territórios árabes, no momento da criação dos mandatos 'A', não foi aplicado à Palestina, obviamente por causa da intenção de tornar possível a criação do Lar Nacional Judaico. Na verdade, pode-se dizer que o Lar Nacional Judaico e o Mandato sui generis para a Palestina contrariam esse princípio.*[10]

Em outras palavras, o relatório reconheceu explicitamente que a negação da independência palestina para perseguir o objetivo de estabelecer um Estado judaico constituía uma rejeição do direito da maioria árabe à autodeterminação. E, no entanto, apesar desse reconhecimento, a UNSCOP aceitou essa rejeição dos direitos árabes por estar dentro dos limites de uma estrutura legítima e razoável para uma solução.

Após a emissão do relatório da UNSCOP, o Reino Unido emitiu uma nota declarando seu acordo com as recomendações do relatório,

mas acrescentando que *"se a Assembleia recomendasse uma política que não fosse aceitável, tanto para judeus como para árabes, o governo do Reino Unido não se sentiria capaz de implementá-lo."*[11] A posição dos árabes era clara desde o início, mas o Comitê Superior Árabe emitiu um comunicado em 29 de setembro reiterando que *"os árabes da Palestina estavam determinados a se oporem com todos os meios à sua disposição, a qualquer esquema que previsse segregação ou partição, ou que desse status a uma minoria especial e preferencial"*. Em vez disso, defendia a liberdade e a independência de um Estado árabe em toda a Palestina que respeitasse os direitos humanos, as liberdades fundamentais e a igualdade de todas as pessoas perante a lei e que protegesse os direitos e interesses legítimos de todas as minorias, garantindo liberdade de culto e acesso aos lugares santos.[12]

O Reino Unido seguiu com uma declaração reiterando *"que o governo de Sua Majestade não poderia desempenhar um papel importante na implementação de um esquema que não fosse aceitável tanto para árabes quanto para judeus"*, mas acrescentando que "eles não desejariam impedir a implementação de uma recomendação aprovada pela Assembleia Geral."[13]

O Comitê Ad Hoc sobre a Questão Palestina foi estabelecido pela Assembleia Geral logo após a publicação do relatório da UNSCOP para continuar estudando o problema e fazer recomendações. Um subcomitê, por sua vez, era encarregado de examinar as questões jurídicas relativas à situação na Palestina, e divulgou o relatório de seus achados em 11 de novembro. Tem-se observado que o relatório da UNSCOP havia aceitado uma premissa básica de *"que as reivindicações para a Palestina dos árabes e judeus ambos possuem validade"*, que *"não foi apoiada por nenhuma razão convincente e é comprovadamente contra o peso de todas as evidências disponíveis"*. Com o fim do mandato e com a retirada britânica, "não há mais obstáculo à conversão da Palestina num estado independente", o que "seria a culminação lógica dos objetivos do mandato" e do Pacto da Liga das Nações. Foi constatado que *"a Assembleia Geral não tem competência para recomendar, ainda menos para fazer valer qualquer solução que não seja o reconhecimento da independência da Palestina, e que o estabelecimento do futuro governo da Palestina é uma questão exclusivamente*

para o povo da Palestina." Concluiu-se que "*nenhuma discussão adicional sobre o problema da Palestina parece ser necessária ou apropriada, e este item deve ser retirado da agenda da Assembleia Geral*", mas que se houvesse uma disputa sobre esse ponto, "*seria essencial obter a opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça sobre essa questão*", como já havia sido solicitado por vários dos Estados árabes. Concluiu ainda que o plano de partição era "*contrário aos princípios da Carta, e as Nações Unidas não têm poder para dar efeito a ela*". A ONU não pode privar a maioria do povo da Palestina do seu território e transferi-lo para o uso exclusivo de uma minoria no país.... A Organização das Nações Unidas não tem poder para criar um Estado. Tal decisão só pode ser tomada pelo livre arbítrio das pessoas dos territórios em questão. Essa condição não é cumprida no caso da proposta da maioria, pois envolve o estabelecimento de um Estado judaico em completo desrespeito aos desejos e interesses dos árabes da Palestina.[14]

No entanto, a Assembleia Geral aprovou a Resolução 181 em 29 de novembro, com 33 votos a favor, 13 votos contra e 10 abstenções.[15] O texto relevante da resolução afirmava:

> A Assembleia Geral....
> Recomenda ao Reino Unido, como mandatário obrigatório para a Palestina, e aos demais membros das Nações Unidas, a adoção e implementação, no que diz respeito ao futuro governo da Palestina, do Plano de Partição com a União Econômica, indicadas a seguir;
>
> Solicita que
>
> (a) O Conselho de Segurança tomará as medidas necessárias, conforme previsto no plano para sua implementação;
>
> (b) O Conselho de Segurança considera, se as circunstâncias durante o período de transição exigirem tal consideração, se a situação na Palestina constitui uma ameaça à paz. Se decidir

> que tal ameaça existe, e a fim de manter a paz e a segurança internacionais, o Conselho de Segurança deve suplementar a autorização da Assembleia Geral, tomando medidas, nos termos dos artigos 39 e 41 da Carta, para capacitar a Comissão das Nações Unidas conforme disposto nesta resolução, exercer na Palestina as funções que lhe são atribuídas por esta resolução;
>
> (c) O Conselho de Segurança determina, como ameaça à paz, violação da paz ou ato de agressão, em conformidade com o artigo 39 da Carta, qualquer tentativa de alterar pela força a solução prevista nesta resolução;
> (d) O Conselho de Tutela seja informado das responsabilidades previstas neste plano;
>
> Apela aos habitantes da Palestina para que tomem as medidas que possam ser necessárias para pôr em prática este plano;
>
> Apela a todos os governos e a todos os povos que se abstenham de tomar medidas que possam dificultar ou retardar a realização dessas recomendações....[16]

Uma simples leitura do texto é suficiente para mostrar que a resolução não dividiu a Palestina ou oferece qualquer base legal para fazê-lo. Apenas recomendou que o plano de partição fosse implementado e solicitou ao Conselho de Segurança que assumisse o assunto de lá. Convocou os habitantes da Palestina a aceitar o plano, mas eles certamente não estavam obrigados a fazê-lo.

UM PLANO NUNCA IMPLEMENTADO

O assunto foi assim retomado pelo Conselho de Segurança, onde, em 9 de dezembro, o representante sírio na ONU, Faris El-Khouri, observou que *"a Assembleia Geral não é um governo mundial que pode ditar ordens, dividir países ou impor constituições, regras, regulamentos e tratados sobre pessoas sem o seu consentimento."* Quando o representante soviético Andrei Gromyko declarou a visão oposta de seu governo de que *"a resolução da*

Assembleia Geral deveria ser implementada" pelo Conselho de Segurança, El-Khouri respondeu observando ainda que

> "*certos parágrafos da resolução da Assembleia Geral que dizem respeito ao Conselho de Segurança são encaminhados ao Conselho, especificamente, os parágrafos (a), (b) e (c), descrevendo as funções do Conselho de Segurança em relação à questão palestina. Todos os membros do Conselho de Segurança estão familiarizados com as funções do Conselho, que estão bem definidas e claramente definidas na Carta das Nações Unidas. Eu não acredito que a resolução da Assembleia Geral possa adicionar ou excluir essas funções. As recomendações da Assembleia Geral são bem conhecidas por serem recomendações, e os Estados-membros não são obrigados pela força a aceitá-las. Os Estados-Membros podem ou não aceitá-los, e o mesmo se aplica ao Conselho de Segurança.*[17]

Em 6 de fevereiro de 1948, o Comitê Superior Árabe comunicou novamente ao Secretário Geral da ONU sua posição de que o plano de partição *era "contrário à redação e ao espírito da Carta das Nações Unidas"*. A ONU "não tem jurisdição para ordenar ou recomendar a divisão da Palestina. Não há nada na Carta para justificar tal autoridade, consequentemente a recomendação de partição é ultra vires e, portanto, nula e sem efeito." Além disso, o Comitê Superior Árabe observou que

> *as delegações árabes apresentaram propostas no Comitê Ad Hoc a fim de encaminhar toda a questão jurídica levantada para uma decisão do Tribunal Internacional de Justiça. As referidas propostas nunca foram postas em votação pelo presidente na Assembleia. As Nações Unidas são um organismo internacional encarregado de fazer cumprir a paz e a justiça em questões internacionais. Como haveria alguma confiança em tal órgão se recusa brusca e injustificadamente de encaminhar tal disputa ao Tribunal Internacional de Justiça?*

"*Os árabes da Palestina nunca reconhecerão a validade das recomendações de partição extorquidas ou a autoridade das Nações Unidas para produzi-las*", declarou o Comitê Superior Árabe, e eles "*considerariam que qualquer tentativa dos judeus ou qualquer poder ou grupo de poderes para estabelecer um Estado*

judaico em território árabe é um ato de agressão que será resistido em legítima defesa pela força."[18]

Em 16 de fevereiro, a Comissão da Palestina da ONU, encarregada pela Assembleia Geral de preparar a transferência de autoridade do Poder Mandatário para os governos sucessores sob o plano de partição, emitiu seu primeiro relatório ao Conselho de Segurança. Concluiu, com base na rejeição árabe, que "se vê confrontado com uma tentativa de desertar seus propósitos e anular a resolução da Assembleia Geral", e pediu ao Conselho de Segurança a fornecer uma força armada "que só poderia capacitar a Comissão a cumprir as suas responsabilidades no término do mandato". Na prática, a Comissão Palestina havia determinado que o plano de partição deveria ser implementado pela força, contra a vontade maioria da população da Palestina.[19]

Em resposta a essa sugestão, a Colômbia apresentou um projeto de resolução do Conselho de Segurança observando que a Carta da ONU "*não autorizava o Conselho de Segurança a criar forças especiais para os propósitos indicados pela Comissão das Nações Unidas para a Palestina*".[20] O delegado dos EUA, Warren Austin, também afirmou na 253ª reunião do Conselho de Segurança em 24 de fevereiro que

> *O Conselho de Segurança está autorizado a tomar medidas rigorosas em relação à Palestina para remover uma ameaça à paz internacional. A Carta das Nações Unidas não autoriza o Conselho de Segurança a impor um acordo político, seja por recomendação da Assembleia Geral ou do próprio Conselho de Segurança. Isso significa que: O Conselho de Segurança, sob a Carta, pode tomar medidas externas para prevenir a agressão contra a Palestina. O Conselho de Segurança, por esses mesmos poderes, pode tomar medidas dentro da Palestina para impedir que a criação de Israel seja uma ameaça à paz e à segurança internacional. Mas essa ação deve ser direcionada apenas para a manutenção da paz internacional. A ação do Conselho de Segurança, em outras palavras, é direcionada para manter a paz e não para cumprir a partição.*[21]

Os Estados Unidos, no entanto, submeteram seu próprio projeto de texto de forma mais ambígua, aceitando os pedidos da Comissão Palestina "*sujeitos à autoridade do Conselho de Segurança sob a Carta*"[22]. Faris El-Khouri fez objeções ao projeto de lei dos EUA, alegando que "*antes de aceitar esses três pedidos, é nosso dever verificar se eles estão ou não no âmbito do Conselho de Segurança, conforme limitado pela Carta. Se for descoberto que não são, devemos nos recusar a aceitá-las.*" Ele lembrou a declaração de Austin sobre a falta de autoridade do Conselho de Segurança, dizendo: "*Resultaria desse fato inegável que qualquer recomendação sobre um acordo político pode ser implementado somente se as partes envolvidas aceitarem e complementarem de bom grado.*" Além disso, "*o plano de partição em si constitui uma ameaça à paz, sendo abertamente rejeitado por todos aqueles que arcariam com o custo.*"[23] Austin, por sua vez, explicou a intenção do esboço dos EUA de que sua aceitação da Resolução 181 está sujeita à limitação de que a força armada não pode ser usada para implementação do plano, porque a Carta limita o uso da força das Nações Unidas expressamente a ameaças e violações de paz e agressões que afetam a paz internacional. Portanto, devemos interpretar a resolução da Assembleia Geral entendendo que as medidas das Nações Unidas para implementar esta resolução são medidas pacíficas.

Além disso, explicou Austin, a minuta dos EUA não autoriza o uso da execução sob os Artigos 39 e 41 da Carta para capacitar a Comissão das Nações Unidas a exercer na Palestina as funções que lhe são atribuídas pela resolução, pois a Carta não autoriza a Assembleia Geral ou o Conselho de Segurança para fazer tal coisa.[24]

Quando o Conselho de Segurança finalmente adotou uma resolução em 5 de março, limitou-se a tomar nota de "*Tendo recebido a resolução 181 da Assembleia Geral*" e o primeiro relatório mensal da Comissão Palestina, e resolveu pedir aos membros permanentes do Conselho que consultassem e informassem o Conselho de Segurança sobre a situação em relação à Palestina, e fazer, como resultado de tais consultas, recomendações sobre as orientações e instruções que o Conselho poderia dar à Comissão da Palestina no sentido de implementar a resolução da Assembleia Geral.[25]

Durante mais debates no Conselho de Segurança sobre como proceder, Austin observou que se tornara "*claro que o Conselho de Segurança não está preparado para prosseguir com os esforços para implementar esse plano na situação existente*". Ao mesmo tempo, ficou claro que a rescisão anunciada do mandato do Reino Unido em 15 de maio "resultaria, à luz da informação agora disponível, em caos, combates pesados e muita perda de vidas na Palestina". A ONU não poderia permitir isso, disse ele, e o Conselho de Segurança tinha a responsabilidade e autoridade sob a Carta de agir para evitar tal ameaça à paz. Os EUA também propuseram a criação de uma gestão fiduciária (Tutela) sobre a Palestina para dar mais oportunidades aos judeus e árabes de chegarem a um acordo mútuo. Enquanto se aguarda a convocação de um período extraordinário de sessões da Assembleia Geral para esse fim, "*acreditamos que o Conselho de Segurança deveria instruir a Comissão da Palestina a suspender seus esforços para implementar o plano de partição proposto*".[26]

O Presidente do Conselho de Segurança, falando como representante da China, respondeu: "*As Nações Unidas foram criadas principalmente para a manutenção da paz internacional. Seria realmente trágico se as Nações Unidas, ao tentarem um acordo político, fossem a causa da guerra. Por estas razões, a minha delegação apoia os princípios gerais da proposta da delegação dos Estados Unidos.*"[27] Em uma outra reunião do Conselho de Segurança, o delegado canadense afirmou que o plano de partição "*baseia-se em uma série de suposições importantes*", a primeira das quais "*presumiu-se que as duas comunidades na Palestina cooperariam em colocar em prática a solução para o problema da Palestina que foi recomendado pela Assembleia Geral.*"[28] O delegado francês, ao recusar estender a aprovação ou desaprovação da proposta dos EUA, observou que permitiria qualquer número de soluções alternativas do plano de partição de Israel, incluindo "*um único Estado com garantias suficientes para as minorias*".[29] O representante da Agência Judaica para a Palestina leu uma declaração rejeitando categoricamente "*qualquer plano para estabelecer um regime de tutela para a Palestina*", o que "*implicaria necessariamente a negação do direito dos judeus à independência nacional*".[30]

Conscientes do agravamento da situação na Palestina, e desejando evitar mais debates, os EUA propuseram outro projeto de resolução pedindo uma trégua entre grupos armados judaicos e árabes que Austin observou que "*não prejudicaria as alegações de nenhum grupo*" e que "*não menciona a gestão fiduciária.*"[31] Foi adotada como Resolução 43 em 1º de abril.[32] A Resolução 44 também foi aprovada no mesmo dia solicitando "*ao Secretário-Geral, de acordo com o artigo 20 da Carta das Nações Unidas, convocar uma sessão especial da Assembleia Geral para considerar mais a questão do futuro governo da Palestina*".[33] A Resolução 46 reiterou o apelo do Conselho de Segurança para a cessação das hostilidades na Palestina,[34] e a Resolução 48 estabeleceu uma "Comissão de Tréguas" para promover o objetivo de implementar suas resoluções pedindo o fim da violência.[35]

Em 14 de maio, a liderança sionista declarou unilateralmente a existência do Estado de Israel, citando a Resolução 181 como o "reconhecimento pelas Nações Unidas do direito do povo judeu de estabelecer seu Estado."[36] Como previsto, a guerra se seguiu.

A AUTORIDADE DA U.N. EM RELAÇÃO À PARTIÇÃO

O Artigo 1 do Capítulo 1 da Carta das Nações Unidas define seus propósitos e princípios, que são "*manter a paz e segurança internacionais*", para "*desenvolver relações amistosas entre nações baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos*", "*alcançar a cooperação internacional*" em várias questões e "*promover e encorajar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos*".

As funções e poderes da Assembleia Geral estão listadas no Capítulo IV, Artigos 10 a 17. Tem a tarefa de iniciar estudos e fazer recomendações para promover a cooperação internacional e o desenvolvimento do Direito Internacional, para receber relatórios do Conselho de Segurança e outros órgãos do Conselho da ONU, e considerar e aprovar o orçamento da organização. Também é encarregado de executar funções sob o Sistema de Tutela Internacional. Sua autoridade é limitada a considerar e discutir assuntos dentro do escopo da Carta,

fazer recomendações aos Estados-membros ou ao Conselho de Segurança, ou chamar a atenção dos assuntos ao Conselho de Segurança.

O Capítulo V, Artigos 24 a 26, estabelece as funções e poderes do Conselho de Segurança. É encarregado de manter a paz e a segurança de acordo com os propósitos e princípios da ONU. Os poderes específicos concedidos ao Conselho de Segurança estão descritos nos Capítulos VI, VII, VIII e XII. Nos termos do Capítulo VI, o Conselho de Segurança pode pedir às partes que resolvam litígios por meios pacíficos, investiguem e determinem se uma disputa ou situação constitui uma ameaça à paz e à segurança. Pode recomendar procedimentos apropriados para resolver disputas, levando em consideração que "*as disputas legais devem, como regra geral, ser encaminhadas pelas partes ao Tribunal Internacional de Justiça*". Sob o Capítulo VII, o Conselho de Segurança pode determinar a existência de uma ameaça à paz e fazer recomendações ou decidir quais medidas devem ser tomadas para manter ou restaurar a paz e a segurança. Pode convocar as partes interessadas a tomar medidas provisórias "*sem prejuízo dos direitos, reivindicações ou posição das partes envolvidas*". Pode solicitar aos Estados-membros que empreguem "*medidas que não envolvam o uso de força armada*" para executá-las. Caso tais medidas sejam inadequadas, ela pode autorizar o uso das forças armadas "*para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais*". O Capítulo VIII declara que o Conselho de Segurança "*encorajará o desenvolvimento de acordos pacíficos de disputas locais*" por meio de acordos ou agências regionais, e o utilizará para executar ações sob sua autoridade.

As funções e poderes do Sistema Internacional de Tutela estão listados nos Capítulos XII, Artigos 75 a 85. O propósito do sistema é administrar e supervisionar os territórios nele localizados por acordo com o objetivo de "*desenvolvimento rumo ao autogoverno ou independência que possa ser apropriado às circunstâncias particulares de cada território e seus povos e aos desejos livremente expressos dos povos interessados*". O sistema deve operar de acordo com as finalidades da ONU indicadas no Artigo 1, incluindo o respeito ao direito de autodeterminação. A Assembleia Geral está encarregada de todas as funções "*não designadas como estratégicas*",

que são designadas para o Conselho de Segurança. Um Conselho de Tutela é estabelecido para auxiliar a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança a desempenhar suas funções no sistema.

O Capítulo XIII, Artigo 87 estabelece as funções e os poderes do Conselho de Tutela, que são compartilhados pela Assembleia Geral. É concedida autoridade para avaliar relatórios, aceitar e examinar petições, prever visitas a territórios de confiança e "*tomar essas e outras ações em conformidade com os termos dos acordos da Administração Fiduciária.*"

Outra seção relevante é o Capítulo XI, intitulado "Declaração Relativa aos Territórios não Autônomos", no qual afirma que

> *Membros das Nações Unidas que têm ou assumem responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não atingiram uma medida plena de autogoverno, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são primordiais e aceitam como uma sagrada obrigação de promover ao máximo, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido pela presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios...*

Para tal, os Estados-membros devem "*desenvolver o autogoverno, levar em conta as aspirações políticas dos povos e ajudá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres*".

CONCLUSÃO

O plano de partição proposto pela UNSCOP procurou criar dentro da Palestina um Estado judaico contrário à vontade expressa da maioria de seus habitantes. Apesar de constituir apenas um terço da população e possuir menos de 7% das terras, procurou conceder aos judeus mais da metade da Palestina com o propósito de criar esse Estado judaico. Seria, em outras palavras, tirar terras dos árabes e entregá-las aos judeus. A injustiça inerente ao plano de partilha está em contraste gritante com o plano alternativo proposto pelos árabes, de um Estado independente da Palestina no qual os direitos da minoria judaica seriam reconhecidos e respeitados, e que permitiriam a representação da população judaica em um governo democrático. O plano de partilha

era descaradamente prejudicial aos direitos da maioria da população árabe e tinha como premissa a rejeição do seu direito à autodeterminação. Isso é ainda mais incontroverso na medida em que o próprio relatório da UNSCOP reconheceu explicitamente que a proposta de criar um Estado judaico na Palestina era contrária ao princípio da autodeterminação. O plano também tinha como premissa a suposição errônea de que os árabes simplesmente concordariam em ter suas terras tiradas deles e voluntariamente cederiam seus direitos majoritários, incluindo seu direito à autodeterminação.

A Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU não dividiu a Palestina legalmente nem conferiu à liderança sionista qualquer autoridade legal para declarar unilateralmente a existência do Estado judaico de Israel. Apenas recomendou que o plano de partição do UNSCOP fosse aceito e implementado pelas partes envolvidas. Naturalmente, para ter qualquer peso de lei, o plano, como qualquer contrato, teria que ter sido formalmente acordado por ambas as partes, o que não foi. Nem a Assembleia Geral poderia legalmente dividir a Palestina ou conferir autoridade legal para a criação de Israel à liderança sionista, já que simplesmente não tinha tal autoridade para conferir. Quando o Conselho de Segurança assumiu a questão pela Assembleia Geral, não chegou a um consenso sobre como proceder com a implementação do plano de partição. Como é evidente que o plano não poderia ser implementado por meios pacíficos, a sugestão de que fosse implementado pela força foi rejeitada pelos membros do Conselho de Segurança. O simples fato da questão é que o plano nunca foi implementado. Numerosos delegados dos Estados-membros, incluindo os EUA, chegaram à conclusão de que o plano era impraticável e, além disso, o Conselho de Segurança não tinha autoridade para implementar tal plano, exceto por consentimento mútuo das partes envolvidas, que estava ausente neste caso.

Os EUA, a Síria e outros Estados-membros estavam corretos em suas observações de que, embora o Conselho de Segurança tivesse autoridade para declarar uma ameaça à paz e autorizar o uso da força para lidar com isso e manter ou restaurar a paz e a segurança, não tem

autoridade para implementar pela força um plano para dividir a Palestina contrariamente à vontade da maioria de seus habitantes. Qualquer tentativa de usurpar tal autoridade tanto pela Assembleia Geral quanto pelo Conselho de Segurança teria sido uma violação *prima facie* do princípio fundador da Carta de respeito pelo direito à autodeterminação de todos os povos e, portanto, nula e sem efeito segundo o direito internacional.

Em suma, a alegação popular de que a ONU "criou" Israel é um mito, e a afirmação de Israel em seu próprio documento fundador de que a Resolução 181 da ONU constituía autoridade legal para a criação de Israel, ou de outra forma constituía o "reconhecimento" pela ONU do "direito" dos judeus sionistas de expropriar para si terras árabes, e, negar à maioria da população árabe daquelas terras seu próprio direito à autodeterminação, é uma fraude de patente.

Além disso, os corolários podem ser desenhados. O desastre hemorrágico na Palestina não era inevitável. A UNU foi criada com o propósito de prevenir tais catástrofes. No entanto, falhou miseravelmente fazê-lo, em inúmeras acusações. Ele falhou em seu dever de encaminhar as questões legais das reivindicações à Palestina para a Corte Internacional de Justiça, apesar dos pedidos dos Estados-membros. Não conseguiu usar todos os meios dentro de sua autoridade, incluindo o uso de forças armadas, para manter a paz e evitar que a guerra que foi prevista que ocorreria após o término do Mandato. E o mais importante, longe de sustentar seus princípios fundadores, a ONU efetivamente atuou para impedir o estabelecimento de um Estado independente e democrático da Palestina, em violação direta dos princípios de sua própria Carta. As consequências dessas e outras falhas ainda são testemunhadas pelo mundo hoje em dia. O reconhecimento da grave injustiça perpetrada contra o povo palestino a esse respeito e a eliminação de tais mitos históricos é essencial para que se encontre um caminho para a paz e a reconciliação.

REFERÊNCIAS

1. O Mandato Palestino do Conselho da Liga das Nações, de 24 de julho 1922 http://avalon.law.yale.edu/20th_century/palmanda.

2. Grã-Bretanha tinha contribuído para o conflito fazendo promessas contraditórias para judeus e árabes, incluindo uma declaração aprovada pelo Gabinete Britânico que dizia: "*O governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o Povo Judeu, e empregará todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo, entendendo-se claramente que nada será feito que possa atentar contra os direitos civis e religiosos das coletividades não-judaicas existentes na Palestina, nem contra os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país.*" Esta declaração foi entregue pelo Secretário dos Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour, o representante do movimento sionista Lord Lionel Walter Rothschild em uma carta de 2 de novembro de 1917, e assim veio ser conhecida como "A Declaração Balfour", http://avalon.law.yale.edu/20th_century/balfour.asp.

3. Carta da Delegação do Reino Unido às Nações Unidas junto ao Secretário-Geral da ONU, de 2 de abril de 1947, http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/87aaa6be8a3a7015802564ad0037ef57?OpenDocument.

4. Resolução 106 da Assembleia Geral ONU, de 15 de maio de 1947, http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/f5a49e57095c35b685256bcf0075d9c2?OpenDocument.

5. Relatório do Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina à Assembleia Geral, em 3 de setembro de 1947, http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/07175de9fa2de563852568d3006e10f3?OpenDocument.

6. "Propriedade Territorial Palestina por Subdistritos (1945)", Nações Unidas, agosto de 1950, http://domino.un.org/maps/m0094.jpg. O mapa foi preparado de acordo com as instruções do Subcomitê 2 do Comitê Ad Hoc sobre a questão Palestina e apresentado como Mapa No. 94 (b). As estatísticas foram as seguintes (propriedade de terra árabe/judaica em porcentagens): Safad: 68/18; Acre: 87/3; Tiberíades: 51/38; Haifa: 42/35; Nazaré: 52/28; Bete-Seã: 44/34; Jenin: 84/1, Tulcarém: 78/17; Nablus: 87/1; Jaffa: 47/39; Ramla: 77/14; Ramalá: 99/menos que 1; Jerusalém: 84/2; Gaza: 75/4; Hebrom: 96/menos de 1; Bersebá: 15/menos de 1.

7. Relatório da UNSCOP.

8. Walid Khalidi, "Revisitando a Resolução de Partição da UNGA", Journal of Palestine Studies XXVII, n. 1 (Outono de 1997), p. 11, http://www.palestinestudies.org/enakba/diplomacy/Khalidi,%20Revisiting%20the%201947%20UN%20Partition%20Resolution.pdf. Edward W. Said, *The Question of Palestine* (New York: Vintage Books Edition, 1992), pp. 23, 98.

9. Khalidi, p. 11.

10. Relatório UNSCOP.

11. "REINO UNIDO Aceita Recomendações Gerais da UNSCOP; Não Implementará a Política Inaceitável tanto para Árabes quanto para Judeus", Comunicado de Imprensa, Comitê Ad Hoc sobre a Questão Palestina 2ª Reunião, 26 de setembro de 1947, http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/a8c17fca1b8cf533852569 1b0063f769?OpenDocument.

12. "O caso árabe declarado pelo sr. Jamal Husseini", Comunicado de imprensa, Comitê Ad Hoc sobre a Palestina 3ª Reunião, Nações Unidas, 29 de setembro de 1947, http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/a8c17fca1b8cf5338525691b0063f769?OpenDocument.

13. "O Comitê da Palestina ouve o Reino Unido e entra em recesso; Encontro de Subcomitês ", Comunicado de Imprensa, Comissão Ad Hoc sobre a Palestina 24ª Reunião, Nações Unidas, 20 de novembro de 1947, http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/12966c9f443583e085256a7200661aab?OpenDocument.

14. "Comitê Ad Hoc sobre o Relatório da Questão Palestina do Subcomitê 2", Nações Unidas, 11 de novembro de 1947, http://unispal.un.org/pdfs/AAC1432.pdf.

15. Assembleia Geral das Nações Unidas 128ª Reunião Plenária, Nações Unidas, 29 de novembro de 1947, http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/46815f76b9d9270085256ce600522c9e?OpenDocument.

16. Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 29 de novembro de 1947, http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/7f0af2bd897689b785256c330061d253?OpenDocument.

17. 222ª Reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 9 de dezembro de 1947, http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/ce37bc968122a33985256e6900649bf6?OpenDocument.

18. "Primeiro Relatório Especial ao Conselho de Segurança: 'O Problema da Segurança na Palestina', Comissão das Nações Unidas da Palestina, 16 de fevereiro 1948, http://domino.un.org/unispal.nsf/5ba47a5c6cef541b802563e000493b8c/fdf734eb76c39d6385256c4c004cdba7?OpenDocument.

19. Ibid.

20. Projeto de Resolução sobre a questão palestina submetida pelo Representante da Colômbia na 254ª Reunião do Conselho de Segurança, em 24 de fevereiro 1948, http://unispal.un.org/pdfs/S684.pdf.

21. 253ª Reunião do Conselho de Segurança da ONU (S/PV.253), em 24 de fevereiro de 1948, http://documents.un.org.

22. Projeto de Resolução sobre a Questão Palestina Enviado pelo Representante dos Estados Unidos na 255ª Reunião do Conselho de Segurança, em 25 de fevereiro de 1948, http://unispal.un.org/pdfs/S685.pdf.

23. Reunião do 260º Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2 de março de 1948, http://domino.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/fcbe849f43cbb7158525764f00537dcb?OpenDocument.

24. Ibid.

25. Resolução 42 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 5 de março de 1948, http://domino.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/d0f3291a30a2bc30852560ba006cfb88?OpenDocument.

26. Conselho de Segurança da ONU, 271ª Reunião, em 19 de março de 1948, http://domino.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/d0f3291a30a2bc30852560ba006cfb88?OpenDocument.

27. Ibid.

28. 274ª Reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 24 de março de 1948, http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL4/812/32/PDF/NL481232.pdf?OpenElement.

29. Ibid. [30] Ibid.

30. 275ª Reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 30 de março de 1948, http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL4/812/32/PDF/NL481232.pdf?OpenElement.

31. Resolução 43 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 1 de abril de 1948, http://domino.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/676bb71de92db89b852560ba006748d4?OpenDocument.

32. Resolução 44 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 1 de abril de 1948, http://domino.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/1b13eb4af9118629852560ba0067c5ad?OpenDocument.

33. Resolução 46 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 17 de abril de 1948, http://domino.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/9612b691fc54f280852560ba006da8c8?OpenDocument.

34. Resolução 48 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 23 de abril de 1948, http://domino.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/d9c60b4a589766af852560ba006ddd95?OpenDocument.

35. A Declaração do Estabelecimento do Estado de Israel, 14 de maio de 1948, http://www.mfa.gov.il/mfa/peace%20process/guide%20to%20the%20peace%20process/declaration%20of%20establishment%20of%20state%20of%20israel.

A RÉPLICA PARA ‘É UM MITO A CRIAÇÃO DE ISRAEL PELA ONU? PERGUNTE AO FOREIGN POLICY JOURNAL’

Originalmente publicado no Foreign Policy Journal em 28 de outubro de 2010.

O *Israel National News* (INN) publicou um editorial sobre o meu ensaio “O Mito da Criação da ONU de Israel”, no qual eles pediram ao Dr. Mordecai Nisan, um professor da Universidade Hebraica, para responder. Há duas observações a serem feitas sobre este editorial: Primeiro, na verdade não refuta nem um único ponto de fato ou lógica do meu artigo, e, segundo, o Dr. Nisan, de fato, reconhece que minha tese está correta.

"É claro que é um mito afirmar ou acreditar que a ONU criou Israel", admite o Dr. Nisan em sua resposta. Pode-se pensar que, uma vez que há acordo sobre esse ponto, não haveria muito o que debater. O que ele desafia, no entanto, não é a tese em si, mas o corolário de que a liderança sionista carecia de qualquer fundamento legal para sua declaração unilateral do estabelecimento do estado de Israel.

"É verdade que a fundação de Israel veio pela espada", reconhece Nisan. Mas ele argumenta que esse uso da força foi “*exercido em nome do direito transcendental de um povo antigo e integral, cuja reivindicação especial à Terra de Israel nenhuma outra coletividade humana pode igualar*”. Em outras palavras, os direitos dos judeus ao território Palestino “*transcenderam*” os direitos dos árabes, de modo que o uso da força pelos sionistas para criar seu Estado judaico (época em que mais de 700.000 árabes foram

etnicamente expulsos da Palestina) foi, portanto, legítimo. O Dr. Nisan, logo, apresenta um argumento racista para a legitimidade de Israel – na verdade, um antissemita, já que os árabes também são semitas.

Eu observaria que, além de ser um argumento racista, isso não nega de forma alguma um único ponto de fato ou lógica do meu ensaio. Alguém pode alegar que Javé (Yahweh) deu a terra aos judeus (uma alegação não apoiada pela Bíblia), mas o fato permanece – como o Dr. Nisan reconhece – que a ONU, nem criou o Estado judaico nem conferiu à liderança sionista qualquer autoridade legal para declarar unilateralmente o estabelecimento do estado de Israel. O argumento teológico é uma discussão inteiramente separada, sem nenhum impacto em minha tese.

Em outros lugares, o editorial do INN simplesmente se baseia em *falácias do espantalho* para fazer suas observações. Apenas para esclarecer as coisas, eu não argumentei no meu ensaio que a Assembleia Geral "*não tinha o direito de propor o plano de partição*". A Assembleia Geral de fato tinha a autoridade e o dever de fazer recomendações para resoluções pacíficas de conflitos internacionais. Neste caso, apesar disso, o ponto é que, ao aceitar a recomendação majoritária da Comissão Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP) para dividir a Palestina, isso inflamou a situação. A UNSCOP rejeitou explicitamente o direito dos palestinos árabes à autodeterminação. Como observei no artigo, o plano solicitava a retirada de terras dos árabes (a maioria composta por 65% da população, que possuía 85% das terras, mas que foram oferecidos com apenas 45,5% do território sob o plano) e dando aos judeus (a minoria que compreende 33% da população, que possuía apenas 7% das terras, mas que foram oferecidos com 55.5% do território), e era, portanto, inerentemente desigual e impraticável. A única maneira que esse plano poderia ter qualquer força legal teria sido se ambos os lados o aceitassem. Os árabes o rejeitaram de forma sensata. Por tanto, era discutível. Nem a Assembleia Geral da ONU nem o Conselho de Segurança tinham autoridade para implementar a divisão pela força ou conferir à liderança sionista qualquer autoridade.

Eu também não argumentei que "*a população árabe não recebeu o direito de autodeterminação porque a ONU queria criar o Estado judaico*". Em primeiro lugar, longe de mim afirmar que a autodeterminação é algo "dado"! A autodeterminação não é um privilégio concedido, mas um direito inerente e inalienável. A descaracterização do INN daquilo que eu realmente escrevi, portanto, serve apenas para demonstrar a própria ignorância de seus editores sobre esse princípio elementar de moralidade e lei. Em segundo lugar, para esclarecer ainda mais, o que afirmei em meu artigo é que o plano de partição tinha como premissa a rejeição explícita do direito dos palestinos árabes à autodeterminação. Isso não é uma "reivindicação", como afirma a INN, mas um fato demonstrável, reconhecido claramente no próprio relatório da UNSCOP.

O Dr. Nisan cria um argumento semelhante ao do *espantalho* sugerindo que "*Hammond ... apontou a força como a única alternativa*" para a partição. Longe de mim sugerir uma coisa dessas! Na verdade, argumentei o contrário em meu ensaio, de que havia cursos alternativos de ação que poderiam ter evitado a trágica guerra que se seguiu. O Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, tinha autoridade para declarar uma ameaça à paz e autorizar o uso da força para impedir a violência que ocorreu. Tinha a autoridade para estabelecer uma Administração Fiduciária sobre a Palestina até que seus habitantes estivessem preparados para exercer a independência sem recorrer à violência. E, mais importante, a proposta alternativa de partição poderia ter sido implementada, que era a proposta árabe de estabelecer um estado independente da Palestina em que os direitos da minoria judaica foram reconhecidos e protegidos sob uma constituição que garantiria a representação judaica em seu corpo legislativo. No entanto, esta solução democrática foi rejeitada pelos sionistas, que preferiram a "espada", como reconhece o Dr. Nisan - a limpeza étnica de mais de 700.000 árabes da terra.

"*A linha de argumentação de Hammond leva à dissolução do gerenciamento de conflito ou capacidade de resolução da ONU* ", escreve o Dr. Nisan. Isso é um

non sequitur. Como acabei de notar, na verdade argumentei o contrário em meu ensaio.

Dr. Nisan afirma que a minoria judaica também tinha uma reivindicação de autodeterminação. Certamente! Longe de mim sugerir o contrário. Mas o fato é que o uso da força para adquirir território era, como agora, ilegítimo sob o direito internacional. O princípio da inadmissibilidade da aquisição do território pela força é enfatizado, por exemplo, na Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, que pede para que Israel se retire dos territórios que ocupou durante a guerra de junho de 1967.

O Dr. Nisan afirma que a rejeição árabe do plano foi "*em violação da decisão internacional de partição*". Observe a palavra "violação", implicando em uma falha no cumprimento de uma lei, para manter uma confiança ou obrigação contratual, etc. Os árabes "não violaram" nada ao rejeitar o plano – um plano que, se tivesse sido implementado, teria sido uma violação da Carta da ONU.

Partindo da premissa de que a ONU não tinha autoridade legal para implementar o plano de partição, Nisan traça o corolário de que "*não há razão para aceitar a autoridade da Resolução 194 da Assembleia Geral da ONU que pede o retorno dos refugiados palestinos.*" Seria correto dizer que esta resolução da Assembleia Geral, como todas as resoluções da mesma, não é juridicamente vinculante. No entanto, Israel ainda está vinculado ao direito internacional tanto formal como consuetudinário, e o direito ao retorno dos refugiados é um direito universalmente reconhecido, codificado em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, do qual Israel é signatário.

O Dr. Nisan afirma: "*Uma ONU castrada não pode ser manipulada para ser boa apenas para os árabes e ruim para os judeus quando isso é politicamente conveniente*". Certamente! Longe de mim discordar. Mas o Dr. Nisan afirma em seguida: "*Hammond argumenta que a ONU não tem o direito de criar Israel, então não tem o direito de dissolver sua existência sob o pretexto de santificar a resolução 194 de 62 anos atrás*". Dr. Nisan assim tenta mudar de assunto, mas ao fazê-lo, não faz nada para realmente refutar qualquer coisa que

eu tenha escrito. Sem entrar na questão tangencial da demografia contemporânea, mais uma vez, que a ONU não tinha o direito de criar Israel dividindo a Palestina não é uma reivindicação, é uma questão de fato sob a Carta da ONU e o direito internacional. Em suma, nem o INN nem o Dr. Nisan conseguiram indicar um só erro em qualquer fato ou lógica da minha parte no meu ensaio. Os fatos são como os afirmei e as conclusões lógicas são inevitáveis.

A DEMONIZAÇÃO DE RICHARD FALK

Originalmente publicado no Foreign Policy Journal em 26 de abril de 2013.

A organização sionista UN WATCH citou um comentário do professor Richard Falk sobre os atentados de Boston em uma nota ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, exigindo que o prof. Falk seja repreendido por isso. O Sr. Falk, que atua como Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967, postou originalmente o comentário em seu blog e eu o republiquei, como frequentemente faço com seus escritos, com sua gentil permissão, no *Foreign Policy Journal*, cuja versão da UN Watch cita em sua nota. Como se deve esperar, a nota da UN Watch é caracterizada por seus ataques desonestos e vaidosos contra o caráter do Prof. Falk, que desviam a atenção e não abordam a substância do que ele escreveu.

A nota da UN Watch começa com a mentira de que o Prof. Falk em seu artigo 'justifica os ataques terroristas de Boston'. Ela também alega falsamente que o Prof. Falk culpou os ataques terroristas de Boston a Israel e caracterizou os ataques como "devida 'retribuição' pelos pecados dos americanos". Onde o Sr. Falk discute Israel no artigo, é no contexto mais amplo de *blowback* pelas políticas externas dos EUA, incluindo os ataques de 11 de setembro, que, como a Comissão do 11/9 observou em seu relatório, foram motivados em grande parte pelo apoio dos EUA para a opressão de Israel aos palestinos. Em nenhum lugar em seu comentário, o Sr. Falk culpou Israel ou ligou Israel às explosões em Boston.

Quanto à palavra "retribuição", onde aparece no artigo do Sr. Falk, é no contexto de uma citação de outra pessoa. O que Falk realmente escreveu foi:

Ouvindo um programa da PBS horas após o evento em Boston, fiquei impressionado com as atitudes críticas das várias ligações para a rádio: .... Outro ouvinte perguntou: *"Isso não é um tipo de retribuição pela tortura infligida pelas forças de segurança americanas agindo sob a autoridade do governo e verificada pelo mundo por fotos da humilhação dos prisioneiros iraquianos em Abu Ghraib?"*

Em nenhum momento Falk disse que o ataque foi "devido" ou "justificado". A nota continua assim, com suas acusações falsas contra o caráter de Falk.

No blog da UN Watch, a nota é precedida pela observação de que Falk "foi recentemente expulso pela organização Human Rights Watch [HRW]". O link direciona os leitores para um vídeo embutido em outro post do blog da UN Watch, alegando que Falk foi "Removido por antissemitismo", sendo que a fonte para tal alegação não é outra senão Hillel Neuer, diretora executiva da ON Watch e autora da nota ao Secretário-Geral. Na verdade, o motivo pelo qual Falk deixou o comitê de apoio local da HRW em Santa Bárbara, Califórnia, foi por causa da "política de longa data da HRW, aplicada muitas vezes, de que nenhum funcionário de qualquer governo ou agência da ONU pode servir em qualquer comitê da Human Rights Watch [Observatório dos Direitos Humanos]. Foi um descuido de nossa parte que não aplicamos essa política no caso de Richard Falk há vários anos, quando ele assumiu sua posição na ONU." Mas a verdade simplesmente não serve à agenda de Neuer ou de sua organização, então ele prefere compor mentiras para demonizar um homem honrado.

As mentiras da UN Watch foram pregadas em outros lugares por "jornalistas" inescrupulosos que não deixam que pequenas coisas como honestidade ou integridade atrapalhem a oportunidade de produzir uma manchete sensacionalista.

Anne Beyefsky, por exemplo, em *Breitbart*, mente descaradamente afirmando que *"Richard Falk publicou uma declaração dizendo que os bostonianos receberam o que mereciam no ataque terrorista da semana passada"* antes de acusá-lo de "antissemitismo" por suas críticas às políticas israelenses em seu papel como Relator Especial para a ONU. O fato de que o

próprio Sr. Falk seja judeu não deveria deixar ninguém surpreso que ele iria enfrentar tal acusação; na verdade, esse tipo de acusação intelectual e moralmente falida é padrão para os apologistas das constantes violações de Israel ao direito internacional. Certamente não é nenhuma surpresa que Beyefsky seja incapaz de apresentar quaisquer citações de Falk que apoie qualquer uma de suas vergonhosas mentiras sobre ele.

Bayefsky também escreveu outro artigo para a *Fox News* intitulado *Antisemitism, anti-Americanism are UN Human Rights Council official's job description [“Antissemitismo e Antiamericanismo são sinônimos de Trabalho de um Funcionário Do Conselho De Direitos Humanos Da ONU”]*, onde ela repete a mentira de que Falk “*anunciou que Boston teve o que merecia*” e denuncia seu verdadeiro pecado de descrever o atentado como " *blowback*".

A *Fox News* repetiu em outra parte a mentira de que “*Falk também culpou Israel pela agitação que acredita ter provocado*” os ataques de Boston.

Uma afiliada da CBS de Washington publicou a manchete sensacionalista: “*Falk: As Vítimas da Maratona de Boston 'Têm que Morrer' por Causa das Relações entre os EUA e Israel*”. As palavras citadas "têm que morrer" aparecem no artigo de Falk, onde ele pergunta quantos civis mais inocentes terão que morrer como resultado de ataques terroristas motivados pelas políticas externas criminosas do governo dos EUA (por exemplo, a guerra ilegal no Iraque, etc.). O sucesso da CBS, em seguida, começa com a mentira que Falk "*disse que os bostonianos que foram feridos ou mortos no atentado da Maratona de Boston foram merecedores de seu destino coletivo*".

Curiosamente, a CBS vincula-se ao artigo do Sr. Falk no *Foreign Policy Journal*, mas cita o *Global Dispatch* como fonte para essa alegação falsa, indicando que o(s) autor(es) anônimo(s) da CBS nunca se preocuparam em verificar por si mesmos o que Falk realmente escreveu, enquanto repetia a mentira encabeçada pelo *Global Dispatch* que Falk “*Diz que Boston Teve o que Merece*” como um fato. Portanto, não está claro se os responsáveis da CBS são incompetentemente preguiçosos ou simplesmente desonestos como o resto deles.

Sohrab Ahmari, do *Wall Street Journal*, também pula na onda e repete a mentira de que Falk culpou Israel pelos atentados a bomba de Boston, enquanto o denunciava por "loucura política".

Em um vídeo online intitulado *U.N.'s Resident Anti Semite ("Um Residente Antissemita na ONU")*, Ahmari conversa com o membro do conselho editorial Mary Kissel sobre o mais recente "embaraço" para a ONU de Falk, que "*tem estado ativo por anos dizendo todo tipo de coisas malucas, seu típico demagogo antiamericano do tipo acadêmico.*" Kissel cita Falk dizendo: "*(A) enquanto Tel Aviv tem o ouvido complacente do establishment político americano, aqueles que desejam paz e justiça no mundo não devem ficar tranquilos*", que o vídeo exibe sob as palavras "*Falk nos bombardeios de Boston*". No entanto, esta citação não foi em referência aos ataques de Boston. A sentença a partir da qual foi tirada de fato começou em: "*Os tambores de guerra estão batendo neste momento em relação à Coréia do Norte e ao Irã, e enquanto Tel Aviv ...*" Este contexto foi deliberadamente omitido pela desonesta Kissel e Ahmari, que prosseguem com sua demonstração de controvérsia manufaturada. Kissel, depois de ler a citação fora de seu contexto, finge choque: "*Então deixe-me ver se entendi. Então, ele está ligando Israel aos ataques terroristas em Boston?*" Ao que Ahmari responde: "*Isso mesmo*". Não, isso não está certo. É uma mentira deliberada, como pode ser facilmente vista simplesmente colocando a citação de volta ao seu contexto real. A dupla prossegue daí para arrebentar Falk por sua heresia de descrever o atentado de Boston como um *blowback* às políticas externas dos EUA e acusá-lo de "antiamericanismo" e "antissemitismo".

(Quando eu enfrentei o casal no Twitter sobre suas mentiras, perguntando "*Vocês não tem nenhum jornalismo de verdade a fazer?*" O melhor que Ahmari poderia fazer em resposta foi: "*Você não tem teorias malucas sobre os judeus e a NWO para serem formuladas?*" A resposta de Kissel foi: "*Eu acho que expor teorias malucas sobre Israel é um uso muito digno do tempo*".

Ahmari então acrescentou: "*O problema é que o Sr. @jeremyrhammond é um criador de tais teorias*", e eu respondi: "*Sinto uma falácia do espantalho chegando. Vamos lá, diz aí.*" Ele passou a me bloquear no Twitter, e Kissel

não respondeu minha outra resposta: *"Você acha que inventar mentiras para demonizar #RichardFalk é um uso muito digno do seu tempo?")*

Michael Goodwin, do *New York Post*, chama o comentário de Falk de "um lixo rançoso" e repete a mentira de que ele *"basicamente chama o ataque terrorista de Boston como merecido"*. Quanto ao seu verdadeiro pecado, o Sr. Falk cometeu a hedionda apostasia de incitar *"políticos a 'ligar os pontos' entre a política externa dos EUA e o terrorismo em casa"*. (O "novo ataque do Sr. Falk aparece no *Foreign Policy Journal*", diz Goodwin, *"onde quase todos os outros artigos atacam Israel"*. Talvez ele tivesse alguns de meus artigos em mente? Por exemplo *"Rogue State: Israeli Violations of United Nations Security Council Resolutions"* ou "The Myth of the U.N. Creation of Israel") *["Estado Bandido: Violações Israelenses das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas" e "O Mito da Criação de Israel pela ONU"]*

O *New York Daily News* repete a mentira de que *"Falk culpa o ataque da Maratona de Boston a Israel"*, enquanto o chama de '*agressor de judeu*', '*antissemita-chefe das Nações Unidas*' e '*um idiota*'.

Mitch Wolfe no *The Huffington Post* critica o Sr. Falk por ousar sugerir que as explosões em Boston foram motivadas pelas políticas externas dos EUA; esquece isso, como o *Washington Post* relatou, *"O suspeito de 19 anos nos atentados na Maratona de Boston disse aos interrogadores que as guerras americanas no Iraque e no Afeganistão motivaram ele e seu irmão a realizar o ataque"*.

Para não ficar para trás, Lauren Izso no *Jerusalem Post* leva a mentira um passo adiante, escrevendo que Falk 'insinua' que os atentados foram *"em grande parte devido à recente viagem de Obama a Israel"*.

Uma manchete da JTA (Jewish Telegraph Agency) repete a mentira de que Falk *"culpou o atentado na Maratona de Boston em Tel Aviv"* e a mentira que Falk *"chamou o ataque de Boston de 'retribuição' pelas ações dos militares americanos no Afeganistão, Iraque e Paquistão"*, o que leva o leitor a se perguntar se o autor da história da JTA sequer se preocupou em ler o artigo de Falk ou se baseou inteiramente nas distorções da UN Watch para suas próprias reportagens.

O *Times of Israel* também pegou a história, afirmando que Falk "*tem uma história de declarações provocativas e indignações* [sic, ou seja, "ultrajante"], *tanto apoiando o terror islâmico como atacando Israel.*" O *Times of Israel* teria muita dificuldade em encontrar qualquer justificativa para sua mentira de que Falk fez declarações "apoiando o terror islâmico"; e "atacar" Israel é o eufemismo usual para criticar legitimamente as constantes violações do direito internacional por parte de Israel. Assim como instrutivamente, a declaração "ultrajante" mencionada nesta palestra é a observação de Falk de que "*o projeto de dominação global norte-americano está fadado a gerar todos os tipos de resistência... os Estados Unidos tiveram a sorte de não sofrer blowbacks piores*". O *Times de Israel* coloca essa observação em uma notícia desonesta com o título: "*Funcionário da ONU diz que os EUA teria um ataque em Boston a caminho*"; a expressão '*to have it coming*'*[aka merecer o que está prestes a acontecer; ter o que merece]* significando, é claro, que o resultado é merecido. Esta manchete é apenas outra mentira. No entanto, o Sr. Falk não disse nem deixou implícito que os EUA *mereciam* os ataques de Boston.

Uma manchete no *Arutz Sheva* (Israel National News) também repetiu a mentira, "*Autoridade das Nações Unidas Culpam os Bombardeios de Boston 'em Tel Aviv'*. O artigo cita o diretor nacional da Liga Antidifamação (ADL), Abraham H. Foxman condenando Falk como "*um extremista selvagemente conspirador e altamente tendencioso*" com um "notório histórico de propaganda anti-israelense e antiamericana".

O Dr. Philip Brodie, em um artigo da *Arutz Sheva*, condena Falk por ousar apontar que as políticas externas dos EUA, incluindo seu apoio a Israel, aumenta a ameaça do terrorismo e resulta em *blowback*, tal como os ataques de 11 de setembro.

O *JC* publicou uma manchete repetindo a mentira, "*Laços entre os EUA e Israel são responsáveis pelo atentado em Boston, diz membro da ONU.*"

Mark Leon Goldberg, do *UN Dispatch*, chama o comentário de Falk de "*diatribe estúpida*" e finge não entender o ponto bastante elementar de Falk de que as políticas do governo dos EUA criam ódio ao país e resultam em *blowback*, como os ataques de 11 de setembro.

John Hinderaker, no blog *Power Line*, repete a mentira de que o Sr. Falk disse que 'Boston o merecia'. Hinderaker revela sua notável ignorância ao dizer que a afirmação de Falk de que "*a presidência neocon de George W. Bush, em 2001, antes dos ataques buscando abertamente um pretexto para lançar uma guerra de mudança de regime contra o Iraque de Saddam Hussein*", entre outros, é "falsa" (a verdade sobre essa e outras declarações de Falk não é um segredo e não é nem um pouco controversa).

Hinderaker passa a considerar Falk "*um péssimo escritor*", "*insano*", "*um psicopata*" que tem um "*quadro de referência demente, que associamos à doença mental*", "*um maluco; um idiota*", "*um doente mental*", alguém que "*deve procurar tratamento para sua doença mental.*"

Bryan Preston, da *PJ Media*, repete de forma semelhante as mentiras de que Falk "justifica" o atentado em seu artigo e disse que os EUA "*teve o que merece*".

Noga Gur-Arieah no *TheJewishJournal.com* já começa um artigo sobre o assunto mentindo, "*Richard Falk, um funcionário da ONU, se referiu à Maratona de Boston em uma coluna que escreveu para o Foreign Policy Journal, dizendo que os EUA teve o que merece' por causa de sua política em todo o mundo e especificamente no Oriente Médio, Iraque e Afeganistão. Sim, isso mesmo.*" Não, isso é uma mentira deliberada, concluída com citação inventada.

A embaixadora dos EUA na ONU, Susan Rice, twittou em resposta ao artigo de Falk, "*Indignada com os comentários altamente ofensivos de Richard Falk sobre Boston. Alguém que vomita tamanho vitríolo não tem lugar na ONU. Já passou da hora dele ir.*" Se Rice está indignada com as coisas que Falk nunca disse, ou a verdade que ele contou não é totalmente clara, embora talvez possamos razoavelmente assumir ambos.

Enquanto isso, um porta-voz de Ban Ki-moon, em vez de rejeitar as distorções deliberadas do artigo de Falk, disse que "*o secretário geral espera que relatores especiais como o Sr. Falk entendam que, embora tenham status independente, seus comentários públicos podem minar a credibilidade e o trabalho das Nações Unidas.*" Isso foi relatado pela *Reuters* em um raro artigo objetivo e honesto, que afirma com precisão que Falk "*sugeriu que os atentados de Boston eram uma resposta às políticas externas dos EUA*" antes de

apontar que autoridades federais de fato disseram aos repórteres "*que os irmãos Tsarnaev haviam sido motivados pelas guerras dos EUA no Afeganistão e no Iraque*" – em outras palavras, o Sr. Falk está correto em sua observação.

Não se deve dizer ao público que a política externa dos EUA resulta no que os analistas de inteligência chamam de *blowback [consequências indesejadas]*. Esta é uma verdade proibida, reminiscente do debate presidencial de 2007, quando Rudy Giuliani condenou Ron Paul por fazer a declaração completamente incontestável de que os ataques de 11 de setembro foram "blowback" por causa da política externa dos EUA, ao que o Dr. Paul respondeu firme e repetindo a verdade desconfortável diante do público. É um ponto que Michael Scheuer, ex-chefe da unidade de Osama bin Laden da CIA, Alec Station, também fez em um comentário sobre os atentados de Boston publicados no *Foreign Policy Journal*, no qual ele observa que "*é descaradamente óbvio pelas evidências que as autoridades têm apresentado até hoje que os agressores estavam motivados pelo que o governo dos EUA faz no mundo muçulmano*".

Das reações histéricas ao comentário do Sr. Falk sobre os atentados de Boston, está claro seu próprio pecado é falar verdades desconfortáveis que muitos americanos não querem ouvir sobre as políticas de seu governo, bem como por sua posição corajosa contra a anarquia de Israel no país na frente de tal demonização por seus apologistas sionistas.

ISRAEL USA ILEGALMENTE FÓSFORO BRANCO DURANTE A OPERAÇÃO "CHUMBO FUNDIDO"

Adaptado de trechos do próximo livro do autor, Obstacle to Peace: O papel dos EUA no conflito Israelo-Palestino, publicado originalmente no Foreign Policy Journal em 3 de maio de 2013.

Isabel Kershner escreveu na semana passada no *New York Times* que a Força de Defesa de Israel planeja descontinuar o uso de munições de fósforo branco, acrescentando que

> Organizações israelenses e internacionais de defesa dos direitos humanos acusaram Israel de usar indevidamente munição de fósforo branco durante a ofensiva militar israelense de três semanas contra o Hamas e outros grupos militantes em Gaza no inverno de 2008-9. Tais munições não são proibidas pelo direito internacional, mas não devem ser usadas em áreas civis, porque o fósforo branco é altamente inflamável e, como o napalm, pode queimar carne. Israel sustentou que o uso de projéteis contendo fósforo não violava a lei internacional.[1]

Organizações de direitos humanos "acusaram" Israel, escreveu Kershner, como se isso fosse apenas uma acusação não comprovada e não um fato bem documentado e indiscutível. A "acusação" é que Israel usou o fósforo branco "indevidamente", o eufemismo de Kershner para "ilegalmente". As munições "*não são proibidas pelo direito internacional, mas não devem ser usadas em áreas civis*", o que significa que o uso de fósforo branco em áreas civis é proibido pelo direito internacional. Finalmente, Israel se mantém afirmando que "*não violou o direito internacional.*"

Alguém pode se perguntar depois de ler isto é: Israel usou as munições em áreas civis, ou não? Nós sabemos a resposta. Então, por que Kershner não pode se incomodar em dizer a seus leitores que não há dúvida de que Israel de fato usou as munições em áreas civis? Por que ela se nega a indicar a seus leitores que, ao fazer isso, é um fato incontestável que Israel violou a lei internacional com o uso de fósforo branco?

Kershner também não mencionou que Israel inicialmente negou o uso de fósforo branco, o que seria uma conduta se o uso das munições fosse legal. O *London Times* informou em 5 de janeiro de 2009 que, apesar das negativas de Israel, *os projéteis reveladores podiam ser vistos espalhando tentáculos de espessa fumaça branca para cobrir o avanço das tropas*".[2] Em 8 de janeiro, o *The Times* relatou novamente que a prova fotográfica do uso de munições de fósforo branco por parte de Israel havia surgido, "*apesar das negações oficiais*" pelas FDI. O *The Times* identificou munições com a designação M825A1, fabricada nos EUA. Confrontada com a evidência, uma porta-voz das FDI mentiu: "*Isso é o que chamamos de munição silenciosa – está vazia, não tem explosivos nem fósforo branco. Não há nada dentro dela*".[3]

Em 10 de janeiro, a *Human Rights Watch* convidou Israel a "*parar de usar fósforo branco em operações militares em áreas densamente povoadas de Gaza*", incluindo a cidade de Gaza. "*O fósforo branco pode queimar casas e causar queimaduras horríveis quando toca a pele*", disse Marc Garlasco, analista militar sênior da HRW.[4] Observando que quando as munições de fósforo branco estouram no ar, elas espalham "*116 flocos ardentes sobre uma área entre 125 e 250 metros de diâmetro*", o HRW acrescentou que "*o uso de fósforo branco em áreas densamente povoadas de Gaza viola a exigência do Direito Internacional Humanitário, de tomar todas as precauções possíveis para evitar ferimentos de civis e perda de vidas humanas.*" As FDI continuaram a negar que estavam usando fósforo branco, como indicou a HRW, apesar do fato de que as munições explosivas foram fotografadas sendo usadas em áreas povoadas de Gaza.[5]

“*Eu posso dizer com certeza que o fósforo branco não está sendo usado*”, um porta-voz das FDI havia mentido inicialmente. Vários dias depois, e dois dias depois do relatório da HRW, depois que fotografias da arma que estava sendo usada em Gaza apareceram amplamente na mídia, a posição oficial de Israel girou: “*Todas as munições que Israel está usando estão de acordo com a lei internacional. Israel não especifica os tipos de munições ou os tipos de operações que está conduzindo.*”

Kershner talvez tenha se inspirado nos relatos anteriores. A CNN na época também caracterizou o uso de fósforo branco por Israel como meramente uma *acusação* com a manchete “*Grupo acusa Israel de disparar fósforo branco em Gaza*”.[6] A caracterização veio apesar do fato de que o artigo foi acompanhado on-line com uma imagem da arma em uso, clara prova fotográfica de que a "acusação" da HRW era verdadeira e que as autoridades israelenses estavam mentindo.

De forma semelhante, a legenda de uma fotografia em um relatório da BBC mostra inequivocamente munições de fósforo branco explodindo em áreas povoadas, “*A Human Rights Watch diz que imagens como essa apontam para o uso de fósforo branco, mas Israel nega isso*”. O artigo da BBC maldosamente acrescentou: “*Não há como explicar de forma independente a contradição entre a negação das forças armadas israelenses*” e os relatos de que Israel estava usando a arma.[7]

A organização israelense de direitos humanos B'Tselem observou que, de acordo com a lei internacional, “essas armas [incendiárias] só podem ser usadas contra objetos militares. Quando o objeto militar está localizado dentro de uma área civil, o uso de fósforo é absolutamente proibido. Embora Israel não tenha assinado os Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra, a proibição específica era, no entanto, “*baseada em dois princípios consuetudinários do direito internacional, que são vinculativos para Israel. O primeiro é a proibição de usar armas que não podem distinguir entre combatentes e civis, e o segundo é a proibição de usar armas que, por sua natureza, causam sofrimento desnecessário.*”[8]

Um funcionário do CICV também confirmou à *Associated Press* que Israel estava de fato usando munições de fósforo branco. Seus comentários foram manchetes nos EUA, pois ele também disse: "*Mas não é muito incomum usar fósforo para criar fumaça ou iluminar um alvo. Não temos evidências que sugerem seu uso de outra maneira.*" O artigo da AP amplamente divulgado foi intitulado como "*CICV: O uso de fósforo branco de Israel não é ilegal*", apesar do fato de que o oficial citado, Peter Herby, não disse isso realmente. Em vez disso, ele indicou que informações adicionais eram necessárias antes que um julgamento pudesse ser feito sobre se o uso da arma por Israel era legal ou não. O

relatório da AP observou do terceiro ao último parágrafo que Herby também "*disse que as evidências ainda são limitadas por causa das dificuldades de acesso a Gaza*", mas a distinção foi sem dúvida perdida para muitos

leitores, mesmo entre aqueles que realmente leram além da falsa manchete.[9]

Aparentemente, Herby não tinha visto nenhuma das numerosas fotografias que já haviam aparecido na mídia ou falado com as testemunhas confiáveis das armas sendo usadas em áreas residenciais densamente povoadas e, portanto, ilegalmente. Em outro exemplo, o *Christian Science Monitor* repetiu os comentários de Herby para a AP sob o título: "Red Cross: *No evidence Israel is using white phosphorus illegally*" ["Cruz Vermelha: nenhuma evidência de que Israel está usando fósforo branco ilegalmente"], apesar de sua própria admissão de que "*O jornalista da equipe da Monitor, Robert Marquand, relatou ontem que grupos de direitos humanos testemunharam explosões de fósforo branco em áreas densamente povoadas [sic] de Gaza* (grifo nosso)".[10] A manchete ficou ainda mais notória, dado que em um artigo separado e publicado no mesmo dia, Marquand relatou (grifo nosso):

> Marc Garlasco está na fronteira norte de Gaza há cinco dias assistindo ao que ele diz ser *munições de fósforo branco explodindo sobre um acampamento lotado de refugiados*. Garlasco, analista militar sênior da *Human Rights Watch* (HRW), de Nova York, diz que o modo como Israel está usando o dispositivo incendiário é ilegal... "*As FDI agem apenas de acordo com o que é permitido pelo direito internacional e não usa fósforo branco*", disse a chefe de Gabinete das FDI , Gabi Ashkenazi, ao Comitê de Relações Exteriores e Defesa de Israel na terça-feira em resposta a um consulta. Mas Garlasco diz que *o fósforo está claramente sendo usado no campo de refugiados de Jabaliya, uma das áreas mais populosas de Gaza. "Eu posso vê-los; estamos muito certos, seja lá o que for que as Forças de Defesa de Israel possam dizer, de que esse fósforo branco está sendo usado..."*[11]

De dentro de Gaza, o correspondente palestino do *New York Times* Taghreed El-Khodary informou que um grande número de moradores

de Gaza estava "*fugindo de suas casas para abrigos improvisados em escolas, edifícios comerciais e parques, enquanto o Exército israelense continua pressionando sua campanha militar mais profundamente na cidade de Gaza.*" Israel continuou a lançar "*panfletos para alertar as famílias para deixarem áreas onde planejavam operar*", mas, ela acrescentou, citando como exemplo o bombardeio israelense em uma escola em Jabaliya que matou 43 pessoas, "*os refugiados não estão completamente seguros*". Os palestinos entrevistados também "*citaram outro motivo para a fuga: soldados israelenses [sic], dizem eles, estão disparando uma substância nociva que queima a pele e dificulta a respiração*". Um morador da cidade de Gaza mostrou aos repórteres a fonte da "substância nociva", uma "*cápsula de metal com o número de identificação M825A1*". Seu relatório concluiu:

> Quando exposta ao ar, ele inflama, dizem os especialistas, e se for depositada em um projétil de artilharia, pode chover substâncias químicas em chamas que se agarram em tudo que tocam. Luay Suboh, 10 anos, de Beit Lahiya, perdeu sua visão e um pouco de pele no rosto, no sábado, quando sua mãe disse que uma substância ardente se agarrava nele quando ele saiu correndo de um abrigo onde sua família estava para pegar roupas. A substância cheirava a lixo queimado, disse Jaawanah, a mãe que o mandou para casa em Zeytoun, que também a experimentara. Ela não tinha nenhuma ligação com o Hamas, mas seus sofrimentos estavam mudando isso. "*Você acha que eu estou contra eles agora?*" Ela perguntou, referindo-se ao Hamas. "*Não. Eu era contra isso antes. Mas agora não.*"[12]

O que o *Times* não mencionou foi que as munições de fósforo branco M825A1 foram, obviamente, fornecidas a Israel pelos EUA.[13]

Mais provas ainda eram necessárias, no entanto, para o colega de El-Khodary, Ethan Bronner, relatar que Israel estava usando fósforo branco. O único caso em que recebeu qualquer menção de Bronner ocorreu dois dias após a publicação do artigo acima, em um artigo

onde Bronner escreveu que o presidente do CICV, Jakob Kellenberger, disse que durante sua própria visita a Gaza, *"ele não havia visto uso de fósforo branco, um obscurante usado em conflitos militares que podem ser perigosos para os civis sob certas circunstâncias – por exemplo, quando suas casas ou abrigos são alvos dele. "Os palestinos dizem que Israel está usando ela em Gaza*", acrescentou Bronner (grifo nosso).[14] Todos os fatos relevantes que Bronner considerou adequado varrê-los ao esquecimento estão substituídos por uma citação sem sentido de um indivíduo que não teve a chance de ter testemunhado pessoalmente a utilização do fósforo branco e, pela caracterização de que seu uso por parte de Israel não era nada mais do que uma afirmação infundada da Palestina. As repetidas declarações de organizações de direitos humanos como HRW e B'Tselem condenando o seu uso documentado, a prova fotográfica publicada em meios de comunicação em todo o mundo, o relato do seu próprio colega em campo, em Gaza, da descoberta de cápsulas etiquetadas "M825A1", etc. – nada disso Bronner considerou relevante naquilo que só pode ter sido uma tentativa deliberada, assumindo sua competência como repórter, de enganar seus leitores, para que acreditassem erroneamente que o uso da arma por Israel estava de alguma forma em dúvida. (Esses foram os únicos dois artigos do *Times* que mencionaram o uso de fósforo branco por Israel durante toda a sua operação militar em Gaza.)

Em 15 de janeiro, o principal complexo da UNRWA na cidade de Gaza foi alvo de munições de fósforo branco, causando um incêndio que destruiu uma oficina e o principal depósito onde centenas de toneladas de suprimentos humanitários estavam sendo armazenados e 700 palestinos estavam se refugiando.[15] O diretor de operações de Gaza, John Ging, disse em uma coletiva de imprensa sobre o uso de fósforo branco por Israel contra o complexo da UNRWA, enquanto Israel continuou a negar seu uso. "*Parecia fósforo, cheirava a fósforo e queimava como fósforo, então é por isso que eu estou chamando de fósforo*", ele disse. "*O lugar explodiu em chamas. Nossa oficina foi a parte mais severamente atingida.*

Ela pegou fogo, assim como parte do armazém. Claro, tivemos que nos proteger até termos certeza de que não haveria mais disparos." Ele acrescentou que o serviço de bombeiros se atrasou por causa dos confrontos na área e no momento em que chegaram lá: "*Infelizmente, era tarde demais para salvar o armazém onde tínhamos centenas de toneladas de alimentos e remédios que seriam despachados hoje aos nossos centros, centros de saúde e centros de alimentação.*" Enquanto Israel alegava que havia respondido aos disparos do Hamas nas proximidades do complexo da UNRWA, Ging enfatizou que nenhum militante havia fugido do complexo e questionou por que os agentes de ligação israelenses nunca informaram aos oficiais da ONU que militantes do Hamas estavam na área, apesar do constante contato. "*Eles devem nos dizer se há militantes operando em nosso complexo ou em nossa área. Como eles não o fazem, partimos do princípio de que não há*", ele disse.[16] "*Sua credibilidade está pendurada em trapos.*" O porta-voz da UNRWA, Christopher Gunness, disse que as FDI reconheceram em particular que a suposta fonte dos disparos estava a centenas de metros do complexo da UNRWA.[17] O Subsecretário-Geral para Assuntos Humanitários e o Coordenador de Socorro de Emergência das Nações Unidas, John Holmes, condenaram o uso de fósforo branco em áreas civis, dizendo que o uso desproporcional da força por parte de Israel foi injustificado e violou o Direito Internacional Humanitário.[18]

Em 17 de janeiro, Israel atingiu outra escola administrada pela UNRWA em Beit Lahiya com fósforo branco. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, condenou o ataque, ocorrido dois dias depois de os líderes israelenses terem se desculpado e dado a ele garantias de que os locais da ONU seriam respeitados. Ele exigiu uma investigação e "*punição daqueles que são responsáveis por esses atos terríveis*".[19] John Ging relatou que dois irmãos, com idades entre cinco e sete anos, foram mortos e outros quatorze ficaram feridos. [20] Christopher Gunness disse:

> Nos casos onde você tem um ataque direto em uma escola da UNRWA onde 1.600 pessoas se refugiavam, onde o Exército

israelense conhece as coordenadas e sabe quem está lá, onde este é o mais recente de um catálogo de ataques diretos e indiretos às instalações da UNRWA, tem de haver investigações para determinar se crimes de guerra foram cometidos.[21]

Um dos primeiros jornalistas ocidentais a entrar em Gaza após o cessar-fogo, o fotógrafo Bruno Stevens relatou: *"O que posso dizer é que muitas, muitas casas foram bombardeadas e eles usaram fósforo branco... Parece ter sido indiscriminado."*[22]

Uma equipe de investigação da Anistia Internacional chegou a Gaza e informou ter encontrado evidências do uso generalizado de munições de fósforo branco, incluindo porções ainda ardentes de fósforo em áreas densamente povoadas.[23] A Anistia deu o passo sem precedentes de pedir aos EUA que suspendessem sua ajuda militar a Israel. "*As forças israelenses usaram fósforo branco e outras armas fornecidas pelos EUA para realizar graves violações do Direito Internacional Humanitário, incluindo crimes de guerra*", disse o chefe da missão de investigação da Anistia ao sul de Israel e Gaza, Donatella Rovera.[24]

A Human Rights Watch publicou um relatório documentando "*Israel's extensive use of white phosphorus munitions*". A HRW concluiu que as FDI "*repetidamente explodiram munições de fósforo branco no ar em áreas povoadas, matando e ferindo civis e danificando estruturas civis, incluindo uma escola, um mercado, um depósito de ajuda humanitária e um hospital*", todos violando o direito internacional. No caso do ataque ao quartel-general da UNRWA, "*as FDI continuaram a disparar fósforo branco apesar das repetidas advertências do pessoal da ONU sobre o perigo aos civis*". As "*circunstâncias exigem a investigação independente do uso de fósforo branco e, se justificado, o julgamento de todos os responsáveis por crimes de guerra.*" A HRW indicou que se o objetivo das FDI fosse criar uma cortina de fumaça, ela poderia ter usado os projéteis de fumaça de 155mm em seu inventário, "*que produzem propriedades de triagem visual equivalentes sem efeitos incendiários e destrutivos*" e "*sem risco de incêndios ou queimaduras em civis*". A escolha de fósforo branco por parte de Israel "*sugere fortemente que as FDI não estavam usando a munição por suas qualidades ofuscantes, mas sim pelo seu efeito incendiário*". Além disso, a HRW "*não encontrou evidências de que o Hamas usava escudos humanos nas cercanias no momento dos ataques*". Os médicos haviam descrito pacientes que foram queimados até os ossos por efeitos químicos. Todos os projéteis de fósforo branco que a HRW tinha visto foram fornecidos a Israel pelos EUA.[25]

Israel alegou que o incêndio do armazém da UNRWA durante a Operação Chumbo Fundido foi '*o resultado infeliz do tipo de guerra que o Hamas impôs às FDI*', embora não tenha explicado por que as FDI escolheram usar munições de fósforo branco nesse ataque, ou em outros lugares com áreas densamente povoadas. As FDI alegaram que suas "*forças não pretendiam, em qualquer estágio, atingir uma instalação da ONU*".[26] Mas não ofereceu mais explicações de como, já que Israel não tinha a intenção de atingir o complexo – do qual as FDI conheciam as exatas coordenadas do GPS, então acabou sofrendo vários ataques diretos, ou por que, então, o primeiro-ministro Olmert afirmou que Israel havia

atacado o complexo da ONU já que "*o Hamas disparou de dentro da UNRWA?*", porque mentiu, "*É uma verdade absoluta que fomos atacados daquele lugar.*"[27]

Um inquérito da ONU não encontrou 'evidências' de que qualquer incêndio tenha se originado do complexo e ressaltou que, contrariamente à alegação de Israel – de que o Hamas havia disparado da região, a equipe da ONU afirmou *que não ouviu tiros de dentro do complexo ou da área imediata*. O relatório descobriu que a decisão de Israel de usar fósforo branco em seu ataque ao complexo *foi grosseiramente negligente, equivalente a imprudência*. Tirou conclusões similares com relação ao ataque de Israel usando munição de fósforo branco na Escola Primária Beit Lahiya da UNRWA em 17 de janeiro.[28]

O relatório subsequente da Missão de Inquérito da ONU sobre o Conflito de Gaza, mais popularmente conhecido como o *Relatório Goldstone*, descobriu que as FDI também foram "*sistematicamente imprudentes*" no uso de munições de fósforo branco e, negligentes, no uso de dardos inerentemente indiscriminadas em áreas povoadas. A Missão constatou que os ataques de Israel ao complexo da UNRWA usando fósforo branco ocorreram em 15 de janeiro, que continuou "*por várias horas, mesmo [as FDI] sendo totalmente avisadas sobre os riscos que criavam*", violaram a lei internacional. Durante o "bombardeio contínuo" do complexo, foi atingido diretamente com três projéteis altamente explosivos e pelo menos sete projéteis de fósforo branco que descarregaram seu conteúdo "*completamente ou muito substancialmente nos limites de um espaço muito limitado em torno de áreas particularmente vulneráveis do complexo da UNRWA.*" Autoridades da UNRWA fizeram numerosas ligações para autoridades israelenses. John Ging, que estava em Jerusalém na época, havia feito "*um total de 26 chamadas*" ao Centro de Coordenação Humanitária (CCH) das FDI em Tel Aviv "*para exigir que o bombardeio fosse interrompido*". Ele foi recebido com garantias de que isso seria feito, "*mas quando ele transmitiu esta mensagem de volta à Gaza, ficou claro que*

o bombardeio continuava." A Missão rejeitou a justificativa de Israel para o ataque, que as FDI "não previram" que o complexo seria atingido, com base na simples e óbvia razão de que "*as forças armadas israelenses foram informadas do que estava acontecendo. Já não havia o que prever.*" A Missão também notou que o primeiro-ministro Olmert alegara que as FDI haviam atingido deliberadamente o local porque militantes palestinos haviam disparado de dentro do complexo, mas que, posteriormente, Israel mudou sua história alegando que o referente ataque vinha das cercanias. A equipe da UNRWA havia dito "*que eles não tinham conhecimento de nenhum bombardeio contínuo*" por militantes palestinos na área naquele momento, mas mesmo dando a Israel o benefício da dúvida, a escolha israelense de munições de fósforo branco "*não poderia ser considerada proporcional*". As FDI demostraram "*negligência imprudente*" nos meios pelos quais responderam ao alegado bombardeio antitanque, que foi agravado pela "*decisão de continuar usando os mesmos meios*", mesmo depois de notificados das consequências. O relatório concluiu que o ataque de Israel ao complexo "*violava a exigência do direito internacional consuetudinário de tomar todas as precauções viáveis*" para evitar vítimas civis e danos a bens civis.

Israel atacou também o hospital de al-Quds em 15 de janeiro com munições de fósforo branco e pelo menos um projétil altamente explosivo. A Missão havia encaminhado perguntas a Israel sobre esse ataque "*mas não recebeu resposta.*" As circunstâncias do ataque levaram à conclusão de que o hospital "*não podia ser descrito em nenhum aspecto naquele momento como um objetivo militar*", mas, no entanto, tinha sido "*o objeto de um ataque direto*" pelas FDI, em violação do artigo 18 da Quarta Convenção de Genebra. "*Mesmo no evento improvável de haver algum grupo armado presente nas instalações do hospital*", observou o relatório, o ataque foi feito sem aviso prévio, em violação do artigo 19 da Convenção.[29]

Israel continuou a declarar que o uso de munições de fósforo branco pelas FDI "*era consistente com as obrigações de Israel sob a lei internacional*".[30]

Com relação aos ataques ao complexo da UNRWA em 15 de janeiro, Israel alegou que as FDI "*precisavam*" usar munições de fósforo "*para proteger as forças israelenses*" e que seu uso "*cumpria com os requisitos de proporcionalidade*" sob a lei internacional. Nenhuma explicação foi oferecida de como, se "*visava alvos militares*", vários tiros conseguiram atingir o complexo da ONU, incluindo projéteis de fósforo branco que incendiaram o armazém, que continuaram bombardeando mesmo depois que as FDI foram repetidamente informadas de que estava atingindo o complexo. Israel também se declarou contraditoriamente que o dano ao local da ONU "*era mais extenso do que as FDI tinham previsto*", admitindo assim, tacitamente, que as FDI sabiam que seus bombardeios estavam atingindo o complexo.[31]

Organizações de direitos humanos rejeitaram as descobertas das investigações feitas por Israel. A Anistia Internacional divulgou uma declaração descrevendo a resposta de Israel como "*totalmente inadequada*", criticando-a pelo desleixo nas questões seríssimas sobre a conduta das FDI "*não abordada de maneira crível*", incluindo seu "*uso de fósforo branco em áreas densamente povoadas*".[32]

A Human Rights Watch publicou um relatório intitulado "*Turning a Blind Eye: Impunity for Laws-of-War Violations during the Gaza War*", que sinalizou que as investigações feitas por Israel "*ficaram muito aquém dos padrões internacionais*". Israel também não investigou a culpabilidade dos líderes políticos e militares que autorizaram políticas "*que podem ter levado a violações das leis de guerra*", incluindo o uso de fósforo branco.[33]

Mas não importa os fatos reais. Todos os leitores do *New York Times* precisam saber, nas mentes de Isabel Kershner e seus editores, que Israel foi "*acusado*" de usar o fósforo branco "*indevidamente*", mas que Israel sustentou que seu uso das munições não violava o direito internacional, mas suspenderá seu uso de qualquer maneira. É isso. Isso é tudo que você precisa saber. Relatar que o uso de fósforo branco por Israel representava crimes de guerra não serviria ao propósito de fabricar o

consentimento da política americana de apoiar financeiramente, militarmente e diplomaticamente as violações do direito internacional por parte de Israel, e assim esse fato deve ser deliberadamente ofuscado.

REFERÊNCIAS

1. Isabel Kershner, "*Israel: Military to Stop Using Shells Containing Phosphorus,*" *New York Times*, 26 de abril de 2013. http://www.nytimes.com/2013/04/27/world/middleeast/israel-military-to-stop-usingshells-containing-phosphorus.html.
2. Sheera Frenkel e Michael Evans, "*Israel Rains Fire on Gaza With Phosphorus Shells,*" *The Times*, 5 de janeiro de 2009. https://www.commondreams.org/headline/2009/01/05-0.
3. Michael Evans e Sheera Frenkel, "*Gaza Victims' Burns Increase Concern Over Phosphorus,*" *The Times*, 9 de janeiro de 2009. https://www.commondreams.org/headline/2009/01/09.
4. "*Israel: Stop Unlawful Use of White Phosphorus in Gaza,*" Observatório dos Direitos Humanos, 10 de janeiro de 2009. http://www.hrw.org/en/news/2009/01/10/israel-stop-unlawful-use-white-phosphorusgaza.

5 "*Q&A on Israel's Use of White Phosphorus in Gaza,*" Observatório dos Direitos Humanos, 10 de janeiro de 2009. http://www.hrw.org/en/news/2009/01/10/q-israel-s-use-white-phosphorus-gaza.

6. *Ben Wedeman*, "*Group accuses Israel of fring white phosphorus into Gaza,*" CNN, 12 de janeiro de 2009. http://edition.cnn.com/2009/WORLD/meast/01/12/white.phosphorus/index.html
7. "*Israel denies banned weapons use,*" BBC, 11 de janeiro de 2009. http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/7823078.stm.
8. "*Israel is using phosphorus illegally in Gaza Strip bombings,*" B'Tselem, 12 de janeiro de 2009. http://www.btselem.org/gaza_strip/20090112_use_of_white_phosphorus.

9. "*ICRC: Israel's use of white phosphorus not illegal,*" por Bradley S. Klapper, *Associated Press*, 13 de janeiro de 2009. O relatório AP foi amplamente divulgado, incluindo pelo *Jerusalem Post* *http://fr.jpost.com/servlet/Satellite?cid=1231866575577&pagename=JPArticle%2FShowFull*
CBS News *http://www.cbsnews.com/stories/2009/01/13/ap/europe/main4719434.shtm*
FOX News (*http://www.foxnews.com/wires/2009Jan13/0,4670,EURedCrossWhitePhosphorus,00.html*
Seatlle Times http://seattletimes.nwsource.com/html/nationworld/2008622964_apeuredcrosswhitephosphorus.html
e o *The Huffington Post* *http://www.hufngtonpost.com/2009/01/13/israels-use-of-white-phos_n_157648.html*

10. Michael B. Farrel "*Red Cross: No evidence Israel is using white phosphorus illegally,*" *Christian Science Monitor, 14 de janeiro de 2009.*
http://www.csmonitor.com/World/Global-News/2009/0114/red-crossno-evidence-israel-is-using-white-phosphorus-illegally.

11. "*Gaza: Israel under fire for alleged white phosphorus use,*" por Robert Marquand e Nicholas Blanford, no *Christian Science Monitor*, em 14 de janeiro de 2009, http://www.csmonitor.com/World/MiddleEast/2009/0114/p07s01-wome.html.

12. Taghreed El-Khodary e Sabrina Tavernise, "*UN warns of refugee crisis in Gaza Strip,*" *The Times*, 13 de janeiro de 2009.
https://www.nytimes.com/2009/01/13/world/africa/13iht-14mid-east.19307282.html

13. Sheera Frenkel, "*Amnesty International: Gaza white phosphorus shells were US made,*" *The Times*, 24 fevereiro de 2009.
http://www.thetimes.co.uk/tto/news/world/middleeast/article2604460.ece.

14. Ethan Bronner, "*Egypt Cites Progress Toward Truce as Gaza Toll Exceeds 1,000,*" *New York Times*, 14 de janeiro de 2009.
http://www.nytimes.com/2009/01/15/world/middleeast/15mideast.html

15. "*Field Update on Gaza from the Humanitarian Coordinator,*" Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários, 15 de janeiro de 2009.
http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/43bcda73f7237eb18525754000532c24?OpenDocument

16. "*Senior official gives eyewitness account of Israeli shelling of UN Gaza compound,*" ONU Departamento de Informação Pública, 15 de janeiro de 2009.

http://unispal.un.org/unis-
pal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/80ed8ed8e156cbbc8525753f0
07a6a48?OpenDocument

17. Isabel Kershner, *"Israel Shells U.N. Site in Gaza, Drawing Fresh Condemnation,"* *New York Times*, 15 de janeiro de 2009.
http://www.nytimes.com/2009/01/16/world/middleeast/16mideast.html

18. *"Press Conference on Gaza Humanitarian Situation,"* ONU – Departamento de Informação Pública, 15 de janeiro de 2009.
http://unispal.un.org/unis-
pal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/b974aca8e8fe201d852575400
04ffedc?OpenDocument

19. *"As Third United Nations School Hit by Israeli Forces, Secretary-General Condemns 'Outrageous Attack', Demands Investigation, Punishment of Those Responsible,"* ONU – Departamento de Informação Pública, 19 de janeiro de 2009.
*http://unispal.un.org/unis-
pal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/e9de19ecaaab587585257543007584c5?
OpenDocument*

20. Steven Erlanger, *"Israel Declares Cease-Fire; Hamas Says It Will Fight On,"* *New York Times*, 17 de janeiro de 2009.
http://www.nytimes.com/2009/01/18/world/middleeast/18mideast.html.

21. *"Field Update on Gaza from the Humanitarian Coordinator,"* Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, 18 de janeiro de 2009.
http://unispal.un.org/unis-
pal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/258df5246a4529e385257544
00665283?OpenDocument

22. Fida Qishta e Peter Beaumont, *"Israel accused of war crimes over 12-hour assault on Gaza village,"* *The Guardian*, 17 de janeiro de 2009.
http://www.guardian.co.uk/world/2009/jan/18/israel-warcrimes-gaza-conflict.

23. *"Israel used white phosphorus in Gaza civilian areas,"* Anistia Internacional, 19 de janeiro de 2009.
http://www.amnesty.org/en/newsand-updates/news/israeli-armys-use-white-phosphorus-gaza-clearundeniable-20090119.

24 *"Foreign-supplied weapons used against civilians by Israel and Hamas,"* Anistia Internacional, 20 de fevereiro de 2009.

http://www.amnesty.org/en/news-and-updates/foreign-supplied-weap-onsused-against-civilians-israel-and-hamas-20090220.

25. "*Rain of Fire: Israel's Unlawful Use of White Phosphorus in Gaza*," Human Rights Watch, 25 de março de 2009.
http://www.hrw.org/en/reports/2009/03/25/rain-fre.

26. "*Conclusion of Investigation into Central Claims and Issues in Operation Cast Lead*," Forças de Defesa Israelense, 22 de abril de 2009; Parte 1:
http://www.mfa.gov.il/MFA/Terrorism-+Obstacle+to+Peace/Ha-mas+war+against+Israel/IDF Conclusion of investigations Opera-tion Cast Lead Part1 22-Apr-2009.htm.htm; Parte 2:
http://www.mfa.gov.il/MFA/Terrorism-+Obstacle+to+Peace/Ha-mas+war+against+Israel/Conclusion of +Investigations into Cen-tral Claims and Issues in Operation Cast Lead-Part2 22-Apr-200.htm.
(Esses são os links originais para o relatório, que, no momento, não se en-contram mais disponíveis lá.)

27. Sheera Frenkel e Philippe Naughton, "*UN Headquarters in Gaza Hit by Israeli 'White Phosphorus' Shells*," *The Times*, 15 de janeiro de 2009.
https://www.commondreams.org/headline/2009/01/15-4

28. "*Secretary-General's Summary of the Report of the United Nations Headquarters Board of Inquiry into certain incidents in the Gaza Strip between 27 December 2008 and 19 January 2009*," 5 de maio de 2009 http://image.guardian.co.uk/sys-fles/Guardian/documents/2009/05/05/4MayGltrtoSCBrd.pdf

29. "*Report of the United Nations Fact Finding Mission on the Gaza Conflict*," Concelho de Direitos Humanos das Nações Unidas, 25 de setembro de 2009.
http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/12session/A-HRC-12-48.pdf.

30. "*Gaza Operation Investigations: An Update*," Estado de Israel, janeiro de 2010.
http://www.mfa.gov.il/NR/rdonlyres/8E841A98-1755-413D-A1D2-8B30F64022BE/0/GazaOperationInvestigationsUpdate.pdf.
(Não está mais disponível.)

31. "*Gaza Operations Investigations: Second Update*," Estado de Israel, julho de 2010.
http://www.mfa.gov.il/NR/rdonlyres/1483B296-7439-4217-933C-653CD19CE859/0/GazaUpdateJuly2010.pdf. (Não está mais disponível.)

32. "*Latest Israeli response to Gaza investigations totally inadequate*," Anistia Interna-cional, 2 de fevereiro de 2010.
http://www.amnesty.org/en/news-and-updates/latest-israeli-response-gaza-investigationstotally-inadequate-20100202

33 “*Turning a Blind Eye: Impunity for Laws-of-War Violations during the Gaza War*,” Human Rights Watch, 11 de abril de 2010. http://www.hrw.org/reports/2010/04/11/turning-blind-eye-0.

O PAPEL DA ONU NA CRIAÇÃO DO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO

Originalmente publicado no Washington Report on Middle East Affairs em 26 de agosto de 2013.

A Organização das Nações Unidas foi fundada com o objetivo declarado de manter a paz entre as nações, mas a realidade é que não só ela consistentemente tem fracassado em impedir conflitos internacionais, como também contribuiu em grande parte para causá-los. Um estudo de caso instrutivo foi seu papel em seus primeiros anos de ajudar a criar o conflito israelo-palestino ainda não resolvido.

De acordo com o preâmbulo da Carta da ONU, assinado por seus Estados-membros fundadores em junho de 1945, a meta da organização é "*salvar as gerações futuras do flagelo da guerra*" e "*estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito pelas obrigações decorrentes dos tratados* e de *outras fontes do direito internacional possam ser mantidas.*"

O Artigo 1 da Carta descreve ainda os propósitos da ONU de "*manter a paz e a segurança internacionais... em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional*". A Carta também reconhece explicitamente "*o princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos.*"

No entanto, a ONU quase imediatamente após a sua fundação ajudou a exacerbar a situação de desdobramento na Palestina, ao contrário dos seus próprios princípios declarados.

Seguindo a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha, nomeada a potência ocupante sob o Mandato Palestino da Liga das Nações, procedeu com a implementação de políticas que contribuíram para a escalada das hostilidades entre as comunidades árabes nativas e judaicas

imigrantes. Após a Segunda Guerra Mundial, a Liga das Nações foi substituída pela ONU, que assumiu a autoridade sobre os mandatos da Liga. A Grã-Bretanha, incapaz de conciliar suas promessas conflitantes às comunidades árabe e judaica, procurou se livrar da situação que ajudara a criar solicitando que a ONU abordasse a questão da Palestina. Em maio de 1947, a Assembleia Geral da ONU considerou e adotou uma resolução estabelecendo o Comitê Especial da ONU para a Palestina (UNSCOP) para investigar e fazer recomendações.

Na época, a ONU consistia de 55 membros, incluindo Egito, Iraque, Líbano e Síria. A Palestina permaneceu como o único dos territórios anteriormente nomeados cuja independência não foi reconhecida.

No entanto, nenhum representante de qualquer país árabe foi incluído na UNSCOP, cujos membros incluíam Austrália, Canadá, Checoslováquia, Guatemala, Índia, Irã, Holanda, Peru, Suécia, Uruguai e Iugoslávia. O Egito, o Iraque, a Síria, o Líbano e a Arábia Saudita solicitaram o fim do mandato britânico e que a independência da Palestina fosse reconhecida, mas essa moção foi rejeitada.

A população da Palestina no final de 1946 era de cerca de 1.846.000, dos quais mais de dois terços eram árabes e um terço era judeu. Enquanto o crescimento da população árabe era devido ao aumento natural, o crescimento da população judaica foi principalmente o resultado da imigração, que era apoiada pela política britânica. Os árabes constituíam uma maioria e possuíam mais terras do que judeus em todos os distritos da Palestina, incluindo Jaffa, que incluía Tel Aviv. Segundo o relatório da UNSCOP, os árabes possuíam cerca de 85% das terras, em comparação com apenas 5,8% dos judeus.

Apesar desses fatos, a recomendação da maioria da UNSCOP era que a Palestina fosse dividida em dois estados, com a maioria dos árabes entregando terras aos judeus para o seu estado. Sob a proposta, 45% das terras seriam para o estado árabe e 55% para o estado judaico. A UNSCOP rejeitou explicitamente o direito dos árabes palestinos à

autodeterminação, afirmando que este princípio *não foi aplicado à Palestina, obviamente por causa da intenção de tornar possível a criação do Lar Nacional Judaico lá.* Os representantes árabes propuseram uma Palestina unitária com uma constituição democrática garantindo plenos direitos civis e religiosos para todos os cidadãos e uma assembleia legislativa eleita que incluiria representantes judeus. A UNSCOP descartou isso como *uma posição extrema.*

Índia, Irã e Iugoslávia discordaram da recomendação da maioria da UNSCOP para a partição, apoiando a proposta alternativa, que foi, como eles observaram, "*em todos os aspectos a solução mais democrática*" e "*mais em harmonia com os princípios básicos da Carta das Nações Unidas.*" Os representantes árabes naturalmente também rejeitaram o plano de partição proposto. Depois de receber o relatório da UNSCOP, a Assembleia Geral estabeleceu outra comissão que rejeitou a recomendação da maioria como "*contrária aos princípios da Carta da ONU*", destacando que a ONU não tinha autoridade para "*privar a maioria da população da Palestina do seu país e transferi-lo ao uso exclusivo de uma minoria no país.*" O novo comitê também propôs que a independência da Palestina, em vez disso, fosse reconhecida.

No entanto, em 29 de novembro de 1947, por 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções, a Assembleia Geral adotou a Resolução 181, que recomendava a implementação do plano majoritário da UNSCOP. A resolução não vinculante foi encaminhada ao Conselho de Segurança – onde morreu. É importante enfatizar que, ao contrário do mito popular, **a ONU não criou Israel nem conferiu à liderança sionista qualquer autoridade legal para sua declaração unilateral em 14 de maio de 1948 sobre a existência do estado de Israel.**

De fato, o embaixador dos EUA na ONU, Warren Austin, observou que a única maneira pela qual o plano da UNSCOP poderia ser implementado seria através do uso da força, e que o Conselho de Segurança não tinha tal autoridade para impor a partição da Palestina. Ele notou

ainda que a expectativa do término do Mandato e a retirada dos britânicos da Palestina *resultaria, à luz da informação agora disponível, no caos, dificuldades e muita perda de vidas na Palestina.*

Por outro lado, argumentou Austin, a ONU tinha autoridade para agir, incluindo o uso da força, para evitar um resultado tão violento. O Conselho "*pode tomar medidas para evitar uma ameaça à paz e segurança internacionais dentro da Palestina*", afirmou, assim como "*prevenir a agressão contra a Palestina de fora*". Ele pediu ao Conselho: "*As Nações Unidas não podem permitir tal resultado. Deve-se pôr um fim imediato às perdas humanas na Terra Santa. A manutenção da paz internacional está em jogo*".

A ONU, no entanto, não fez nada quando a liderança sionista de David Ben-Gurion implementava uma campanha de limpeza étnica, sendo a expulsão da população árabe um pré-requisito para a criação de um "Estado judaico", em termos demográficos. Como Ilan Pappe escreveu em seu livro inovador, *A Limpeza Étnica da Palestina* (disponível no AET Book Club), "*agentes da ONU e autoridades britânicas aguardavam com indiferença*" enquanto as forças sionistas atacavam sistematicamente os grandes centros urbanos da Palestina. Da mesma forma, até o final de abril, "*os representantes dos EUA sobre o território estavam plenamente cientes das expulsões que estavam acontecendo*".

FATO CONSUMADO

Quando a ocupação britânica chegou oficialmente ao fim em 14 de maio de 1948, 250.000 palestinos já haviam sido expulsos de suas casas pelas forças militares judaicas. No mesmo dia, a liderança sionista emitiu sua declaração unilateral da existência de Israel, que maliciosamente citou a Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU como se tivesse concedido autoridade legal para o estabelecimento de seu "*Estado judaico*".

Como previsto, a guerra se seguiu à medida que os Estados árabes vizinhos tentaram reunir uma resposta militar. No final, as forças árabes só conseguiram manter as áreas conhecidas como a Cisjordânia (a oeste do rio Jordão) e a pequena Faixa de Gaza. Três quartos de um milhão de árabes foram *limpos etnicamente* da Palestina no momento em que os acordos de armistício eram assinados em 1949. Para os israelenses, esta era uma "*Guerra da Independência*", mas os palestinos se referem a ela como *Nakba* – sua *catástrofe*.

Em novembro de 1948, Israel solicitou a adesão à ONU declarando que "*aceita sem reservas as obrigações da Carta das Nações Unidas e se compromete a honrá-las*". No mês seguinte, a Assembleia Geral aprovou a Resolução 194, que reconheceu o direito dos refugiados em regressar a seus lares de onde foram etnicamente expulsos. Israel rejeitou a resolução e recusou-se a permitir que os refugiados retornassem. O Conselho de Segurança da ONU em março de 1949, entretanto, procedeu dando legitimidade à declaração unilateral dos sionistas sobre a soberania e limpeza étnica da Palestina, declarando de forma orwelliana que "*Israel é um Estado amante da paz... disposto a cumprir as obrigações contidas na Carta*" e recomendando à Assembleia Geral que Israel seja admitido na ONU como membro.

A Resolução 194 também estabeleceu a Comissão de Conciliação para a Palestina para assumir as funções do mediador da ONU Conde Folke Bernadotte, quem os terroristas judeus assassinaram em 17 de setembro de 1948. Em abril de 1949, a Comissão publicou um relatório afirmando que "*não tinha dificuldade em reconhecer a verdade*" de que "*Israel não só havia aceitado*" o princípio de repatriação para refugiados, "*mas havia se esforçado para criar uma situação de facto que tornaria a aplicação prática do princípio mais difícil e até mesmo impossível.*"

Quando a Assembleia Geral debateu o pedido de filiação de Israel no mês seguinte, o representante do Líbano, Charles Habib Malik, ob-

servou que admitir Israel como um membro enquanto rejeitava o princípio de repatriação de refugiados árabes "*equivaleria a uma virtual condenação de um milhão de libaneses*". Os árabes ao exílio permanente ", o que, previu, "*causaria sérios distúrbios políticos, sociais, econômicos e espirituais no Oriente Médio e no mundo inteiro para as gerações vindouras*".

Aceitar Israel, continuou ele, seria "*recompensá-lo*" por "*desafiar os desejos da Assembleia*" e significaria "*a perpetuação do desabrigo dos refugiados árabes*". Além disso, Israel não havia declarado suas próprias fronteiras, e agora controlavam territórios bem além daqueles previstos no plano de partição do Estado judaico e "*não tinham intenção de abandoná-los*". Assim, aceitar Israel seria "*equivalente a dar um cheque em branco para traçar suas fronteiras onde quisesse.*"

"*De fato*", argumentou Malik, "*significava tolerar, por um ato solene das Nações Unidas, o direito de conquista*", e "*seria prejudicial às negociações sobre a demarcação das fronteiras agora em andamento*".

No entanto, por 37 votos a favor, 12 contra e 9 abstenções, a Assembleia Geral em 11 de maio de 1949 adotou a Resolução 273, decidindo – apesar de todas as provas em contrário, "*que Israel é um estado de paz que aceita as obrigações contidas na Carta*" e aceita Israel como membro das Nações Unidas.

Embora seja impossível saber como a história poderia ter se desdobrado se a ONU não tivesse desempenhado o papel que desempenhou, é preciso reconhecer que o conflito que ainda hoje persiste entre israelenses e palestinos é, em grande parte, consequência das decisões e ações tomadas pelos Estados-membros das Nações Unidas – contrárias aos próprios princípios que a organização foi ostensivamente fundada para defender.

O CAMINHO PARA A PAZ RESIDE NA REJEIÇÃO DO 'PROCESSO DE PAZ'

Originalmente publicado no Foreign Policy Journal em 28 de agosto de 2013.

O presidente ilegítimo da Palestina, Mahmoud Abbas, está causando danos incríveis à causa de seu povo.

Já é traição suficiente que ele tenha decidido retornar ao chamado "processo de paz" liderado pelos EUA – que é o processo pelo qual os EUA e Israel bloqueiam a implementação da solução de dois Estados – apesar de Israel se recusar a mostrar um pingo de boa-fé. Sob ameaças de punição por desobediência e promessas de recompensa financeira pelo cumprimento, Abbas concordou em retornar às negociações "*sem precondições*", ou seja, enquanto a colonização ilegal da Cisjordânia e Jerusalém Oriental por Israel continua inabalável.

Mas sua traição vai muito além. Ele também expressou sua disposição em renunciar à soberania nacional dos palestinos e ao direito de autodefesa concordando com a exigência israelense de que o Estado da Palestina deve ser "desmilitarizado". Abbas tentou justificar essa decisão argumentando: "*Não precisamos de aviões ou mísseis*". Mas se ter os meios para defender o estado da Palestina é necessário ou não, não é a questão. Pode ou não ser necessário, como uma questão prática, mas concordando com a exigência de Israel a um estado "desmilitarizado", Abbas está se rendendo, como uma questão de princípio, que a Palestina pode ter os meios pelos quais exercer seu direito de autodefesa se alguma vez fosse necessário fazê-lo – como se Israel fizesse o que costuma fazer e lançasse ataques aéreos ou invasões terrestres contra o estado da Palestina.

Por que Abbas está fazendo enormes concessões a Israel? A resposta é que a Autoridade Palestina, criada sob o chamado "processo de paz", atua como força de segurança *proxy* de Israel. Burocratas como Abbas se beneficiam desse sistema, já que têm empregos e salários, e não querem arriscar atrapalhar o status quo se isso significa perder suas vidas relativamente confortáveis. A ANP (Autoridade Nacional Palestina) não quer arriscar perder o financiamento que recebe dos EUA ao desobedecer ordens de Washington. Está bastante contente em fazer acordos com o diabo enquanto mantém a ilusão de que esta estrada de alguma forma levará ao céu. Esta dependência do governo palestino da nação mais responsável por apoiar os crimes de Israel contra o povo palestino e por bloquear a implementação da solução de dois Estados é cruel.

A razão pela qual os EUA e Israel consideram Abbas um "*parceiro para a paz*" é precisamente porque ele está amplamente disposto a cumprir as ordens de Washington e Tel Aviv. Se ele não estivesse disposto a fazer isso, ele, por definição, não seria um "parceiro para a paz" em seu léxico. Os palestinos devem ter a liderança que os EUA e Israel não considera um "parceiro" em seus esforços para bloquear a implementação da solução de dois Estados, se eles quiserem ver a solução de dois Estados realizada.

Os palestinos devem ter uma liderança que os EUA e Israel não considerem um "parceiro" em seus esforços para bloquear a implementação da solução de dois Estados, isso se quiserem ver a solução de dois Estados concretizada.

Os palestinos não estão sem opções. Desde a obtenção do status de estado de observador não-membro na Assembleia Geral, eles agora têm recursos legais para o Tribunal Penal Internacional (TPI) e o Tribunal Internacional de Justiça (CIJ). Eles têm a opção de apresentar denúncias contra violações do direito internacional feitas por Israel que prejudicam seus direitos, como o regime de ocupação e a colonização ilegal.

Israel ameaçou reter os impostos que arrecada em nome da ANP em áreas da Cisjordânia sob seu controle e os EUA ameaçaram cortar a ajuda se os palestinos prosseguirem com tal ação, mas isso também é um *Ardil-22* para Israel e os EUA, já que o colapso da ANP também não seria interessante para Israel.

A liderança palestina não ganhará nada negociando com o governo do país que ocupa suas terras, roubando ou destruindo seus recursos e colonizando seu solo. O único resultado possível por participar da charada conhecida como o "processo de paz" será a perda adicional dos direitos reconhecidos internacionalmente dos palestinos. Que os palestinos devam renunciar a seus direitos é uma precondição explícita imposta por Israel a qualquer acordo a ser alcançado por meio de conversações. Então, de que adianta falar?

A liderança da Palestina deve encerrar imediatamente as negociações e deixar claro que não adianta negociar, a menos e até que Israel cesse sua colonização ilegal *e se retire da Palestina ocupada*. Eles devem insistir em que todas as conversações se baseiem na igualdade de direitos de ambas as partes, em vez de concordarem com a estrutura do "processo de paz" que exclui qualquer coisa que o direito internacional tenha a dizer a respeito, em que qualquer acordo a ser alcançado não se refere ao que Israel tem *direito* sob a lei, mas o que Israel quer que *viole* a lei.

A liderança também deve apresentar imediatamente reclamações contra Israel por seus crimes contra os palestinos, incluindo a punição coletiva em curso da população civil de Gaza, e também contra os EUA por sua cumplicidade nesses crimes com seu apoio financeiro, militar e diplomático para eles no TPI; assim como solicitar à Assembleia Geral que envie a questão ao CIJ.

A maneira de tornar a ocupação de Israel insustentável é que a liderança da ANP pare de concordar em sustentá-la. Simplesmente optando por não cumprir com as ordens de Washington para manter o

status quo e continuar com a charada do “processo de paz” – erroneamente rotulado, abandoná-lo e usar os mecanismos legais disponíveis a eles para pôr fim ao apoio dos EUA às políticas criminosas de Israel tornando-o politicamente inviável para continuar, é o único caminho a seguir.

Se a atual liderança palestina não fizer isso, o povo palestino precisa se livrar do regime de Abbas, e talvez se livrar completamente da ANP, e conduzir-se pelo caminho rumo ao fim das injustiças perpétuas, que foram e estão sendo feitas a este povo.

Se os EUA responderem cortando o financiamento para os palestinos, deixe o mundo ver essa “ajuda” para o que ela realmente é: pagamentos de suborno destinados a manter a liderança da ANP dependente e, portanto, complacente com as mesmas nações que os oprimem – ou seja, Israel e os EUA. Os palestinos são um povo engenhoso e as dificuldades econômicas não são estranhas para eles. Os povos do mundo estão com eles em sua luta pela justiça. Eles vão resistir à tempestade. E o sacrifício do dinheiro norte-americano para a ANP parece um pequeno preço a pagar para poder finalmente terminar com o miserável “processo de paz” e continuar com o processo de fazer a paz.

Essa foi a intenção original da Resolução 242 da ONU, que é oficialmente, sob a lei, qual é o consenso internacional de como alcançar a solução de dois Estados. Essa é a solução de dois Estados.

Essa é também a realidade que o “processo de paz” liderado pelos EUA tem lutado tanto durante tantos anos para que todos o esqueçam. Os EUA efetivamente inverteram a prescrição da solução de dois Estados aceitando a interpretação unilateral, distorcida e juridicamente inválida de Israel sobre a 242, de que um acordo final deve ser alcançado primeiro, e só assim se retirará de parte do território palestino que agora ocupa, anexando o resto ao “Estado judaico”.

Os palestinos não precisam da permissão de ninguém – muito menos de Israel – para exercer a autodeterminação. Não faz sentido algum participar de um "processo" no qual eles devem, *ipso facto*, concordar que Israel pode exercer um poder de veto sobre seu próprio estado.

A liderança palestina deve parar de escolher que os palestinos vivam como povos oprimidos. Esse será o próximo passo em direção à paz.

A OPOSIÇÃO RACISTA DE ROGER COHEN AO DIREITO DE RETORNO DOS PALESTINOS

Originalmente publicado no Foreign Policy Journal em 13 de fevereiro de 2014.

O colunista do *New York Times*, Roger Cohen, fez nesta semana um argumento abertamente racista contra o direito de retorno dos palestinos, declarando sua oposição a esse objetivo do movimento BDS, alegando que isso ameaçaria a existência de Israel como um "Estado judaico."

Em seu artigo, Cohen primeiro expressa seu apoio à solução de dois Estados e a posição de que Israel tem que acabar com a ocupação do território palestino, descrevendo que é um "fator positivo" que as empresas estrangeiras parem de fazer negócios com empresas israelenses que têm operações nos assentamentos ilegais de Israel, "*eles enviam um poderoso sinal a Israel para sair da Cisjordânia.*"

Mas então ele diz que tais desenvolvimentos o deixam "desconfortável" porque ele não "confia' no movimento BDS (boicote, desinvestimento e sanções), alegando que eles têm uma "agenda oculta". Como assim? Bem, o objetivo declarado do movimento é acabar com a ocupação, garantir a "plena igualdade" para os cidadãos árabe-palestinos de Israel e lutar pelo direito de retorno de todos os refugiados palestinos. Então, o que há de errado com isso? O problema da Cohen é que, para os cidadãos árabes de Israel serem tratados de igual forma e para os palestinos que sofreram a limpeza étnica da Palestina para regressar às suas casas significaria "*o fim de Israel como um Estado judaico.*"

Cohen rejeita explicitamente o direito dos palestinos de retornar às suas casas, do qual eles foram *eticamente limpos*, para que Israel pudesse ser estabelecido como um "Estado judaico", demograficamente falando. Ele nega que eles tenham tal direito, afirmando que isso é simplesmente uma "reivindicação" e que os refugiados palestinos deveriam ser indenizados. Não está claro se Cohen acha que tem o direito de ser compensado por ter sido expulso de suas casas e ter seus bens confiscados ou se ele apenas acha que seria uma coisa boa de se fazer. Mas o fato é que é um direito internacionalmente reconhecido dos refugiados voltarem para suas casas.

A Resolução 194 de 11 de dezembro de 1948 da Assembleia Geral da ONU invocou esse reconhecido princípio do direito internacional quando resolveu "*que aos refugiados que desejassem retornar a seus lares e viver em paz com seus vizinhos devem ser permitidos na data mais próxima possível, e que uma indenização deve ser paga pelos bens daqueles que decidam não regressar e pela perda ou dano de bens que, em virtude dos princípios do direito internacional ou de equidade, devem ser reparados pelos governos ou autoridades responsáveis.*"

Note-se que Cohen não está dizendo que os palestinos que escolhem não voltar para suas casas devem ser compensados. Ele está dizendo que os refugiados devem ser compensados e não permitir que retornem. Na visão de Cohen, essa não é a escolha dos refugiados. E ele rejeita explicitamente este direito dos palestinos alegando que Israel deve permanecer um "Estado judaico". Em outras palavras, ele está apresentando um argumento estritamente racista para rejeitar o direito individual de retorno dos palestinos.

Em 1948, o direito de retorno dos refugiados já era reconhecido como lei internacional consuetudinária. O representante dos EUA na ONU reconheceu que a Resolução 194 não criou um novo direito, mas sim "*endossou um princípio geralmente reconhecido e fornece um meio para implementar esse princípio*". Aliás, a admissão de Israel na ONU como estado membro estava condicionada à implementação da Resolução 194.

O direito dos refugiados de regressar às suas casas foi reconhecido nos Regulamentos de Haia anexados à Convenção de Haia de 1907, respeitando as Leis de Guerra Terrestre, e novamente na IV Convenção de Genebra de 1949, relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempos de Guerra. Os Regulamentos de Haia e as Convenções de Genebra também proibiam as expulsões forçadas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948, reconheceu que *"todos têm o direito de deixar qualquer país, inclusive o seu próprio país, e retornar a seu país"*. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos também afirmou posteriormente que *"Ninguém será arbitrariamente privado do direito de entrar em seu próprio país"*.

Cohen conclui falando de Israel como *"uma democracia"* e dizendo que todos os cidadãos de Israel *"deveriam gozar de igualdade"* e ser *"permitidos a se identificar como israelenses se assim desejarem, ao invés de judeus, árabes ou drusos – ou seja, como cidadãos indiferenciados. Isso é, obviamente, totalmente incompatível com a sua rejeição dos direitos dos palestinianos e sua insistência em que Israel deve permanecer um "Estado judaico" – uma ilustração de extrema dissonância cognitiva.*

O que Cohen está dizendo, quando declara sua rejeição do direito de retorno por motivos racistas – de que ameaçaria a existência de Israel como um *"Estado judaico"*, é que a limpeza étnica pela qual esse *"Estado judaico"* veio à existência era legítima. Este é, afinal de contas, o propósito da exigência de Israel de que os palestinos reconheçam Israel explicitamente como um "Estado judaico". Ao expressar a oposição à ocupação e a retórica sobre a democracia e a igualdade, o que Roger Cohen está fazendo na verdade é pondo-se ao lado Israel em seu esforço para oprimir e coagir os palestinos a renderem seus direitos internacionalmente reconhecidos.

É altamente instrutivo que um raciocínio tão abertamente racista para fazê-lo seja considerado pela mídia mainstream americana como perfeitamente aceitável, provocando nem um pouco de controvérsia.

Como um simples experimento mental, pode-se imaginar qual seria a reação se um colunista argumentasse, por exemplo, contra o direito dos refugiados judeus de retornar às suas casas na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, alegando que isso poderia ameaçar a existência da Alemanha como "*Nação ariana*". Mas Cohen, afinal, está meramente cumprindo seu dever como sumo sacerdote para a religião do estado. De acordo com o papel usual da mídia tradicional, ele está cumprindo a tarefa de fabricar o consentimento para a política externa dos EUA, que inclui apoiar a posição de Israel e *pressionar os palestinos a reconhecer Israel como um "Estado judaico"*.

Ou seja, o governo dos EUA adotou uma política explicitamente racista. Mas você não vai ler isso no *New York Times* ou em outros meios de comunicação dos EUA.

RACIOCÍNIO DISTORCIDO: INSIGHT VIA INCOERÊNCIA

Uma análise de My Promised Land, de Ari Shavit, por Jeremy R. Hammond, publicado originalmente no Barron's.

O jornalista israelense Ari Shavit, colunista do jornal *Haaretz*, de Tel Aviv, e colaborador do *New Yorker* e *New York Review of Books*, tem desfrutado recentemente de uma *versão do autor* do melhor dos dois mundos: popularidade e prestígio. *My Promised Land*, seu relato altamente pessoal do "*triunfo e tragédia*" de seu país, não foi apenas um best-seller do *New York Times*; também foi nomeado pelo *New York Times* e *The Economist* como um dos melhores livros de 2013.

Para começar, no entanto, cabe se perguntar se os doadores perceberam a falha na compreensão econômica do autor. "*O livre mercado*", declara Shavit em determinado momento, "*permitiu que o talento e a iniciativa israelense explodissem e criassem uma economia moderna em franca expansão*". Mas, como defensor da "*socialdemocracia*", ele também reclama que "*não há governo para restringir as forças do mercado … e defender a classe média trabalhadora e construtiva.*" Shavit, portanto, parece acreditar que a economia de mercado livre e moderna de Israel pode oferecer poucas oportunidades à classe média trabalhadora, a menos que o governo atue para restringir o livre mercado. Mas se ele realmente sustenta essa visão bizarra é posto em dúvida quando em outra parte ele lembra "*as casas prósperas e os gramados de classe alta*" da Israel de sua juventude.

A visão confusa e conflituosa de Shavit sobre o capitalismo pode ser descartada como típica do homem de esquerda de hoje, se não for o

caso de muito de *My Promised Land*. Ari Shavit se revela uma pessoa medrosa, insegura de quem ele realmente é ou do que ele realmente acredita. A referência do subtítulo a "*triunfo e tragédia*" talvez seja uma pista inconsciente do porquê ele parece tão assombrado. Para Shavit, o sucesso do sionismo em estabelecer Israel foi um triunfo, enquanto a ocupação de Israel e a construção de assentamentos em território palestino é uma tragédia, mas apenas porque ameaça os ganhos obtidos pelos primeiros sionistas.

No entanto, ele explica com franqueza como o projeto sionista de estabelecer um "*Estado judaico*" demograficamente exigia a remoção da população árabe. Cerca de três quartos de um milhão de palestinos fugiram ou foram expulsos de suas casas de 1947 a 1949. No rescaldo do Holocausto, esse foi um passo necessário, diz ele, para criar um lar para os judeus que garantiria sua salvação. Era uma "*justiça sionista*" irrefutável em sua opinião, apesar da admitida "*injustiça causada aos árabes nativos pelo projeto sionista*". Não importa se esses árabes nativos não tivessem responsabilidade pelo Holocausto, ou que o território em que este "*Estado judaico*" foi declarado unilateralmente pela liderança sionista existente, foi habitada por uma maioria árabe que possuía a maior parte do território, enquanto a comunidade judaica possuía menos de 7%.

O autor expressa sua oposição à ocupação e assentamento de Israel na Cisjordânia, mas mesmo assim escolhe adotar a descrição da comunidade de colonos do território como "*Judeia*" e "*Samaria*", parte da "*grande Israel*". O problema para ele não é o fato de que os assentamentos são construídos em violação à lei internacional ou como essa política viola os direitos dos palestinos, mas como ela ameaça a existência de Israel como um "*Estado judaico-democrático*". Ele descreve o crescimento da população palestina como uma bomba-relógio que ameaça a identidade de Israel como tal. Ele proclama os "*valores democráticos*" e a "*sociedade moral*" de Israel, reconhecendo como o quinto da população

de Israel que é árabe "*tem sido oprimido*" e seus direitos "*pisoteados*" por um estado que não os trata como iguais aos cidadãos judeus.

Quando se trata de esclarecimento sobre os conflitos internos e externos de Israel este livro é instrutivo, não apesar de, mas devido ao seu preconceito e inconsistência. Nesse sentido, pelo menos, *My Promised Land* entrega aos leitores o que promete.

O ‘*VAI E VEM*’ DE NETANYAHU E A CEGUEIRA VOLUNTÁRIA DA GRANDE MÍDIA

Originalmente publicado no Foreign Policy Journal em 22 de março de 2015.

Alegações de que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, já inverteu duas vezes sua posição em uma solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino, ilustrando a miopia institucional dos principais comentaristas americanos, bem como a mídia serve para fabricar o consentimento da política dos Estados Unidos de apoio aos crimes de Israel contra o povo palestino.

Quando Benjamin Netanyahu declarou esta semana que trabalharia para impedir que um Estado palestino fosse estabelecido se fosse reeleito como primeiro-ministro israelense, a grande mídia descreveu isso como uma “*reversão*” de um discurso de política que ele proferiu em 2009, no qual manifestou ostensivamente apoio para uma solução de dois Estados. Em seguida, ele insistiu dois dias depois que sua visão de política não mudou, levando os principais comentaristas a acusá-lo de inconsistência flagrante. Um exame mais detalhado, no entanto, revela que essa inconsistência é uma invenção da mídia. A verdadeira lição deste episódio é o quão bem que ilustra a miopia institucional entre os principais comentaristas, e como a discussão mainstream serve apenas para perpetuar as ilusões necessárias para manter a política dos EUA em relação ao conflito israelo-palestino.

Certamente, quando Netanyahu prometeu impedir o Estado palestino, ele estava dizendo algo que achava que pelo menos uma pluralidade de eleitores israelenses queria ouvir, a fim de ganhar a eleição. E sua tática parece ter funcionado.

Pesquisas pré-eleitorais mostraram a União Sionista à frente do partido Likud de Netanyahu.[1] Então, no que o *New York Times* descrevia como uma "*tentativa aparentemente desesperada de conseguir apoio no meio da votação*", Netanyahu "*discursava contra os cidadãos árabes de Israel*".[2] Ele disse que a direita israelense estava "*em perigo*" porque "*os eleitores árabes estão fluindo em grandes quantidades para as assembleias de voto.*"[3] Ele também prometeu que um Estado palestino não seria estabelecido se ele fosse reeleito.[4]

Quando o Likud saiu vitorioso, o *Times* o descreveu como uma "*reviravolta impressionante*" atribuível a Netanyahu "*prometendo que nenhum Estado palestino seria estabelecido enquanto permanecesse no poder e insultasse os cidadãos árabes.*"

No entanto, essa não foi a única reviravolta que a grande mídia percebeu. No *New York Times*, Jodi Rudoren descreveu a rejeição de Netanyahu da soberania palestina como uma "*inversão*" de sua "*aprovação de uma solução de dois Estados*" em 2009[6]. Sua colega Isabel Kershner concordou que era "*uma inversão de uma postura que ele havia tomado seis anos antes*".[7] William Booth no *Washington Post* também afirmou que as observações de Netanyahu "*pareciam inverter*" suas "*declarações anteriores de apoio a um Estado palestino soberano*".[8] John Hudson e Column Lynch do *Foreign Policy* escreveram que a "*declaração pré-eleitoral de Netanyahu de que ele nunca permitiria a criação de um Estado palestino*" havia "*invertido completamente o apoio anterior do líder israelense a uma Palestina independente como parte de um acordo de paz permanente entre as duas partes*[9]. David Francis tam-

bém afirmou no *Foreign Policy* que Netanyahu havia anunciado "*que estava disposto a aceitar a criação de um Estado palestino independente*" em seu discurso de 2009 em Barilan (Bar-Ilan), mas que ele "mudou de curso" durante a eleição.[10]

Não é novidade que essa narrativa está sendo propagada não apenas pela mídia, mas também pelo governo dos EUA. O porta-voz do Departamento de Estado, Jen Psaki, citou que as observações de Netanyahu indicaram que ele havia "*mudado de posição*" e pelo menos tinha "*questionado*" seu compromisso com uma solução de dois Estados.[11]

Mas então, apenas dois dias depois, de acordo com a continuação da narrativa da mídia, o primeiro-ministro israelense mudou de opinião mais uma vez. "*Eu não quero uma solução de um estado*", disse Netanyahu em entrevista à *NBC News*. "*Eu quero uma solução sustentável e pacífica de dois estados.*"[12]

A NBC sensacionalizou isso como outra "REVIRAVOLTA IMPRESSIONANTE".[13] Era "*outra narrativa*", concordou o *Foreign Policy*.[14] A CNN concordou que "*Netanyahu recuou sua rejeição de uma solução de dois Estados*".[15] A *Associated Press* declarou que Netanyahu agora "*retrocedeu de declarações linha-dura contra o estabelecimento de um Estado palestino em face de uma reação diplomática*". Em particular, a rejeição de Netanyahu do Estado palestino "*irritou o governo Obama, que considera uma solução de dois Estados como uma das principais prioridades da política externa.*"[16]

O porta-voz da Casa Branca, Josh Earnest, notou que a política tradicional dos EUA de se opor habitualmente a quaisquer resoluções da ONU que critiquem Israel – inclusive vetando uma resolução polêmica do Conselho de Segurança condenando Israel por atividades ilegais de assentamento em 2011 – foi "*baseada nessa ideia de que a solução dos dois estados é o melhor resultado.*" Mas Netanyahu, durante a eleição, havia dito que Israel "*não estava mais comprometido com essa solução*", o que significa, segundo Earnest, que "*precisamos reavaliar nossa posição nesta questão*".[17]

A pergunta feita a Obama para uma entrevista ao *Huffington Post* foi reveladora: "Diante dos comentários recentes do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu sobre uma solução de dois Estados no encerramento de sua campanha, os Estados Unidos podem continuar se opondo aos esforços palestinos para conquistar o status de estado nas Nações Unidas? Os EUA, é claro, se opõem a criação de um Estado palestino na ONU em nome do apoio ao Estado palestino. A questão em si revelou a verdadeira política de rejeição dos EUA, dificilmente escondida por trás de um fino véu de retórica.

A resposta de Obama também foi reveladora. Ele disse que seu governo estava "avaliando o que está acontecendo" pois "continuamos a acreditar que uma solução de dois Estados é o único caminho para a segurança a longo prazo de Israel, se quiser permanecer tanto como Estado judaico quanto democrático". E eu indiquei a ele que, dadas as suas declarações antes da eleição, será difícil encontrar um caminho onde as pessoas acreditem seriamente que as negociações sejam possíveis."[18]

Então, Obama também expôs as verdadeiras questões, no que diz respeito a Washington. O primeiro problema é que os palestinos existem e tendem a procriar, o que representa uma ameaça à identidade de Israel. Se não se pode fazer com que os palestinos aceitem alguma forma de autonomia limitada sobre uma área de terra na qual aplicariam o termo 'estado', as alternativas são ocupação permanente ou anexação. Com a crescente e massiva oposição pública global à ocupação e colonização ilegal por Israel, será cada vez mais difícil para os EUA fornecer o apoio necessário para sua continuidade. Isto é o que Obama quis dizer alguns momentos depois na entrevista, quando disse que "*o status quo*" não poderia ser mantido "*perpetuamente*".[19] Mas a anexação viria com seu próprio conjunto de problemas. O mundo não toleraria outro Estado de apartheid, mas respeitar os direitos iguais dos palestinos como cidadãos de Israel ameaçaria sua identificação como um "Estado judaico".

Portanto, a melhor solução, no que diz respeito à política dos EUA, continua sendo obrigar os palestinos a concordar com as exigências de Israel em negociações diretas, mediadas pelos EUA. Isso nos leva ao segundo problema, que é convencer a opinião pública de que o chamado "processo de paz" na verdade tem como objetivo a trazer a paz, ao invés de levar os palestinos à submissão. Enquanto o mundo inteiro acreditar que os palestinos devem negociar com a potência ocupante sobre sua própria independência, Washington será capaz de manter o status quo. No entanto, se o "processo de paz" perder sua credibilidade, os EUA não poderão mais manter o mesmo alto nível de apoio à conduta criminosa de Israel.

O problema dos comentários de Netanyahu, do ponto de vista do governo Obama, é que tal honestidade dificulta a manutenção de ilusões.

É verdade que Netanyahu falou palavras expressando seu apoio a uma solução de dois Estados em 2009. O que nem o governo Obama nem a grande mídia está dizendo ao público, no entanto, é que a "solução" de dois estados defendida pelos EUA e por Israel difere inteiramente da solução de dois Estados preferida pelo resto do planeta. Embora a grande mídia não esteja esclarecendo o público sobre o assunto, o que Netanyahu disse em 2009 é bastante relevante.

O DISCURSO DE NETANYAHU NO BARILAN

Em 14 de junho de 2009, na Universidade de Barilan, em Tel Aviv, Netanyahu fez um discurso em que convidou os líderes árabes a se reunir com ele para "*fazer a paz*". Então ele delineou o que seria necessário para a "paz" que ele desejava que ocorresse e reiterou sua exigência de que a liderança palestina "*inicie as negociações de paz sem condições prévias*". Isso estava de acordo com a política norte-americana – de que os palestinos devem entrar em negociações com Israel "*sem precondições*", um eufemismo que significa que a expansão dos assentamentos israelenses na

Cisjordânia ocupada continua, apesar desta atividade ser uma violação do direito internacional.

Israel, declarou Netanyahu, estava "*comprometido com acordos internacionais e espera que todos as partes cumpram suas obrigações*". Isso estava de acordo com a política dos EUA de que os palestinos devem cumprir os Acordos de Oslo e se ater ao "*processo de paz*" liderado pelos EUA ao se envolver em negociações com Israel, em vez de apelar para instituições como as Nações Unidas, o Tribunal Penal Internacional e o Tribunal Internacional de Justiça para resolver o conflito através da aplicação do direito internacional.

A "*raiz do conflito*" não foi a ocupação, colonização e rejeição perpetrada por Israel contra a autodeterminação palestina, declarou Netanyahu. Pelo contrário, foi a recusa dos palestinos "*em reconhecer o direito do povo judeu ao seu próprio Estado*". Isso estava de acordo com a política norte-americana de que os palestinos devem reconhecer o "*direito de existir*" de Israel, assim como a subsequente aceitação das exigências de Netanyahu pelo governo Obama dentro do âmbito das negociações de que os palestinos reconheçam Israel como "Estado judaico".

Então Netanyahu declarou que a colonização ilegal de terras palestinas continuaria; reiterou a rejeição de Israel ao direito internacionalmente reconhecido dos refugiados palestinos de retornar à sua terra natal; e anunciou que qualquer "*área em mãos palestinas*", seja ou não chamada de "estado", precisaria estar indefesa (os palestinos não poderiam ter um exército, não poderiam controlar seu próprio espaço aéreo e não poderiam entrar em "*tratados militares*"). Todos esses requisitos prévios também estavam de acordo com a política dos Estados Unidos e seu papel como mediador no "*processo de paz*".

Se os palestinos concordassem com essas exigências para renunciar a seus direitos e soberania, disse Netanyahu, só então ele estaria "*pronto para estabelecer um acordo de paz real, um Estado palestino desmilitarizado ao lado do Estado judaico.*"[20]

Em outras palavras, a "aceitação" de Netanyahu de "*uma solução de dois Estados*" para o conflito consistiu em uma rejeição explícita da autodeterminação palestina, bem como uma rejeição explícita da solução de dois Estados baseada nos princípios do direito internacional que é a preferida pela maior parte do planeta (as exceções são Israel e seu benfeitor superpotente, o governo dos Estados Unidos).

O consenso internacional sobre a solução dos dois estados se baseia nos princípios do direito internacional de que há um direito universal à autodeterminação e que a aquisição de território pela guerra é inadmissível. Este último princípio foi enfatizado pelo Conselho de Segurança da ONU quando, na consequência da guerra árabe-israelense de junho de 1967, aprovou a Resolução 242, que solicitava a Israel a retirar-se dos territórios que havia ocupado: as colinas sírias de Golã; a península egípcia do Sinai; e os territórios palestinos formados pela Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza. Este princípio também está refletido na opinião consultiva de 2004 da CIJ – de que o muro de separação e o regime de assentamentos de Israel nos territórios palestinos ocupados violam o direito internacional.

Os governos de Israel e dos EUA podem falar em apoiar uma solução de dois Estados; mas o que eles favorecem enfaticamente não é o mesmo da solução de dois Estados. Toda a esfera de negociações sob o "*processo de paz*" de Oslo, liderado pelos Estados Unidos, tem como premissa rejeitar a aplicabilidade do direito internacional ao conflito. Todo o seu propósito é impedir a implementação da solução de dois Estados e, em vez disso, forçar uma "*solução*" diferente para os palestinos; ou seja, os palestinos devem renunciar seus direitos internacionalmente reconhecidos, incluindo o direito dos refugiados da limpeza étnica da Palestina de retornar à sua terra natal. E até que os palestinos concordem com esses termos de rendição, Israel continuará sua opressão e violência contra eles, assim como prejudicará o resultado das negociações do "*processo de paz*" nas fronteiras ao continuar expandindo ilegalmente os assentamentos na Cisjordânia ocupada.

Apesar do significado real das palavras de Netanyahu, o *Washington Post* relatou sobre seu discurso em Barilan sob o título: "*Netanyahu Backs 2-State Goal: Endorsement Comes With Prerequisites for Palestinians*" (*Netanyahu Apoia o Objetivo de 2 Estados: O Endosso Chega com Pré-requisitos aos Palestinos)*.[21] A reportagem do *New York Times* também anunciou: "*Netanyahu Backs Palestinian State, With Caveats*" (*Netanyahu Apoia o Estado palestino, com Ressalvas)*.[22] Nem o Post nem o *Times* se incomodaram em explicar aos leitores que os "*Pré-requisitos*" ou "*Advertências*" que acompanhavam suas palavras de apoio consistiam de uma rejeição inequívoca da solução de dois Estados e incluíam exigências de que os palestinos entregassem seus direitos e soberania reconhecidos internacionalmente.

Presidente Obama similarmente respondeu ao discurso de Netanyahu com elogios, chamando-o de um "*importante passo adiante*" que mostrou o quão "comprometido" estava Netanyahu com uma solução de dois Estados.[23] Foi um passo "*positivo*", disse Obama à imprensa, enquanto aproveitava a ocasião para enfatizar a longa política americana de tratar a "*segurança*" de Israel como "*não negociável*" – ao contrário da obrigação de Israel de não violar o direito internacional ou os direitos dos palestinos, incluindo o direito à autodeterminação e o direito de retorno, que são questões muito importantes a serem negociadas no esfera do "processo de paz".[24]

Dado o que Netanyahu realmente disse, e o verdadeiro significado por trás de suas palavras, é evidente que seu discurso em Barilan de 2009 foi perfeitamente consistente com sua promessa eleitoral de impedir que um Estado palestino fosse estabelecido. Então por que a fingir o contrário?

O SIGNIFICADO DO *VAI E VEM* DE NETANYAHU

A política do governo Obama em relação ao conflito tem sido e continua sendo sinônimo do governo de Netanyahu. A narrativa propagada

pela mídia serve a um propósito simples: ofuscar o fato de que essa política dos EUA sempre foi bloquear a implementação da solução de dois Estados, apesar da retórica sem sentido sobre o apoio a uma "*solução de dois Estados*".

Isso não quer dizer que não haja diferença de opinião entre os regimes de Obama e Netanyahu. A frustração do governo Obama com Netanyahu sobre seus comentários recentes é certamente compreensível. O problema com Netanyahu, do ponto de vista do governo Obama, é que ele torna muito difícil para o governo dos EUA sustentar a ilusão de que apoia a autodeterminação palestina. Declarações como a de Netanyahu dificultam para os EUA manter a percepção de que é um "*mediador imparcial*" no conflito israelo-palestino e que apoia os direitos dos palestinos.

É o mesmo problema que surgiu em março de 2010, quando Israel anunciou planos para a construção de novos assentamentos ilegais depois que o vice-presidente dos EUA, Joe Biden, chegou ao país como parte dos esforços do governo para reviver o "*processo de paz*". Isso desencadeou o que o embaixador israelense nos EUA, Michael B. Oren, descreveu nos cinemas como "*uma crise de proporções históricas*" nas relações israelo-americana.[25]

Têm ocorrido outros inúmeros anúncios israelenses de planos para expandir assentamentos. A característica distintiva deste anúncio em particular é que foi feito enquanto um alto funcionário dos EUA estava no país em uma missão muito divulgada para reiniciar as negociações de "paz". O problema foi estritamente que no momento em que se produziu este anúncio em particular que chamou a atenção indesejada para a verdadeira natureza do "*processo de paz*" – liderado pelos Estados Unidos e arriscou minar os esforços dos EUA em administrar opiniões, inclusive entre seus aliados árabes, que por sua vez minaram a política global dos EUA no Oriente Médio, visando manter sua hegemonia sobre a região, inclusive através do uso da força militar.

"O que você está fazendo aqui prejudica a segurança de nossas tropas que estão lutando no Iraque, Afeganistão e Paquistão", disse Biden criticando Netanyahu. *"Isso nos coloca em perigo e põe em perigo a paz regional."*[26]

Como o comandante do Comando Central dos EUA (CENTCOM), general David Petraeus, explicou em seu testemunho ao Comitê de Serviços Armados do Senado (SASC): "*As duradouras hostilidades entre Israel e alguns de seus vizinhos apresentam desafios distintos à nossa capacidade de avançar nossos interesses na AOR [Áreas de Responsabilidade do CENTCOM]. As tensões entre israelenses e palestinos frequentemente se transformam em violência e confrontos armados em larga escala. O conflito fomenta o sentimento antiamericano, devido a uma percepção do favoritismo dos EUA para Israel. A ira árabe sobre a questão palestina limita a força e a profundidade das parcerias dos EUA com governos e povos na AOR e enfraquece a legitimidade dos regimes moderados no mundo árabe. Enquanto isso, a al-Qaeda e outros grupos militantes exploram essa raiva para mobilizar apoio*".[27]

A importância das recentes observações de Netanyahu não é que elas representem o típico salto eleitoral ou demonstrem alguma mudança na política israelense. A importância é que seus comentários resumiram as políticas de longa data do governo israelense em relação aos palestinos, e ao fazê-lo também revelaram a verdadeira natureza da política dos EUA – e como Netanyahu tem tornado extremamente difícil para o governo Obama manter ilusões.

Como observou o editor-chefe do jornal israelense *Haaretz*, Aluf Benn: "*Benjamin Netanyahu venceu a eleição porque transmitiu uma mensagem clara e mordaz aos seus eleitores: Eu sou a verdadeira direita e estou comprometido com os valores do 'campo nacional', encabeçado pelo ódio aos árabes e pela oposição à retirada dos territórios conquistados por Israel em 1967. Isso é o que seus eleitores queriam ouvir e eles o recompensaram generosamente nos colégios eleitorais.*"[28]

O colunista do *Haaretz*, Gideon Levy, também comentou sobre como os israelenses "*votaram no homem que admitiu ter enganado metade do mundo durante seu discurso em Barilan*" e agora "*arrancou sua máscara*".[29]

O episódio revela o racismo predominante entre os judeus israelenses. De fato, o projeto sionista em si é baseado na ideologia racista. Foi essa ideologia racista que levou à limpeza étnica de 750.000 árabes da Palestina para estabelecer o "*Estado judaico*", e continua sendo a base das políticas israelenses de hoje – políticas que, apesar da retórica sem sentido, pelo contrário, estão totalmente apoiados pelo governo dos EUA, financeiramente, diplomaticamente e militarmente.

Como Netanyahu, outros israelenses proeminentes no governo fazem pouco para esconder seu racismo. O *New York Times* retransmitiu um incidente esclarecedor que ocorreu durante a eleição:

Avigdor Lieberman, o ministro das Relações Exteriores nacionalista de Israel, olhou friamente para o político árabe sentado no lado oposto de uma mesa de vidro durante um debate eleitoral televisionado.

"*Por que você veio a este estúdio, por que não a Gaza ou Ramallah? Por que você está aqui mesmo?*" Perguntou o Sr. Lieberman, que frequentemente chama os cidadãos árabes de Israel de traidores e sugere que suas cidades sejam transferidas ao controle palestino. "*Não queremos você por aqui; você é um cidadão palestino.*"

O político Ayman Odeh, líder de uma aliança de partidos árabes formada para contestar as eleições israelenses na terça-feira, parecia tranquilo.

"*Eu sou muito bem-vindo em minha terra natal*", disse, uma sutil crítica ao Sr. Lieberman, imigrante da antiga república soviética da Moldávia. "*Eu sou parte da natureza, dos arredores, da paisagem*", disse ele em hebraico com sotaque árabe.[30]

O verdadeiro significado do incidente do "*vai e vem*" apenas se oculta sob a superfície da narrativa fictícia da mídia norte-americana. Jodi

Rudoren reconheceu no *New York Times* que Netanyahu "*cumpriu as suspeitas de muitos líderes mundiais de que ele nunca foi realmente sério sobre as negociações de paz*".[31] O colunista do *Times*, Roger Cohen, observou que a rejeição de Netanyahu à autodeterminação palestina reflete "*um amplo setor da sociedade israelense*" que "*prefere seus palestinos invisíveis por trás das barreiras*".[32] Estas observações francas são dificilmente profundas; mas eles são, no entanto, notáveis por terem realmente aparecido na discussão principal – e por ilustrar a dissonância cognitiva inerente à narrativa midiática. De fato, o próprio Netanyahu afirmou explicitamente que a premissa de que ele havia mudado de opinião era *falsa*.

"*Eu não mudei minha política*", disse ele à NBC. "*Eu nunca mudei (minha posição) meu discurso na Universidade de Barilan seis anos atrás pedindo um Estado palestino desmilitarizado que reconheça o Estado judaico.*"

"*E eu não quero uma solução de um estado*", acrescentou mais tarde na entrevista. "*Eu quero uma solução sustentável e pacífica de dois Estados, mas para isso as circunstâncias precisam mudar.*"[33] Isso, é claro, significa simplesmente que os palestinos terão que aceitar as exigências dos EUA e de Israel para retornar ao "*processo de paz*" e negociar seus direitos em vez de apelar para a comunidade internacional buscando recurso legal por meio da aplicação do direito internacional.

O conselho editorial do *New York Times* também notou que os feitos reais de Netanyahu nos últimos seis anos (incluindo a construção "*agressiva*" de assentamentos ilegais "*e nunca se engajando seriamente em negociações*") "*convenceram muitas pessoas de que ele não tem interesse em um acordo de paz.*" De fato, é preciso ter uma quantidade extraordinária de autodisciplina por parte dos principais comentaristas americanos – incluindo os editores do *Times* – para manter a pretensão do contrário.

Os editores mostraram que finalmente se convenceram: a rejeição de Netanyahu à soberania palestina, acrescentaram, "*desnudou sua du-*

plicidade" e "*confirmou as suspeitas palestinas*".[34] Mas pode-se razoavelmente esperar que não demorará muito para que os editores do *Times* voltem a declarar sua oposição a qualquer movimento "*unilateral*" na ONU pelos palestinos e afirmar seu apoio ao "*processo de paz*" liderado pelos Estados Unidos.

CONCLUSÃO

Netanyahu falou honestamente sobre a política de longa data de seu governo de rejeitar a autodeterminação palestina, e isso lhe rendeu uma eleição. Ele enfrentará críticas em casa por aparentemente ter voltado atrás de sua promessa de se opor a uma solução de dois Estados se reeleito, mas não é provável que ele perca o sono por isso, pois suas ações provarão que ele está de fato comprometido com essa promessa eleitoral.

Ele enfrentará críticas dos EUA por ter colocado em risco a capacidade do governo Obama de manter sua política de apoiar os crimes de Israel contra os palestinos e a rejeição de seus direitos. Mas o governo Obama deixou Netanyahu saber que ele havia saído da linha e Netanyahu reafirmou obedientemente seu compromisso com o "*processo de paz*". Isso, por si só, não era suficiente, é claro, para fornecer a cobertura necessária para os EUA manterem sua própria política. Mais será exigido de Netanyahu e do novo governo israelense. Pode ser necessário outro "*congelamento*" de novas aprovações para a construção de assentamentos, ou algum outro compromisso simbólico desse tipo com o processo de Oslo. Mas é improvável que uma gafe política do primeiro-ministro israelense signifique o fim do "*processo de paz*".

No máximo, isso significará uma mudança significativa nas táticas para os EUA. Já se fala sobre o próprio, agora dirigindo-se para a mesma instituição que durante muito tem insistido que não deveria ter nenhum papel no "*processo de paz*" (além do Secretariado dar seu apoio às declarações do Quarteto). Isso é indicado pelas declarações

do governo Obama sobre a reavaliação de sua política. "*Atualmente, estamos avaliando nossa abordagem*", disse Jen Psaki, porta-voz do Departamento de Estado. "*Não vamos prejulgar o que faríamos se houvesse uma ação da ONU*".[35] O propósito da mudança de tática seria manter a política global. Um ex-membro da equipe de paz do governo Obama no Oriente Médio, Ilan Goldenberg, disse ao *Foreign Policy* "*que Washington poderia inclinar-se para apoiar uma resolução do Conselho de Segurança que respalde uma solução de dois Estados como uma alternativa ao esforço palestino para responsabilizar Israel na CPI*". Tal resolução, acrescentou Goldenberg, "*poderia proteger Israel de um resultado pior*".[36]

E a intelligentsia americana, é claro, vai jogar junto com toda a farsa, é claro, e esclarecer o público sobre a importância de impedir que os palestinos façam movimentos "*unilaterais*" na ONU e de assegurar que quaisquer esforços de "*paz*" sejam desempenhados dentro da estrutura do processo de Oslo. A ocupação de Israel e o regime ilegal de assentamentos continuarão, como sempre, com o apoio dos EUA.

REFERÊNCIAS

1. Jodi Rudoren, "*Netanyahu Soundly Defeats Chief Rival in Israeli Elections,*" *New York Times*, em 17 março de 2015.
2. Isabel Kershner, "*Deep Wounds and Lingering Questions After Israel's Bitter Race,*" *New York Times*, 17 de março de 2015.
3. Kershner, "*Deep Wounds.*"
4. William Booth, "*Netanyahu says no Palestinian state if he wins,*" *Washington Post, 16 de março de 2015.* Como o *Post* relatou: "*Eu acho que qualquer um que vai estabelecer hoje um Estado palestino e evacuar terras está dando bases de ataque ao islamismo radical contra o Estado de Israel*", disse ele em uma entrevista em vídeo publicada segunda-feira no site do NRG. "*Qualquer um que ignora isso está enfiando a cabeça na areia. A esquerda faz isso repetidamente*", disse Netanyahu. "*Somos realistas e entendemos.*" Netanyahu foi questionado especificamente se ele queria dizer

que um Estado palestino não seria estabelecido se fosse reeleito primeiro-ministro. Ele respondeu: “*Correto*”.

5. Rudoren, “*Netanyahu Soundly Defeats Chief Rival.*”
6. Jodi Rudoren, “*Netanyahu Says No to Statehood for Palestinians,*” *New York Times*, 16 de março de 2015.
7. Kershner, “*Deep Wounds.*”
8. Booth, “*Netanyahu says no Palestinian state.*”
9. John Hudson e Colum Lynch, “*From Tel Aviv to Turtle Bay,*” *Foreign Policy*, 18 de março de 2015.
10. David Francis, “*Benjamin Netanyahu's Flip-Flop Flip,*” *Foreign Policy*, 19 de março de 2015.
11. Francis, “*Benjamin Netanyahu's Flip-Flop Flip.*”
12. “*Israel's Benjamin Netanyahu Tells NBC He Wants a 'Peaceful Two-State Solution,*” *NBC News*, 19 de março de 2015.
13. Ibid.
14. Francis, “*Benjamin Netanyahu's Flip-Flop Flip*”
15. Jeremy Diamond, Kevin Liptak, and Jim Acosta, “*Obama to 'reassess' Israel relationship,*” CNN, 20 de março de 2015.
16. Ian Deitch, “*Israeli leader backtracks from Palestinian state opposition,*” *Associated Press*, 19 de março de 2015.
17. Steve Weizman, “*Netanyahu's Palestinian backtrack fails to mollify US: analysts,*” *Agence France-Presse*, 20 de março de 2015.
18. Sam Stein, “*Here's The Full Transcript Of Obama's Interview With HuffPost,*” *Huffington Post*, 21 de março de 2015.
19. Ibid.
20. “*Full text of Netanyahu's foreign policy speech at Bar Ilan,*” *Haaretz*, 14 de junho de 2009.
21. Howard Schneider, “*Netanyahu Backs 2-State Goal,*” *Washington Post*, 15 de junho de 2009.
22. Isabel Kershner, “*Netanyahu Backs Palestinian State, With Caveats,*” *New York Times*, 15 de junho de 2009.
23. Schneider, “*Netanyahu Backs 2-State Goal.*”
24. The White House, “*Remarks by President Obama and Prime Minister Berlusconi of Italy in Press Availability,*” 15 de junho de 2009.
25. Jeffrey Heller, “*Israeli envoy sees 'historic crisis' with U.S.: report,*” *Reuters*, 15 de março de 2010.

26. Mark Perry, *"The Petraeus briefing: Biden's embarrassment is not the whole story,"* *Foreign Policy*, 13 de março de 2010.
27. US Congress, *Statement of General David H. Petraeus, U.S. Army Commander, U.S. Central Command, Before the Senate Armed Services Committee on the Posture of U.S. Central Command*, March 16, 2010.
28. Aluf Benn, *"Netanyahu revealed his true face – and voters loved it," Haaretz*, 18 de março de 2015.
29. Gideon Levy, "Netanyahu deserves the Israeli people, and they deserve him," Haaretz, March 18, 2015.
30. Diaa Hadid, *"Arab Alliance Rises as Force in Israeli Elections," New York Times*, 15 de março de 2015.
31. Rudoren, *"Netanyahu Says No to Statehood for Palestinians."*
32. Roger Cohen, *"An Uneasy Coalition for Israel," New York Times*, 17 de março de 2015.
33. Zack Beauchamp, *"Read Netanyahu's dizzying flip-flop on peace with Palestinians,"* *Vox*, 19 de março, 2015.
34. Editorial Board, *"An Israeli Election Turns Ugly," New York Times*, 17 de março de 2015.
35. Hudson and Lynch, *"From Tel Aviv to Turtle Bay."*
36. Ibid.

O PAPEL DOS EUA NO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO

Devon Douglas-Bowers entrevista Jeremy R. Hammond, editor e redator do Foreign Policy Journal, sobre o seu próximo livro, Obstacle To Peace: "O Papel dos EUA no Conflito Israelo-Palestino". Originalmente publicado no The Hampton Institute em 2 de dezembro de 2013.

O que o levou a escrever este livro e se é uma continuação de seu livro The *Rejection of Palestinian Self-Determination*?

É engraçado você perguntar! O novo livro será o resultado final de um processo que começou a sério durante o ataque militar de Israel contra Gaza em 2008-09, apelidado de "*Operação Chumbo Fundido*". Esse evento me levou a escrever um livro sobre o conflito israelo-palestino, mas eu sabia que não poderia escrever sobre eventos contemporâneos como esse sem também fornecer antecedentes históricos como contexto. Então, eu tive uma grande ambição de fornecer uma visão geral do conflito que remonta às suas raízes e até os dias atuais. Essa ideia se mostrou excessivamente ambiciosa para mim na época, mas resultou na Rejeição da Autodeterminação Palestina.

No entanto, continuei mantendo em mente o livro que eu queria fazer na Operação Chumbo Fundido e o chamado "*processo de paz*" dirigido pelos EUA. O que me levou a começar este projeto a fundo foi o discurso do presidente Obama em maio de 2011, em que ele se referiu às "*demarcações de 1967*" como

ponto de partida para negociações, e a resposta estúpida da mídia a ele como algum tipo de "mudança" dramática na política dos Estados Unidos. Não foi assim, como explicarei no próximo livro.

Então, de certa forma, é uma continuação do meu outro livro, que se concentra mais na história contemporânea do conflito, ao mesmo tempo em que recua para fornecer um contexto histórico crucial, conforme necessário para entender adequadamente os eventos. Por exemplo, para entender o chamado "*processo de paz*", é necessário entender as raízes do conflito e como Israel surgiu através da limpeza étnica de três quartos de um milhão de árabes da Palestina. Uma retrospectiva da guerra de junho de 1967 e suas consequências é necessária para entender os eventos de hoje, e assim por diante.

Com relação ao apoio inicial dos EUA a Israel, quais fatores levaram os EUA a seguir esse caminho e como a realidade da situação se desvia, se é que se desvia, da narrativa dominante?

Os EUA apoiaram Israel desde o seu nascimento. O governo Truman reconheceu o recém-declarado Estado de Israel em 14 de maio de 1948, literalmente minutos após essa declaração unilateral ter sido feita. No entanto, o que pensamos hoje em termos de apoio dos EUA – que inclui assistência militar e financeira em massa (mais de US $ 3 bilhões por ano), bem como apoio diplomático de proteção a Israel (como o uso do veto dos EUA no Conselho de Segurança da ONU) de ser responsabilizado por suas violações do direito internacional – começou realmente após a guerra de 1967, quando Israel demonstrou seu valor como parceiro regional ao derrotar os exércitos combinados dos Estados árabes vizinhos em apenas seis dias, após seu ataque surpresa no Egito que começou a guerra em 5 de junho.

A grande mídia não faz segredo deste apoio dos EUA a Israel, mas ao mesmo tempo tenta manter a narrativa dos EUA como um "*mediador imparcial*". Isso é uma farsa. Todo o chamado "*processo de paz*" liderado pelos EUA é o processo pelo qual os EUA e Israel bloqueiam a implementação da solução de dois Estados com base nos requisitos do direito internacional, incluindo a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU após a guerra de 67, que solicitou a Israel que se retirasse dos territórios que ocupava e continua ocupando desde então, de acordo com o princípio de que a aquisição de território pela força é inadmissível. Existe um consenso internacional que favorece a solução de dois Estados. Os palestinos aceitam, mas são rejeitados por Israel e pelos EUA, que falam em apoio a uma "*solução de dois Estados*". Mas a "*solução*" pela qual os EUA e Israel lutam não é a mesma coisa que a solução de dois Estados. Pelo contrário, a estrutura do "*processo de paz*" é aquela que rejeita qualquer aplicação do direito internacional para resolver o conflito.

Como se sentiu o público americano apoiando Israel?

O público americano em geral consente com a política dos EUA de apoiar Israel, o que na realidade significa apoiar a opressão do povo palestino executada por Israel e defender suas violações do direito internacional. Há muitas razões para isto. Muito disso tem a ver com o papel da mídia em enganar o público sobre a natureza do conflito e a fabricação do consentimento para a política dos EUA. Muito disso também tem a ver com o sentimento entre muitos cristãos de que eles devem apoiar Israel, não importa o que aconteça. Muito disso tem a ver com o fanatismo antiárabe e anti-muçulmano. E assim por diante.

Quando grupos como o AIPAC surgiram e começaram a fazer lobby no Congresso? Eles enfrentaram alguma resistência nacional?

O Comitê Americano-Israelense de Relações Públicas (AIPAC) foi fundado em 1963. Duvido que tenha havido muita resistência à sua formação, mas a história do lobby não é algo em que fiz muita pesquisa. Eu não me concentro muito no AIPAC em meu livro, principalmente porque considero sua influência relativamente insignificante. Muitas pessoas acham que esse lobby realmente impulsiona a política externa dos EUA, mas essa é uma visão equivocada. Eu diria que, se o AIPAC deixasse de existir amanhã, a política dos EUA continuaria como está. Tem alguma influência no Congresso, mas não é como se os congressistas dos EUA não expressassem seu apoio a Israel, como se o AIPAC não existisse. A política dos EUA é determinada pelos legisladores dos EUA nos termos de suas próprias crenças, ideias e dos "interesses" americanos, que os definem estritamente, não pelo lobby de Israel.

Deixando de lado lobistas, por que os EUA continuam apoiando Israel enquanto eles espionavam e até mesmo roubavam informações nucleares dos Estados Unidos?

Esse tipo de comportamento de Israel é tolerado pelos EUA porque é considerado pelos legisladores como um parceiro estratégico valioso na região. Pode-se discordar disso e argumentar que Israel é de fato uma responsabilidade estratégica. Eu concordaria. Mas permanece o fato de que, nas mentes dos legisladores dos EUA, Israel é um parceiro estratégico. Os "interesses" dos EUA e de Israel, mais uma vez rigorosamente definidos pelos funcionários do governo, nem sempre se alinham, mas frequentemente acontece, como com o objetivo de derrubar o regime de Saddam Hussein no Iraque ou fazer com que o Irã ceda o direito de tecnologia nuclear para fins pacíficos ao

abrigo do Tratado de Não Proliferação de Armas Nuclear (TNP). Mesmo uma conversa vaga sobre Israel sob qualquer tipo de imagem negativa produz uma reação horrível para qualquer político. O governo Obama, por exemplo, foi criticado simplesmente por sugerir que Israel deveria impedir a construção ilegal de assentamentos na Cisjordânia ocupada. Durante sua campanha de reeleição, ele foi acusado por Mitt Romney de "*jogar Israel debaixo do ônibus*" por isso, embora o nível de apoio recebido por Israel sob a atual administração tenha sido sem precedentes – o governo Obama vetou uma incontestável condenação da Resolução do Conselho de Segurança da ONU condenando Israel por essa atividade ilegal em curso, por exemplo. E como eu disse, o povo americano em si tem opiniões favoráveis em relação a Israel. Romney apelava não apenas aos judeus americanos, mas também aos cristãos conservadores, com suas ridículas críticas sem escrúpulos a Obama. Havia muita coisa em que Romney poderia ter criticado Obama em questões substanciais, mas ele não o fez porque Romney mantém as mesmas concepções pró-israelenses que Obama.

Por que os EUA estão ativamente contra um Estado palestino na prática, quando tal estado não seria uma ameaça à segurança de Israel?

Essa é uma excelente pergunta que não tem apenas uma resposta. Eu já falei sobre algumas das razões. Esse tipo de apoio a Israel vindo do governo dos EUA, inclusive a ajuda para bloquear a implementação da solução de dois Estados, está institucionalizado. Imagine uma nova administração assumindo o poder e declarando que iria abandonar o "*processo de paz*" que vem acontecendo desde a conferência de Madri em 1991. É impensável. Nenhum candidato que tenha tido uma visão tão

sensata do conflito a ponto de reconhecer que este processo é o mesmo mecanismo pelo qual a solução de dois Estados tem sido bloqueada poderia ser eleito.

O objetivo do meu livro é ajudar a mudar isso expondo a verdadeira natureza das políticas de Israel em relação aos palestinos, da política dos EUA em relação ao conflito e do papel da mídia na fabricação do consentimento para essa política. Para que qualquer progresso seja feito em prol da paz, *o apoio dos EUA às violações israelenses do direito internacional deve cessar*. E para que isso aconteça, deve se tornar politicamente inviável para que continue. Eu quero contribuir para que essa mudança de paradigma necessária aconteça com este livro. O governo dos EUA não vai resolver o conflito. Precisamos dar um passo à frente e adotar medidas para possibilitar uma paz justa.

Como e por que a percepção do público americano sobre Israel mudou ao longo dos anos se nenhuma mudança na percepção ocorreu positivamente ou negativamente?

Creio que os palestinos têm atraído mais simpatias dos americanos nos últimos anos. Apesar da enorme quantidade de propaganda pró-Israel, por exemplo, sobre a Operação Chumbo Fundido, muitas pessoas viram através dela e não conseguiram conciliar a afirmação de "*defesa pessoal*" de Israel com o número de mortes de civis em Gaza e a destruição arbitrária de infraestrutura civil. Depois houve o ataque assassino de Israel à Flotilha da Liberdade, matando nove ativistas da paz a bordo do Mavi Marmara. Há um movimento crescente de boicote, desinvestimento e sanções (BDS) que exige responsabilidade corporativa, por exemplo, responsabilizar as empresas que lucram com produtos fabricados nos assentamentos construídos ilegalmente em território palestino. Israel tornou-se cada vez

mais isolado na comunidade internacional. A UE publicou recentemente uma nova diretriz política, por exemplo, que exigirá que qualquer empresa israelense que pretenda fazer negócios com entidades europeias declare que não tem conexão com os assentamentos ilegais. A maré está mudando, lenta, mas firmemente. Espero que meu livro ajude a promover esses avanços positivos em direção à responsabilidade sob o direito internacional, a busca da justiça para os palestinos e a realização da paz para os dois lados.

Por que os EUA continuam dizendo que Israel tem o direito de se defender sem nunca afirmar se os palestinos também têm o direito de autodefesa?

A resposta simples é que, embora os EUA interpretem o "*direito*" de Israel de "*defender-se*" para incluir violações do direito internacional, incluindo crimes de guerra, de fato não reconhece qualquer direito dos palestinos à autodefesa. Um exemplo ilustrativo foi o muito elogiado discurso de Obama no Cairo. No livro abordarei brevemente este ponto:

> Em um discurso muito esperado na Universidade do Cairo, no Egito, em 4 de junho de 2009, o presidente Obama disse que estava lá "*para buscar um novo começo entre os Estados Unidos e os muçulmanos ao redor do mundo*", enfatizando também "*fortes laços*" da América e o "*inquebrável*" relacionamento com Israel.
>
> Ele procurou assegurar que "*os Estados Unidos não darão as costas à legítima aspiração palestina por dignidade, oportunidade e um estado próprio*", mas logo reiterou as precondições dos Estados Unidos para que isso ocorra: os palestinos devem "*abandonar violência*", "*reconhecer acordos passados*" e "*reconhecer o direito de Israel existir*" – nenhum dos

> quais era reciprocamente exigido de Israel. Ele chegou a dizer aos palestinos que a resistência armada estava "*equivocada*", um juízo que não se aplicava à própria "violência e assassinato" dos EUA e de Israel, que era considerada bem mais legítima pelo mesmo presidente, que mais tarde defenderia o uso frequente da mesma pelos EUA durante o discurso de aceitação do Prêmio Nobel, dizendo que "*a força às vezes pode ser necessária*" e que a "*não violência praticada por homens como Gandhi e King pode não ter sido prática ou possível em todas as circunstâncias*".

A hipocrisia é extraordinária, mas padrão quando se trata de preconceito contra os palestinos.

Por que tanto os EUA quanto Israel continuam a demonizar o Hamas quando, em 2006, ofereceram uma trégua completa ao presidente Bush e, mais recentemente, em 2012, o Hamas ofereceu um cessar-fogo de longo prazo com comprovações que permitiriam que os dois lados falassem?

O Hamas tem, de fato, consistentemente e por um longo tempo expressado sua vontade de aceitar um Estado da palestina com fronteiras ao longo das demarcações de 1967 ao lado de Israel, juntamente com a oferta de uma trégua de longo prazo. Novamente, um trecho do livro:

> Para citar alguns exemplos, no início de 2005, o Hamas divulgou um documento declarando esse objetivo e reconhecia "inequivocamente" a linha pré-junho de 1967 como a fronteira de Israel.
>
> No início de 2006, o oficial do Hamas, Mahmoud al-Zahar, declarou publicamente que o Hamas estava buscando um Estado palestino e que aceitaria uma trégua

de longo prazo com Israel se ele se retirasse dos territórios ocupados em 1967.

Ismail Haniyeh, como já foi dito, havia reiterado ao *Washington* Post em fevereiro de 2006 que o Hamas aceitaria um acordo para "*o estabelecimento de um Estado palestino com Jerusalém como sua capital com as fronteiras de 1967*".

Em dezembro de 2006, o líder do Hamas Khaled Meshal disse que "*todas as facções palestinas concordam com o retorno das fronteiras de Israel às designações anteriores a 1967.*" Ele disse: "*Aceitamos a necessidade de dois países existir, mas Israel não tem legitimidade enquanto a ocupação continua.*"

Meshal disse em janeiro de 2007 que o Hamas estava "*com o consenso da necessidade de estabelecer um Estado palestino nas 'fronteiras de 4 de junho', incluindo Jerusalém (Oriental), o direito de retorno e a retirada de Israel a essas fronteiras*". Quando perguntado se isso pressupunha a existência de Israel, ele respondeu: "*O problema não é que haja uma entidade chamada Israel. O problema é que o Estado palestino é inexistente*". Meshal explicou:

Haverá um estado chamado Israel. Esta é uma questão de fato, mas os palestinos não deveriam ser obrigados a reconhecer Israel.... Como palestino, hoje falo de uma demanda palestina e árabe por um Estado nas fronteiras de 1967. É verdade que na realidade haverá uma entidade ou um estado chamado Israel no resto do território palestino.... Exigimos um Estado palestino na *fronteira de 1967*, incluindo Jerusalém e o direito de retorno.

> O ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, se reuniu com autoridades do Hamas em abril de 2008 e informou que eles "*disseram que aceitariam um Estado palestino nas fronteiras de 1967*" e "*aceitariam o direito de Israel de viver como um vizinho de porta em paz*" se Israel retirar-se. O "*objetivo final*" do Hamas, disse Carter, "*é ver Israel vivendo em suas fronteiras concedidas – as fronteiras de 1967, e em um Estado palestino – contíguo e vital ao lado*".
>
> Khaled Meshal ao mesmo tempo havia repetido: "*Aceitamos um estado nas demarcações de 4 de junho [1967] com Jerusalém como capital, soberania real e pleno direito de retorno para os refugiados, mas sem reconhecer Israel....*" *Temos oferecido uma trégua se Israel se retirar para as fronteiras de 1967, uma trégua de 10 anos como prova de reconhecimento.*" *Haaretz* explicou que "*Meshal usou a palavra árabe hudna, que significa trégua, que é mais concreta do que tahdiya – calmaria – que o Hamas costuma usar para descrever um simples cessar-fogo. Hudna implica um reconhecimento da existência pela outra parte* ".
>
> O Haaretz também informou que em 8 de novembro de 2008, quatro dias depois da violação do cessar-fogo de Israel, Haniyeh havia reiterado mais uma vez *que* "*seu governo estava disposto a aceitar um Estado palestino dentro das fronteiras de 1967.*"

Existem numerosos exemplos adicionais citados em outras partes do livro. Apesar disso, é obrigatório para as autoridades do governo e para os principais meios de comunicação papaguear que o Hamas busca a destruição de Israel. Por quê? Para o público americano, saber a verdade sobre a atual posição consistente do Hamas, pelo menos

desde 2005, minaria o objetivo de fabricar o consentimento para a política dos EUA de apoiar os crimes de Israel contra os palestinos.

SOBRE O AUTOR

"Simplesmente Brilhante!"

Se você está interessado em compreender grandes temas da política internacional, então deve prestar atenção no que o Sr. Hammond diz, já que seu raro talento – um poder de análise ímpar imbuído de raciocínio afiadíssimo o faz materializar críticas, ensaios e livros diametralmente opostos ao senso comum abalando os alicerces do *status quo* e dissipando destemidamente distorções e enganos da grande mídia.

Jeremy é portador de uma refinada expertise para pesquisa e investigação que o fez ganhador do *Project Censored Award for Outstanding Investigative Journalism.* Como escritor ele se revela como um verdadeiro professor, didático, claro e objetivo para expor suas ideias. Autor de obras como *The Rejection of Palestinian Self-Determination*, *Ron Paul vs. Paul Krugman*, *Obstacle to Peace e o mais recente Exposing a Zionist Hoax.* Ele também é editor e publisher do *Foreign Policy Journal*. Em sua página oficial www.jeremyrhammond.com, além do vasto material disponível, é coach, auxiliando escritores a otimizar suas ideias para atingir seu público de forma mais contundente e mais ampla.

Fique por dentro do que acontece no mundo assinando o newsletter semanal de Jeremy no FPJ!

O Herege Revisionista

O QUE ESTÃO DIZENDO SOBRE "*OBSTACLE TO PEACE*"?

"O estudo cuidadosamente documentado e altamente informativo de Jeremy Hammond sobre como Washington se uniu a Israel para minar os esforços para alcançar um acordo político e pacífico do conflito entre Israel e Palestina é uma contribuição bem-vinda e oportuna, focada diretamente em uma questão importante, muitas vezes evitado. A menos e até que a política dos EUA se mude do obstrucionismo que ele detalha de maneira convincente, é provável que esse sombrio e destrutivo confronto tenha um custo terrível às vítimas palestinas, com consequências nefastas também para os ocupantes israelenses, provavelmente chegando muito além ".

> **- Noam Chomsky**, professor emérito do Instituto de Tecnologia de Massachusetts e autor de vários livros, inclusive o *Fateful Triangle: The United States, Israel, and the Palestinians.*

"Este é simplesmente o melhor livro já escrito sobre o papel dúbio desempenhado pelo governo dos EUA em cumplicidade com Israel para negar aos palestinos seus direitos sob o direito internacional, particularmente seu direito a um estado próprio. Brilhantemente fundamentado e pesquisado, Obstacle to Peace é uma leitura obrigatória. Os americanos têm o dever especial de entender esse conflito, já que nosso país tem uma grande responsabilidade pelo prolongado calvário palestina".

> **- Richard Falk**, Professor Emérito de Direito Internacional na Universidade de Princeton, ex-Relator Especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967, e autor de vários livros, como o *Palestine: The Legitimacy of Hope and Israel-Palestine on Record: How the New York Times Misreports Conflict in the Middle East.*

"Este importante livro documenta a cumplicidade de Washington e o encobrimento do roubo da Palestina por Israel."

- **Paul Craig Roberts**, ex-professor universitário, funcionário do Tesouro e editor do *Wall Street Journal.*

"Sucessivas administrações americanas de ambos os partidos condenaram os palestinos a uma série de bantustões na Cisjordânia o que equivale a uma prisão a céu aberto na Faixa de Gaza. Por sua vez, Washington encorajou as forças de direita em Israel, mergulhando o país em um jogo de soma zero sem nenhuma resolução clara à vista. Ao longo de um livro que é tão meticulosamente detalhado como legível, Jeremy Hammond explica como a abordagem norte-americana que ele identifica corretamente como rejeicionista está fechando a porta para a paz na Terra Santa. Precisamos aprender as lições históricas que Hammond descreve em Obstacle To Peace antes que essa porta seja fechada para sempre.

- **Max Blumenthal**, autor de *Golias: Life and Loathing in Greater Israel.*

"Jeremy Hammond é um jornalista independente destemido que não permite que a hipocrisia e as manobras escapem de seu olhar crítico. Seu livro Obstacle to Peace: The US Role in the Israeli-Palestinian Conflict é uma análise afiada da política norte-americana para o Oriente Médio, que protege os crimes de Israel contra os palestinos. Este livro deve ser lido por qualquer pessoa interessada em saber sobre a agonia dos palestinos ".

- Deepak Tripathi, autor de *Imperial Designs: War, Humiliation and the Making of History.*

"Eu li Obstacle to Peace com grande interesse. Hammond é um escritor culto e perspicaz. Sua análise é nítida e original, recusando-se a permitir que a mitologia supere a realidade. Nós frequentemente discutimos sobre Israel-Palestina com pouquíssima atenção ao papel central da política dos EUA. Este livro ilustra por que tal omissão é um erro terrível".

- Steven Salaita, professor associado de inglês na Virginia Tech e autor de seis livros, *Israel's Dead Soul and The Holy Land in Transit: Colonialism and the Quest for Canaan.*

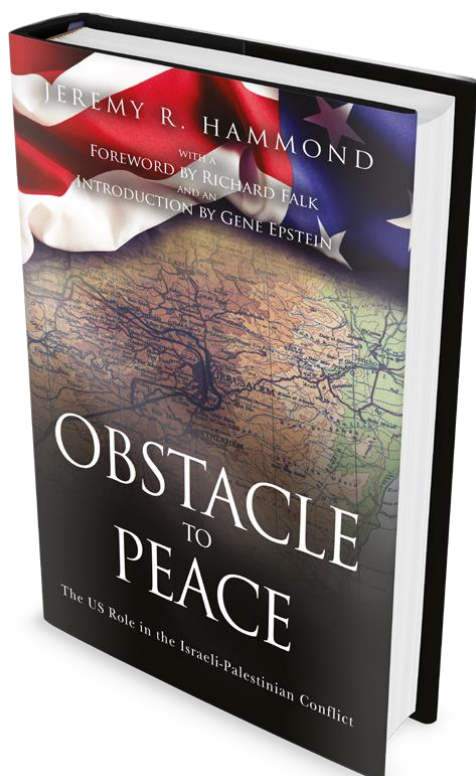
"Excelente. Este livro altamente informativo e meticulosamente pesquisado é um recurso valioso para todos os estudiosos e ativistas. O talento com o qual o livro foi escrito o torna acessível àqueles que não estão tão familiarizados com a questão Israel-Palestina, mas que estão ansiosos para aperfeiçoar seus conhecimentos. O esclarecedor e inestimável livro de Hammond merece uma ampla audiência."

- Soraya Sepahpour-Ulrich, pesquisadora independente e analista de política externa dos EUA.

Em Obstacle to Peace, Hammond fornece uma narrativa meticulosamente documentada e convincente do longo conflito Israel-Palestina e o papel que os Estados Unidos desempenharam na tentativa de frustrar possíveis soluções. Este trabalho não só conta a história, mas também fornece um valioso veículo de pesquisa tanto para os responsáveis políticos como para os comentaristas. É obrigatório para todas as estantes de livros sobre este tema. "

- Donald Liebich, autor de *Fault Lines: The Layman's Guide to Understanding America's Role in the Ever-Changing Middle East.*

"Quando cheguei pela primeira vez à Palestina em 2003, eu era ingênuo em muitos aspectos e tinha que começar desde o começo. Meu trabalho anterior na África do Sul ajudou a abrir meus olhos e ver o aprofundamento do apartheid no Oriente Médio, mas o que faltava era um livro como Obstacle to Peace. O livro é uma ponte para um verdadeiro processo de paz, ao contrário da diplomacia vazia que continua enquanto a colonização e o roubo não param e o apartheid se manifesta. Obstacle to Peace ajuda aqueles de nós preocupados com a paz e a justiça a estar firmemente embasados quando falamos ".

- Mats Svensson, ex-diplomata sueco e autor de *Crimes, Victims and Witnesses: Apartheid in Palestine.*

PEÇA JÁ O SEU!

www.obstacletopeace.com

Esta é uma obra distribuída gratuitamente em formato digital.
Compartilhe!